



**REVISTA ]**  
**[ ● ● ● ]**  
**TRÊS PONTOS**

■ CENTRO ACADÊMICO  
■ DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
■ DA UFMG

ANO 10 N.1  
JAN. / JUN. 2013  
ISSN 1808-169X

Ana Carolina de Souza  
André Campos Rocha  
Magda Mascarello  
João Gabriel da Fonseca  
Juliana Franchi da Silva,  
Maria Catarina Chitolina Zanini  
Marcia Cristina  
Paulo Bull  
Trícia Andrade Cardoso  
Vitor Matheus

**UFMG**  
Universidade  
Federal de  
Minas Gerais

# [ Editorial ]

Em tempos de *publish or perish*, a produção e publicação de textos que se contabiliza, que se quantifica e engrossa os currículos é cada vez mais visível, desde a graduação. Enquanto membros do conselho editorial de uma revista que acredita basicamente na importância de se criarem espaços para graduandos – pois, é claro, os estudantes de graduação podem ter boas ideias – não deixamos de nos perguntar se esse espaço de publicação também se traduz em um espaço de divulgação de ideias, de leituras, enfim, de aprendizagem.

Por isso gostaríamos de mencionar algo que escapa ao trabalho acadêmico, que vai além do que lemos ou podemos publicar nesse periódico. Como tratar do conhecimento não-publicável? O que dizer sobre os conhecimentos que nem operam no registro da escrita, que não podem entrar na lógica produtivista acadêmica? Como reconhecê-los e legitimá-los?

Aqueles saberes que se constroem e se transmitem na oralidade, em uma espacialidade que não cabe na página ou na sala de aula, em uma temporalidade que não se encaixa em grades

curriculares ou nos vinte minutos de uma apresentação em congresso. Qual espaço podemos abrir para esse tipo de conhecimento na universidade, e o que temos a aprender com ele?

É claro que reconhecemos a importância do registro, que permite massificar a divulgação de um saber, guardar as ideias e ampliar seu alcance, no espaço e no tempo. É justamente por isso que trabalhamos na editoração de uma revista, essa que deve ser um espaço de registro, mas também de leitura, de troca, de descobertas e desenvolvimentos.

Queríamos apenas lembrar que o conhecimento não-publicável – aquele dos saberes tradicionais, que apenas recentemente começa a adentrar na universidade, mas também aquele dos corredores, da convivência, da conversa fiada – também é fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, nas invenções e produções da cultura, no viver cotidiano.

Um salve às belas produções que se encontram nesse volume, mas também um salve a tudo aquilo que não podemos publicar!

HELENA SANTOS ASSUNÇÃO





A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais e afins. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

<b>EXPEDIENTE REDAÇÃO</b>	REVISTA TRÊS [...] PONTOS Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 4188. Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603. revistatrespontos@gmail.com www.revistatrespontos.org
<b>EDITORA-EXECUTIVA</b>	Helena Santos Assunção (Discente – UFMG)
<b>EDITORA-ADJUNTA</b>	Beatriz Silva da Costa (Discente – UFMG)
<b>CONSELHO EDITORIAL</b>	Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG) Ana Paula Rodrigues (Discente – UFMG) Bruna Monteiro (Discente – UFMG) Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG) Caroline Chaves (Discente – UFMG) Ciro Resende (Discente - UFMG) Eduardo Côrtes (Discente - UFMG) Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG) Francisco Savoi de Araújo (Discente - UFMG) Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG) Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
<b>CONSELHO CONSULTIVO</b>	Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan/EUA) Prof. Cícero Araújo (USP) Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG) Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB) Prof. Ivan Domingues (UFMG) Prof. Leonardo Avritzer (UFMG) Prof. Marcel de Lima Santos (UFRN) Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD) Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG) Profa. Mariza Corrêa (Unicamp) Profa. Neuma Aguiar (UFMG) Prof. Pierre Sanchis (UFMG) Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG) Profa. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)
<b>PROJETO GRÁFICO</b>	Júlio Abreu + Leonora Weissmann/ Jiló Design
<b>IMAGEM DE CAPA</b>	Lucas Filipe
<b>IMAGENS DE MIOLO</b>	Lucas Filipe, Rafael Macedo, Thais Mesquita
<b>REVISÃO</b>	Diogo Muniz
<b>FICHA CATALOGRÁFICA</b>	Biblioteca Fafich-UFMG
<b>IMPRESSÃO</b>	Rona
<b>TIRAGEM</b>	600 exemplares
<b>CIRCULAÇÃO</b>	Novembro de 2014

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciência Sociais/UFMG e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

---

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.  
- Ano 10, n.1 (Janeiro/Junho de 2103). - Belo Horizonte: Rona Editora, 2014.

V. ; 30,5 cm. Semestral  
Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG  
ISSN:1808-169X

1 Teoria social – Periódicos 2.Ciência Política – Periódicos 3. Sociologia e Antropologia  
– Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências  
Sociais. III.Título

---

# Sumário

5 [ A insurgência da ação direta na Imprensa Operária da Primeira República em A Plebe  
João Gabriel da Fonseca

15 [ Black Blocs: Uma discussão sobre violência performativa e cidadania insurgente  
Vitor Matheus

25 [ Theodor W. Adorno e o significado das ciências sociais  
André Campos Rocha

35 [ Federalismo e Sistema Único de Assistência Social: a implementação dos Centros de Referência de Assistência Social em Belo Horizonte  
Ana Carolina de Souza

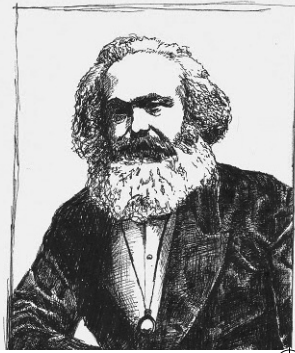
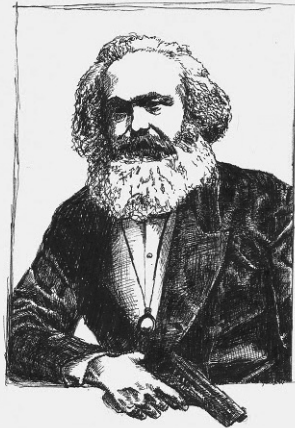
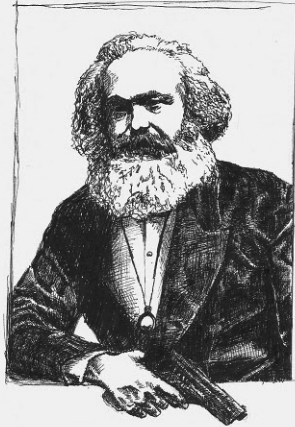
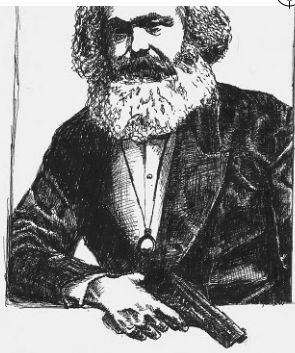
45 [ Planejamento urbano de Curitiba: entre o poder público e o capital imobiliário e industrial  
Magda Mascarello

55 [ Lembrando os trilhos: uma etnografia entre (e com) aposentados ferroviários em Santa Maria/RS  
Trícia Andrade Cardoso, Juliana Franchi da Silva, Maria Catarina Chitolina Zanini

63 [ V de Vendetta: Reflexões sobre os aspectos políticos e socioculturais das Histórias em Quadrinhos  
Marcia Cristina

69 [ GORDON, Cesar. (2006), Economia Selvagem, Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre, São Paulo, UNESP.  
Paulo Bull





# A insurgência da *ação direta* na Imprensa Operária da Primeira República em *A Plebe*

**João Gabriel da Fonseca (UFG)**

Graduado em Licenciatura em História pelo IFG; especialista em História Cultural (Imaginário, Identidades e Narrativas) pela UFG; mestrando em História pela UFG. Atualmente é professor de História na Rede Privada de Ensino em Goiânia. É autor dos livros: *Escritos sobre a Imprensa Operária da Primeira República* (Pará de Minas: VirtualBooks2013) e *Educação e Anarquismo: Uma perspectiva libertária* (Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2012). É membro do NEPALM (Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento) e membro do corpo editorial da *Revista Espaço Livre* (Revista de Opinião, Cultura e Ciências Humanas). E-mail: joao-gabriel\_fonseca@hotmail.com

<sup>1</sup> Como era usual e frequente cantar o hino *A Internacional* de Eugène Pottier durante as reuniões e manifestações nos acontecimentos grevistas de 1917, faço alusão a um trecho da letra para esse subtítulo.

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo discutir os projetos de ruptura social advindos do periódico *A Plebe* com o recorte temporal no ano de 1917. Para esse intento, fazemos uma tripla jornada: primeiro, apresentamos de maneira sucinta nosso universo conceitual; segundo, apresentamos uma breve historicidade do periódico acima mencionado e aqui tomado como fonte primária e, por fim, evidenciamos nesse ínterim, as formas de sociabilidade organizadas por um plano estratégico de atuação: a ação direta.

**PALAVRAS-CHAVE:** *A Plebe*, ação direta, anarquismo.

**Abstract:** The current text holds as its goal to discuss the social rupture projects coming from the newspaper “*A Plebe*” amidst the happenings of 1917. For this purpose, we make a triple journey: first, we present in a brief fashion our conceptual universe; second, we present a short history of the period mentioned above and here taken as a main source and, finally, we evidence in the meantime, the forms of sociability organized by a strategic plan of activity: direct action.

**KEY-WORDS:** *A Plebe*, direct action, anarchism.

“Urge a ação em todas as suas manifestações, consciente, decidida, vigorosa”.  
*Rumo à Revolução Social*, Edgard Leuenroth (*A Plebe*, nº1, p. 1, 9 de junho).

“Na ciência, as teorias, sempre hipotéticas e provisórias, constituem um meio cômodo para reagrupar e vincular fatos conhecidos, e um instrumento útil para a investigação” (MALATESTA, 2007, p. 39),

## Introdução

A ideia de fazer esse texto está intrinsecamente ligada com a forma com a qual me deparei com o anarquismo (de maneira difusa e marginal) nos círculos acadêmicos. Também é fruto de reflexões de como hegemonicamente esse conceito (além até mesmo de mero conceito) é entendido no interior das faculdades, universidades, escolas, etc. As (in) compreensões e análises reducionistas sobre o anarquismo, na maioria das vezes foram fruto, ora de mal entendidos, de falta de leituras e, quando houve, leituras apressadas que formaram uma imagem caricata do anarquismo; outrora de ranços e intenções *a priori* com um objetivo já delimitado e (pré) conceituoso sobre suas temáticas. Quando assim pensado, fica quase impossível compreender algo de proveitoso do anarquismo.

Dessa maneira, as páginas que se seguirão não buscam um fim em si mesmo, e também, não são a solução para essas incompreensões as quais eu cito. São meros esforços para compreender algumas singularidades recônditas das práticas políticas anarquistas (uma entre tantas) que emanaram da classe trabalhadora para a classe trabalhadora. Um grão de areia frente ao que já foi produzido e está arquivado. Assim, ressalto as palavras de Errico Malatesta quando afirmava que

mas essa ciência apenas interpreta os fatos novos e não é a verdade única e acabada.

Para chegarmos a tal objetivo, algumas indagações são necessárias: como podemos compreender o termo *ação direta*? Que relação existia entre os grupos militantes e o operariado no contexto de 1917? E ainda, como a imprensa operária estava inserida antes, durante e após a greve geral de julho de 1917?

## “Trabalhador forte e fecundo”<sup>1</sup>

Com a sublevação da classe trabalhadora nos meses de abril e maio, conforme apontamos anteriormente, uma greve geral estava prestes a eclodir. Com a fundação do novo semanário de Edgard Leuenroth na segunda semana de junho, mais um órgão vem à tona com o objetivo de conscientizar os trabalhadores de seu atual estágio de exploração e sua potencialidade revolucionária. Para isso, *A Plebe* utilizou de diversos mecanismos - entre eles fotografias e imagens que retratavam o contexto da classe operária brasileira e mundial (o clericalismo, a Primeira Guerra Mundial, as condições da reprodução material e existencial da classe, além de seu projeto de sociedade futura, fundada na anarquia) - que chamaremos aqui de *pressupostos políticos e pedagógicos da ação direta*.

Definida como mecanismos e estratégias dos anarquistas para uma forma de educação libertária do operariado pela ação grevista, preparando-o para a “grande revolução” que poria fim à sociedade burguesa, a ação direta se torna algo elementar na nossa definição. Assim, conforme a importante constatação de Guimarães (2011, p. 110), a ética libertária incluía a ação direta que se utilizava de dois dispositivos: o primeiro entendido como persuasão (formas de convencimento do outro) e o segundo, a luta eminentemente direta contra a burguesia e sua sociedade.

Os periódicos do período apresentam propostas distintas, se aprofundando naquilo que respectivamente se propuseram, cada qual seguindo a sua linha editorial. Nesse sentido, o periódico *A Plebe* se constituiu como um substituto de *A Lanterna* aprofundando em questões antes não elucidadas pelo antigo periódico de caráter anticlerical. Assim os seus textos são expressões das convergências existentes entre a teoria anarquista e a realidade brasileira, mediada por particularidades durante seu processo de confecção, sobretudo durante os dias da *Semana Trágica*<sup>2</sup>.

Os temas sobre os quais se tratavam o periódico, quando do contexto da Primeira Guerra Mundial, eram o nacionalismo e o sorteio militar que se tornara imposto naquele período. *A Plebe* debateu questões diversas, entre as quais a exploração do trabalho, o poderio exercido pelo clero em relação à educação, a situação da classe trabalhadora frente à carestia de vida que crescera nos últimos meses de 1916 e se potencializou em 1917, a relação da burocracia governamental com a sociedade, etc. Assim, considerando que as representações da ação direta em *A Plebe* se davam de forma difusa e multifacetada, analisaremos a diversidade que tais estratégias foram utilizadas pelo periódico anarquista.

A ideia de se adotar uma perspectiva ampla de luta será fundamental para a concepção de educação que estamos analisando. Como o processo de educação libertária passa fundamentalmente por compreender a necessidade de uma *luta final*<sup>3</sup>, *A Plebe* irá relacionar as lutas pelas melhorias atuais e imediatas com seu objetivo final. Assim, a luta do jornal anarquista não era meramente contra a moral religiosa, como às vezes ficara claro no antigo jornal *A Lanterna*, o qual Leuenroth dirigia. Ela se estabelecia em uma complexidade ramificando-se em várias formas de atuação contra a sociedade capitalista e colocava elementos prefigurados de uma sociedade radicalmente diferente. Essa estratégia anarquista adotada por *A Plebe* articulava a luta libertária em prol de uma sociedade igualitária com a instrução da classe (protagonistas centrais nesse processo), para que atingisse seu objetivo final: a revolução social. Sendo assim, analisaremos nas páginas que se seguem, alguns desses elementos da ação direta como pressuposto educativo na constituição de formas de sociabilidade coletiva com um fim social efetivo (GUIMARÃES, 2011, p. 109).

## Pela ação direta: “Rumo à Revolução Social” e “Em nome do Povo, não!”

O texto de autoria de Edgard Leuenroth e outro de *Bazílio de Torrezão*, publicados respectivamente no primeiro e no segundo número d’*A Plebe*, são fundamentais para interpretarmos a forma que o periódico concebia a ação anarquista e a tarefa histórica do proletariado.

O texto de Leuenroth, que inaugurara o periódico sob o título de *Ao que Vimos – Rumo à Revolução Social* faz uma análise das motivações de se criar um novo periódico e do contexto específico em que este surge. Assim, Leuenroth irá apontar através de uma linguagem simples e direta, os principais elementos que figuravam na realidade da época, a força e necessidade do periodismo militante, além da necessidade histórica do proletariado de superar essa sociedade e edificar uma nova.

Contraopondo-se às análises reducionistas sobre a realidade social, o autor apresenta nas passagens seguintes o entendimento da vida social humana como implicada em suas diferentes dimensões.

### Ao que vimos – Rumo à Revolução Social

*“E assim, sempre sustentada pelos mesmos lutadores do meio libertário, valiosamente coadjuvados por um bom núcleo de homens de consciências bafejadas por princípios inovadores espalhados por todo o Brasil, foi A Lanterna atravessando os annos, vivendo a vida das folhas avançadas, zurzindo impiedosamente a canalha da Igreja, desmascarando os tartufos sociaes, combatendo, em campanhas memoráveis que lhe valeram perseguições sem conta, todas as explorações e tyrannias e collocando-se sempre, com a sinceridade e o entusiasmo de quem esposa uma causa que é sua, ao lado das victimas dos potentados” (...).* (LEUENROTH, Edgard. *A PLEBE*, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Apresentado os motivos do nascimento de mais um jornal, Leuenroth esclarece os leitores que o objetivo do periódico é o de:

*“(...) corresponder, de maneira mais completa, á magnitude deste extraordinário momento histórico por que está atravessando a humanidade. Estão em jogo os destinos da sociedade actual. Multiplos são os elementos que, em trágica associação presente, arrastaram os povos á horrível situação presente, exigindo que contra todos elles se empenhe uma luta sem tréguas e de extermínio (...).”* (LEUENROTH, Edgard. *A PLEBE*, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Ainda, relatando os empecilhos da realidade em se criar um novo periódico, Edgard Leuenroth explica os motivos da substituição de *A Lanterna* por *A Plebe*.

*“Por isso, apesar das tremendas dificuldades dominantes, aparece A Plebe em substituição á A Lanterna que, tendo surgido com o título tradicionalmente anticlerical, para dar combate ao clericalismo, apresentou-se sempre com uma feição mais ampla, atacando o padre e a Igreja*

<sup>2</sup> Este termo foi utilizado por Christina Lopreato no primeiro capítulo de sua obra *O Espírito da Revolta – A greve geral anarquista 1917*, que através de uma análise detida, a autora reconstituiu a semana entre os dias 9 e 16 de julho de 1917, entendida por ela como a *Semana Trágica*. Cf. Lopreato (2000).

<sup>3</sup> Maneira pela qual o sentido da luta estabeleceria não apenas nas reformas políticas, sociais, econômicas e/ou educacionais, mas, sim, pela luta contra o capitalismo e o Estado de maneira geral.



na sua razão de ser, como elementos perniciosos, aliados perennes dos dominantes, ao mesmo tempo em que tocava, por ser dirigida por libertários, em todas as faces da questão social" (A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Noutro momento do texto, Edgard Leuenroth irá, com veemência, continuar apresentando os objetivos da fundação d' *A Plebe* e seus objetivos finais. Concluindo o texto com as seguintes palavras, Leuenroth está convicto da necessidade de um novo órgão anarquista.

*"Urge, portanto, proseguir na obra dos abnegados de outrora para que, quando além das fronteiras concencionaes ruir fragorosamente o arcabouço apodrecido do regimen social dominante, tambem o povo desta terra, no arrebol de um novo e sublime 13 de Maio, conquiste sua alforria derradeira, fazendo com que o Brazil, passando a pertencer a todos os seus habitantes, a todos proporcione a vida folgada e feliz que a exuberancia trabalhada de suas riquezas naturaes permite."*

E' com esse objectivo que vem lutar *A Plebe*. (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Conforme está expresso no texto, a luta é formadora de consciência. Portanto, é nos momentos do conflito entre as classes sociais que surgirá um momento de rompimento com essa sociedade no plano da consciência. Veremos que isso mais claro quando criticando os valores da sociedade capitalista, Edgard Leuenroth dirá:

*"Liberdade, igualdade e fraternidade só existem como uma grosseira rethorica rotulando muita miséria e oppressão" (...).* (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

A ideia de adotarem uma perspectiva ampla de luta será fundamental para a concepção de educação que estamos analisando. Como o processo de educação libertária passa fundamentalmente por compreender a necessidade de uma luta final, *A Plebe* irá relacionar as lutas pelas melhorias atuais e imediatas com seu objetivo final. Assim, a luta de *A Plebe* não era meramente contra a moral religiosa, como às vezes ficara claro no antigo jornal. Mas, sua interpretação sobre o papel do clericalismo ainda é subjacente.

*"O clericalismo, que é uma das cabeças desse monstro, só desaparecerá quando, num movimento audaz e vigoroso, se lhe desferir o golpe certo e mortal" (...).* (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Como visto acima, o clericalismo só seria superado com uma força organizada e capaz de derrotá-lo. A luta anticlerical não era meramente uma luta contra a instituição (a Igreja), mas, antes de tudo, uma luta complexa que articularia aspectos culturais, econômicos e políticos.

Outro texto de mesma significância será publicado no número seguinte por Bazílio Torrezão. O primeiro parágrafo do texto *Em nome do Povo, não!* é bastante revelador da assertiva acima apresentada: o articulista expressa uma crítica com

fervor à ação dos deputados brasileiros frente à Primeira Guerra Mundial que assolava a Europa naquele contexto.

*"Não é verdade que o povo brasileiro tenha delegado poderes a quaesquer a essa réqua de sa-lafrarios parlamentares. Não é verdade, porque a mentira do sufrágio é cousa unanimemente proclamada fora de qualquer duvida. As eleições são todas falsas e falsissimas: a imprensa o tem demonstrado um milhão de vezes e são os próprios deputados que o tem confessado e provado"* (A PLEBE, nº 2, p. 1, 16 de junho).

Para o articulista, a *ação direta*<sup>4</sup> era a forma de o proletariado lutar e combater para edificar uma nova sociedade. Assim, as ações do Estado e suas vias parlamentares são complacentes com as desigualdades sociais e utilizam dos meios formais para legalizá-la. Outras críticas veementes virão contra a Igreja, que no entendimento do jornal seria a instituição que mais forma mentes servis, principalmente nos seus aspectos educacionais.

## Contra a Igreja e o clericalismo

Conforme apontamos anteriormente, *A Plebe* como continuação de *A Lanterna* terá diferenças substanciais de conteúdo com o antigo jornal. No entanto, o novo periódico ainda conterà alguns dos principais elementos do antigo periódico. Buscando esclarecer os assinantes sobre a paralisação do jornal, o editorial de *A Plebe* publicará *Aos amigos e antigos assignantes de A Lanterna*. Nesse texto deixarão claro que as "(...) nossas relações com os antigos dedicados amigos não sofrerão solução de continuidade". E justificando a publicação do novo periódico, compreendendo a realidade sócio-histórica da classe trabalhadora, dirá que o jornal tem uma necessidade "(...) mais do que nunca, indispensável" (A PLEBE, nº 1, p. 2, 9 de junho).

Fazendo duras críticas ao clericalismo na educação, o número inicial do periódico irá criticar um grupo de professoras recém-formadas do período que convidaram padres para celebrar "(...) a missa em acção de graças pela terminação do curso" (A PLEBE, nº 1, p. 3, 9 de junho). Nessas ásperas críticas irão ressaltar, pelo próprio contexto e influência dos pressupostos racionalistas das Escolas Modernas, a iniquidade do fato de serem professoras e religiosas. *A Plebe* dirá: "Que professoras vão ter os filhos do povo!..." (idem).

Apresentando duras críticas à moral religiosa e, especificamente, à moral transmitida pela Igreja Católica, o artigo *A Igreja Christã* assinado por F.A.L. assim escreve:

*"A igreja christã não é, como geralmente se pensa, uma instituição verdadeiramente sublime, baseada na doutrina de Christo. Ao contrário do que se imagina, Ella é uma instituição anti-christã, baseada num fundo immoral que repugna. As violações que sofre todos os dias a philosophia do mestre, estão ahi para confirmar o que dizemos." (...)* (A PLEBE, nº 1, p. 4, 9 de junho).

Continuando o texto, o autor define a Igreja Católica como uma instituição "iníqua, absurda

4 Outro conceito fundamental que trabalharemos aqui é o de *ação direta*. Ancorado em Adonile Guimarães, Christina Lopreato, Anton Pannekoek e José Oiticica, entendemos que a *ação direta* é crítica da sociedade burguesa proferida pelo movimento operário revolucionário de bases eminentemente libertárias que fornece uma "recusa à tática de representação burguesa, de rejeição ao parlamentarismo" (LOPREATO, 2000, p. 46). Nesse sentido, a *ação direta* é "a ação dos próprios trabalhadores sem a mediação da burocracia sindical" (PANNEKOEK, 2011, p.119). Assim, *ação direta* pode ser expressão através do campo da propaganda (no caso a *Imprensa Operária* nos jornais e demais periódicos) promovendo a ampliação da greve gerando assim a autonomia como conduta de vida (idem, p. 120).

e desumana” que produz a “dor, a ignorância, o luto e a desgraça, que embrutece as inteligências e que produz o sangue” (A PLEBE, nº 1, p. 4, 9 de junho).

A intensa campanha anticlerical era um elemento central para entender a estratégia educativa do jornal. O anticlericalismo irá compor as páginas do periódico de maneira libertária, ou seja, articulada como luta contra o capital, já que a aceitação de qualquer autoridade (seja ela religiosa ou não) pressupõe a submissão do indivíduo. Assim pensada, a relação entre o papel do clero junto à sociedade capitalista é a de conciliação de interesses das classes sociais dominantes em detrimento das classes oprimidas.

## A Plebe durante a Greve Geral

Retomando as explicações da teoria do capital elaborada por Marx (1982), o advogado ex-redator d’A Lanterna, escreverá sobre a *mais-valia*, conceito extremamente importante na teoria marxista que consiste de maneira geral, no valor do trabalho não pago a quem produz, ou seja, o trabalhador. No texto *O pobre é um vadio?* Benjamin Motta entenderá que a,

(...) “*fortuna acumulada, disse-o Carl Marx, e ninguém poderá demonstrar o contrario, é producto exclusivo de trabalho não pago. Logo, quem trabalha não ganha dinheiro, porque o lucro é todo do patrão, e o pobre não é um vadio, é apenas a vítima lastimável de uma péssima e detestável organização social (...). Apontem-nos uma grande fortuna ganha honradamente pelo trabalho, e provaremos que para a sua formação concorreram outros factores que não o trabalho exclusivo, manual e intelectual.*” (MOTTA, Benjamim. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Ainda no primeiro número do jornal, ressaltase a importância e o surgimento de diversas agremiações, núcleos e sindicatos. Sob o título de *Acção Obreira – O Operariado de São Paulo parece despertar para a luta – Movimentos grevistas – Associações que surgem*, o periódico libertário anunciará a fundação da Liga Operária do Belenzinho e da Mooca, que, sobretudo, fora constituída após as propostas dos trabalhadores combativos.

(...) “*fazendo com que entre os trabalhadores, sujeitos agora, como nunca, a uma situação verdadeiramente intolerável, devido á acção aladroada dos patrões, insaciáveis sanguessugas sociaes, se comece a sentir a necessidade de agir contra os bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o producto do seu trabalho insano*” (A PLEBE, nº 1, p. 3, 9 de junho).

Conforme ressaltamos, foram os múltiplos fatores para a eclosão da greve geral de julho. Assim pensando em múltiplos fatores, Florentino de Carvalho apresentará ao operariado paulista os principais motivos da greve, ressaltando principalmente, as condições materiais que esta classe está submissa.

## O Momento – O porquê das Gréves

“*A miseria e o trabalho transformam-se em ouro, em vil metal, que corre em torrentes caudalosas para os cofres dos negreiros do Capital e do Estado, operando-se este milagre pelo talisman da exploração e do imposto.*” (...) (CARVALHO, Florentino de. A PLEBE, nº 5, p. 1, 9 de julho).

Ainda,

“*O operariado realiza, portanto, uma obra justiceira conquistando pela greve ou outros meios de acção directa tudo quanto lhe é extorquido, roubado legal ou ilegalmente. E não devem perder esta occasião favorável em que os collocou o incremento do trabalho, que evita em parte a concorrência de braços. O movimento deve generalizar-se a todas as classes, alastrar-se por todo o paiz, afim de que as conquistas sejam mais rapidas e radicaes.*” (...) (CARVALHO, Florentino de. A PLEBE, nº 5, p. 1, 9 de julho).

Eça de Queiroz escreverá o artigo *Plebe* que será publicado no número 5 do jornal ressaltando as condições desfavoráveis da classe trabalhadora que, segundo ele, é um povo que “(...) chora de fome, e da fome dos seus pequeninos – para que os Jacynthos, em janeiro, debiquem, bocejando, sobre pratos de Saxe, morangos gelados em champagne e avivados d’um fio de ether!” (A PLEBE, nº 5, p. 1, 9 de julho).

Além desse texto de Eça de Queiroz, outro nos chama a atenção. Em meio aos acontecimentos grevistas, *A Plebe* buscava esclarecer aos trabalhadores o papel do CDP<sup>5</sup> para deixar claro suas posições, além de vetar possíveis reações da classe contra o órgão.

Assim dirão em *A’ guisa de ultimatum*

“*O programa communicado aos jornaes pelo Comité de Defeza Proletaria era o minimo que um comité de defeza, sahido das multidões vencidas pela fome, espoliada, roubada e assaltada pelos cossacos do Estado poderia reclamar*” (A PLEBE, nº 6, p. 1, 21 de julho)

Confirmando nossa tese de que *A Plebe* propaga mecanismos de uma educação libertária, o texto de João Crispim deixa claro que a greve geral seria a única estratégia, naquele contexto, potencialmente revolucionária utilizada pela classe trabalhadora.

“*O unico recurso para que póde appellar a classe trabalhadora é a greve geral de todas as classes operarias da capital, do Estado, do Brasil, afim de oppor á força bruta do capitalismo a grande força do trabalho. Agitem-se as classes laboriosas, estreitem os laços de solidariedade, revoltem-se, pois somente arvorando o pendão das rebeldias e da guerra contra os exploradores e verdugos se alcançará melhores condições de existência, obrigando-os a cair aos nossos pés pedindo misericórdia*” (A PLEBE, nº 6, p. 2, 21 de julho).

Valendo-nos de artigo publicado em *A Plebe*, nº 6, intitulado *O Appello aos Soldados*, nota-se que a reafirmação do caráter de classe da ação anarquista

<sup>5</sup> O Comitê de Defesa Proletária era um órgão que reunia representantes dos sindicatos e de organizações operárias e que fora constituído durante a greve geral. Tinha o papel de organizar os grevistas e intermediar as negociações durante os dias das paralisações. Para mais, cf. Lopreato (2000, p. 35).

era frequente e bastante usual (no entanto. Difusa e presa em círculos operários e militantes), já que a consciência de classe seria fundamental para a união dos trabalhadores. Nesse artigo acima descrito encontramos uma forma de conscientizar os soldados, propondo para esse grupo específico, que não deveriam “perseguir os nossos irmãos de miséria”.

*“Vós, também, sois da grande massa popular, e, si hoje vestis a farda, voltarei a ser amanhã os camponeses que cultivam terra, ou os operários explorados das fabricas e officinas. (...) Cumpro o vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miseria e no soffrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão! Soldados! Recusai-vos no papel aos carrascos!”* (A PLEBE, n° 6, p. 2, 21 de julho).

Compreendida que a ação anarquista e sua mentalidade seriam algo novo frente à história da humanidade, os articulistas do jornal tentarão justificar esse entendimento através da noção de que os libertários teriam as aspirações de uma sociedade radicalmente distinta da capitalista.

*“A mentalidade anarchista é uma mentalidade nova. Constrangidos a viver num mundo decrépito, em continuo esfacelo, e cuja existência só com guerras e oppressões de todo o gênero é possível perpetuar, os anarchistas, pelo espírito, pela vontade, pelas aspirações pertencem a um mundo que ha-de vir”* (A PLEBE, n° 3, p. 4, 23 de junho).

Os pressupostos políticos e pedagógicos da ação direta também ressoavam nas críticas aos métodos utilizados pelo Estado em relação à educação. Combatendo o militarismo nas escolas, em setembro de 1917 após as festividades da efeméride de Independência do Brasil e dias antes de seu primeiro empastelamento, o periódico libertário publicará um breve texto assinado por sr. Ellis intitulado *Farpas de Fogo – Soldadinhos*. Nesse texto, denunciará a formação de uma consciência militarizada nos estudantes e fará críticas impetuosas ao Estado que financiara tal educação.

*“E, como se vê, o progresso do militarismo em marcha. Não bastava já haver serviço militar obrigatorio – tornou-se preciso também introduzir nas escolas o ensino da matança! (...) Em vez de a educarem racionalmente, demonstrando-lhe o erro, o preconceito e o dogmatismo, para que possam amanhã gosar integralmente em Porvir suavizador, prega-lhe a pratica do assassinato, o roubo, da pilhagem e da destruição para que esta sociedade putrefacta se eternise na face da terra!”* (A PLEBE, n° 13, p. 1, 8 de setembro).

O fim da greve geral terá um desfecho bastante complexo. Quando o CDP foi criado em meio aos acontecimentos grevistas, ele tinha o intuito de unificar a luta dos trabalhadores em prol de uma luta classista e, logo, politizada e organizada. Após a greve notamos que será necessário continuar as atividades feitas pelos grevistas em novas formas de organização popular. É entre uma dessas organizações que ressurgirá a FOSP (Federação Operá-

ria de São Paulo) e as demais ligas operárias. Sua rearticulação será sempre lembrada nos números do jornal que seguirão após a greve até seu empastelamento. Trataremos das ressonâncias da greve no próximo ponto.

## A Plebe após a Greve Geral

Quando *A Plebe* anuncia *Os trabalhadores continuam em actividade* (*A Plebe*, n. 13, p. 2, 08 de setembro), foi a prova cabal de que as novas agremiações de trabalhadores surgiram no Estado de São Paulo. A classe operária vivia um período de reorganização pós-greve e constituía novos órgãos de resistência que serão reprimidos com veemência nos meses que sucedem a julho. Porém, ainda denunciando o não cumprimento dos acordos feitos entre patronato e classe trabalhadora, *A Plebe* irá continuar com um árduo trabalho de denunciar o não cumprimento, além de almejar, caso necessário, uma nova greve geral. Assim, inúmeros textos continuarão a ser publicados até a paralisação do periódico (que só retornará em 1919) após a prisão de Edgard Leuenroth.

Após acontecimentos grevistas, o periódico irá lançar mão de uma forma de interpretação do passado que elencará as experiências que a classe trabalhadora ganhou com o acontecimento ao reafirmar a necessidade da ação direta e sua derradeira importância para o fim do capitalismo.

*“Esses acontecimentos para nós, dizem mais que as melhores dissertações sobre o valor e o significado da acção directa na luta contra os inimigos do trabalhador. Vimos o seu resultado em São Paulo, não há ainda um mez. Erguendo-se em massa contra os seus tyrannos e exploradores, fez exploradores e tyrannos oscillar nos seus privilegios e o proprio Estado, guarda desses privilegios, tremer na sua base de seculos, aturdido de pavor”* (A PLEBE, n° 9, p. 1, 11 de agosto).

Foi compreendendo a estratégia política da ação direta como mecanismo de luta dos trabalhadores que se entendeu a necessidade “deante da acção directa da massa, da massa que se agita, actua e quer, recuam todas as prepotências, acovardam-se todas as tyrantias, desfazem-se e desaparecem todos os cynismos” (A PLEBE, n° 9, p. 1, 11 de agosto).

Todavia, a repressão ao movimento grevista de 1917 será exemplar e marcará os últimos dias da primeira fase de *A Plebe*, explica Lopreato (2000, p. 209). O periódico que foi lançado em nove de junho terá sua última publicação de 1917 no dia 30 de outubro. No entanto, *A Plebe* ressurgirá em 1919 e permanecerá publicando até no ano de 1951, fruto de mais uma ação policial (LOPREATO, 2000, p. 109).

No contexto de fim da greve geral até a paralisação do periódico, notamos uma recomposição e um apelo mais significativo à classe para que fiquem claros os acordos e vitórias conquistados, além da necessidade de uma retomada dos movimentos sociais de combatividade. Resumindo as vitórias da classe trabalhadora com a greve geral de julho, o periódico irá assim publicar:



*“Embora em parte, os capitalistas e governantes cederam:*

*Os industriais assumiram perante o “Comitê” de Jornalistas o compromisso seguinte:*

*a) manter a concessão feita, de vinte por cento sobre os salários em geral;*

*b) afirmar que não será dispensado nenhum operário que tenha tomado parte na presente greve;*

*c) declarar que respeitarão absolutamente o direito de associação dos seus operários;*

*d) effectuar os pagamentos dos salários dentro da primeira quinzena que se seguir ao mez vencido;*

*e) consignar que acompanharão com a máxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições moraes, materiaes e económicas do operariado de S. Paulo” (A PLEBE, nº 6, p. 4, 21 de julho).*

Apresentando justificativas sobre a necessidade da implementação regular das oito horas de trabalhos diários, Andrade Cadete em texto elucidativo sob o título de *8 horas de trabalho*, dirá que a luta pela redução da jornada de trabalho é profícua para o trabalhador por questões físicas, e para o patronato que desfrutará de mercadorias melhores. Assim ele dirá:

*“Na jornada de 8 horas igualmente se observa que o trabalho produzido é mais perfeito, isto por se encontrar o funcionamento do organismo humano completamente regularizado e lhe ser dado o correspondente descanso. Nestas condições, o detentor dos instrumentos de trabalho vê valorizado os seus artigos e por consequência com mais margem para poder concorrer no mercado” (A PLEBE, nº 12, p. 1, 1º de setembro).*

Outro fator elementar de frutos da organização será a construção da Federação Operária de São Paulo (FOSP) em substituição do Comitê de Defesa Proletária (CDP), no dia 26 de agosto, com

*“a mesma linha de organização que a antecedeu, manifesta-se contra as prisões de operários fazendo impetrar ordens de habeas corpus em favor dos prisioneiros” (KHOURY, 1981, p. 26).*

Ressaltando a necessidade e importância do novo órgão da classe operária, o anarquista João Penteadado irá dizer que a recente Federação Operária nada mais é do que um:

*(...) “organismo vivo e poderoso, apesar de recente, apesar de ter nascido hontem, não deixa de traduzir as nossas mais caras “esperanças e prometter abundantes e salutarees fructos para a causa da emancipação do proletariado!” (A PLEBE, nº 11, p. 1, 25 de agosto).*

O trecho acima descrito ilustra a forte expectativa em relação ao novo periódico que teria o salutar papel de incentivar e potencializar a luta de classes. Após esse artigo, com total entusiasmo, a edição do jornal terá frases de destaque sobre a criação da FOSP, dentre as quais se destaca: *Atividade Animadora – Desenvolve-se o movimento do Proletariado; A Federação Operaria foi reconstituída*

*com grande entusiasmo – Nova grêves de protesto (A Plebe, nº 12, p. 3, 1º de setembro).*

Ao reafirmar as bases do sindicalismo revolucionário, destaca-se no periódico a descrição feita sobre as bases do acordo e a forma de estruturação da Federação em relação aos sindicatos operários não oficializados. Nesse âmbito, irão dizer:

*“As classes que para melhor poderem resolver os trabalhos syndicaes, decidirem dellas se destacar a fim de constituirem secções das uniões de industriais ou officios ou syndicatos autônomos, manterão, junto ás mesmas, comissões de relação compostas de dois delegados” (A PLEBE, nº11, p. 3, 25 de agosto).*

Após as contínuas perseguições aos membros de sindicatos e federações, o periódico lançará com mais frequência artigos sem assinatura de seus autores (certamente para assegurar e manter certa segurança individual e coletiva). *A Plebe*, nº13 publicará o seguinte artigo inicial: *Que nojo!... – Havemos de reagir, apesar de tudo*. Nesse texto, a ação direta será retomada em forma de aclamações veementes para a classe trabalhadora que, denunciando as deportações e mortes de operários, proferirá as seguintes palavras contra os órgãos oficiais do Estado:

*“Não! Mil vezes não! Havemos de reagir, atravez de tudo, contra esse crime inominável, expondo os seus objectos autores á ignomínia, á justiça popular, a fim de que uns laivos de remorso penetrem nas suas consciencias pervertidas. Havemos de mostrar a nossos irmãos trabalhadores, custe o que custar, dêa a quem doer, as consequencias funestas que advêm da desigualdade economica e social presente, apontando-lhes, simultaneamente, o caminho conducente á sua integral emancipação” (A PLEBE, nº 13, p. 1, 25 de agosto).*

Bastante reveladora da repressão sobre a classe operária, os últimos números do periódico serão recheados por denúncias dos atos policiais sobre os membros de sindicatos, federações, jornais operários, que ainda estavam a todo vapor propagando seus ideais, mesmo após a greve de julho. A necessidade de uma união será necessária para *“oppôr uma barreira tenaz ás arremetidas de tão audaciosos escravocratas” (A PLEBE, nº suplemento, p. 1, 15 de setembro).*

Exemplificando isso, o jornal em seu décimo terceiro número publicará *Que Banditismo! A infame trama policial – Está sendo forjado um processo contra os militantes anarquistas*. Nesse texto assinado por R. F.<sup>5</sup> a ação das forças militares em repressão aos *indesejáveis* (LOPREATO, 2000) será clara. Vejamos:

*“A imbecilidade do governo, como a imbecilidade da polícia (já que as duas se confundem) não está, precisamente, no facto de desejar a expulsão de alguns operarios, cuja presença o governo ou a polícia julgam perigosa para o exercício deste governo para a acção desta policia. Somos os primeiros a reconhecer que o governo, seja elle qual for, tem o direito de legitima defeza. A imbecilidade não está, portanto, no exercício deste direito, mas no mau uso que deste direito*

<sup>5</sup> Fruto das perseguições do pós-greve, o aumento de textos assinados com pseudônimos e abreviações, nos impede de identificar o autor citado.

o governo quer fazer” (A PLEBE, nº 13, p. 2, 8 de setembro).

Com certa virilidade, o pequeno texto irá rebater as alegações por parte da polícia de que as greves eram frutos dos *indesejáveis*<sup>6</sup>, ou seja, um pequeno e articulador grupo de anarquistas e não da classe em si.

*“De facto, só um governo de microcephalos pode conceber que os movimentos grevistas são obra de meia dúzia de operários professando idéas subversivas. É, literalmente, o que se pôde chamar o Maximo de obtusidade na arte de discernir. As causas únicas das greves, causas económicas, causas Moraes, essas o governo ignora-as superiormente e superiormente as despreza”* (A PLEBE, nº 13, p. 2, 8 de setembro).

A presença desses indesejáveis só comprova a tese de que “os libertários representavam uma força política ativa e incômoda aos industriais e aos poderes constituídos” (LOPREATO, 2000, p. 217).

Entendido pelo governo como “indesejáveis”, os militantes anarquistas serão penalizados por serem os culpados pelos conflitos na greve de julho, e uma possível articulação de uma nova paralisação geral. Apresentando os elementos dessa designação feita aos anarquistas, em 30 de setembro J. Guanabara escreverá em “Os indesejáveis” assim que as ações repressivas do Estado farão com que “em breve, germinará em resultados grandiosos” (A PLEBE, nº 15, p. 1, 30 de setembro). Para o articulista, o fenômeno de dar aos anarquistas o adjetivo de indesejáveis era normal e usual.

As práticas repressivas aos militantes libertários eram vistas como “crimes do Estado”, uma “campanha infame” contra os “apostolladores das ideias avançadas”.

Assim definido, o Estado é:

*(...) “essa terrível machina destruidora que arrastas milhares de homens ao matadouro humano – A GUERRA. E os políticos, que pregam ao povo o militarismo, jamais se levantaram contra esse tremendo flagelo.”* (A PLEBE, nº 15, p. 1, 30 de setembro).

O redator d’A *Plebe* será preso em fins de setembro quando uma “escala da repressiva do governo” invade a sala onde funcionava a redação do jornal (ADDOR, 1986, p. 119). Com isso, os interesses específicos da classe trabalhadora, *orientados* e propagados por parte da imprensa operária (já que o periódico A *Plebe*, é um dos tantos jornais operários que circularam no Brasil durante esse período), se encontram em completo retrocesso, já que as reivindicações atendidas no plano teórico encontram-se distantes de serem realizadas na prática. Edgard Leuenroth foi preso no dia 14 de setembro de 1917 e liberto apenas em oito de março de 1918 sob a acusação de ser o autor e mentor do roubo ao Moinho Santista no dia 11 de julho durante a greve (LOPREATO, 2000, p. 187).

Por mais que a primeira fase de A *Plebe* (julho a outubro de 1917) fora efêmera, publicando apenas 19 números, ela foi um órgão da classe operária de grande relevância no contexto de sublevação do operariado em 1917. Assim, conforme

ressaltou Guimarães (2011, p. 110), são esses mecanismos que reverberam o que se compreende por *ação direta*, uma prática ética “alicerçada em princípios morais de uma sociedade comunista e libertária futura” que só seria possível através da luta de uma classe específica (a trabalhadora) para a dissolução das relações sociais capitalistas, através da ação direta.

## Considerações finais

Para concluir esse trabalho, sem fechar as portas da reflexão, entendemos que o periódico A *Plebe* reverbera seus objetivos e sua forma de conceber uma determinada concepção de ação política e pedagógica voltada para a revolução social através da *ação direta*. Seus elementos principais - juntamente com outros secundários - estão presentes, além de uma aparência e da retórica utilizada: influem-se novas formas de sociabilidade entre os indivíduos para além do Estado e do capitalismo. Diria, por ora, que o pensamento difundido por A *Plebe* traz com consistência política e pedagógica os pressupostos de novos tipos de relações sociais que, para o ideário dos anarquistas, não é uma “fantasia quimérica” ou um “sonho abstrato”, e sim concreto, fruto das contradições sociais existentes, utilizando-se da ação direta como mecanismo de realização.

Propagadores de uma ruptura radical em relação à sociedade de classes e ao futuro da classe operária, o periódico anarquista reacenderia as chamas da *utopia concreta*<sup>7</sup>, buscaria um otimismo em relação ao pessimismo, já que esse último, nas palavras do filósofo alemão Ernst Bloch nada mais é do que “paralisação pura e simples” (BLOCH, 2005, p. 432).

A *Plebe* se constituiu como uma propulsora elementar do periodismo militante com objetivos claros: a busca de uma sociedade livre e igualitária fundada nos princípios da anarquia.

<sup>6</sup> Os *indesejáveis* eram assim intitulados pelos órgãos repressivos do governo. Faziam alusão, quase que majoritariamente, aos militantes combativos, sobretudo os anarquistas. Para mais, cf. Lopreato (2000, p. 153 – 198).

<sup>7</sup> Abrindo as possibilidades ao operariado de lutar por uma sociedade radicalmente diferente desta. Para esse conceito, ver: Bloch (2005, p. 28; 400 – 430).

## Referências Bibliográficas

Jornais *A Plebe*

n° 01, 09-06-1917; n° 02, 16-06-1917; n° 03, 23-06-1917; n° 04, 30-06-1917; n° 05, 09-07-1917; n° 06, 21-07-1917; n° 07, 28-07-1917; n° 08, 04-08-1917; n° 09, 11-08-1917; n° 10, 18-08-1917; n° 11, 25-08-1917; n° 12, 01-09-1917; n° 13, 08-09-1917; n° 14, 22-09-1917; n° 15, 30-09-1917; n° 16, 07-10-1917; n° 17, 14-10-1917; n° 18, 21-10-1917; n° 19, 30-10-1917; Suplemento, 15-09-1917.

### BIBLIOGRAFIAS

BAKUNIN, M. (2009), *Catecismo Revolucionário: Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo, Imaginário/Faísca.

BLOCH, E. (2005), *O Princípio Esperança vol. 1*. Rio de Janeiro, Contraponto.

BOSI, A. (1977), *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix.

BURKE, P. (2004), *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, EDUSC.

CALSAVARA, T.; MORAES, C. S. V. (2002), "Os anarquistas e a educação - as escolas modernas ou racionalistas" in *II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e Memória da Educação Brasileira*, Natal.

CORRÊA, H. S. S. (2010b), *Revista A.B.C.: Apontamentos de seus Primeiros Anos na segunda década do século XX*. Anais do II Colóquio da Pós-Graduação em Letras. Marília, UNESP.

CORRÊA, F. (2011), *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo, Faísca.

\_\_\_\_\_. (2012), *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARZIA, R. F. (2011), *Pela Desordem: Imagens e Imaginário da Revolução Social entre o Círculo Militante do Jornal A Plebe (1917-1922)*. Anais do V Congresso Internacional de História. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História.

GAWRYSZEWSKI, A. (2009), "A imagem como instrumento da luta anarquista" in A. GAWRYSZEWSKI (org.), *Imagens Anarquistas: análises e debates*, Londrina, Universidade Estadual de Londrina.

GUIMARÃES, A. A. (2011), *Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade)*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

GUARDIA, F. F. (2010), *A Escola Moderna*. Piracicaba, Ateneu Diego Giménez.

HAGEMEYER, R. R. (2008), "A Internacional: sentidos dissonantes no hino dos trabalhadores durante a Guerra Civil Espanhola". *Projeto História*, 36: 211-231.

KHOURY, Y. (1981), *As Greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo, Cortez.

LEUENROTH, E. (1963), *Anarquismo: roteiro da libertação social. Antologia de doutrina crítica-histórica-informações*. Rio de Janeiro, Mundo Livre.

LOPREATO, C. S. R. (2000), *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paul,: Annablume/FAPESP.

MAIO, S. R. (2012), "Imagens em Walter Benjamin: universo ficcional e Literatura". *Revista FronteiraZ*, 9, São Paulo.

MALATESTA, E. (2008), "Um pouco de teoria" in *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Hedra.

\_\_\_\_\_. (2007), "Anarquismo y Anarquía" in RICHARDS, V. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires, Tupac Ediciones.

MARX, K. (1982), *Para a Crítica da Economia Política — Salário, Preço e Lucro — O Rendimento e Suas Fontes*. São Paulo, Abril Cultural.

MATEUS, J. G. F. (2012), *Anarquismo e Educação: uma perspectiva libertária*. Rio de Janeiro, Rizoma Editorial.

PANNEKOEK, A. (2011), *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro, Rizoma Editorial.

RODRIGUES, E. (1969), *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert.

\_\_\_\_\_. (1997), *Pequena História da Imprensa social no Brasil*. Florianópolis, Insular.

\_\_\_\_\_. (s/d), *Trabalho e Conflito. Pesquisa 1906 – 1937*. Rio de Janeiro, Arte Moderna.

\_\_\_\_\_. (1994), *Os Companheiros*. Rio de Janeiro, VJR.

\_\_\_\_\_. (1997), *O Homem e a Terra no Brasil*. Florianópolis, Insular.



\_\_\_\_\_. (1984), *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo, Global.

SAMIS, A. (2002), *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo, Imaginário.

\_\_\_\_\_. (2004), "Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil" in E. COLOMBO (orgs.), *História do Movimento Operário Revolucionário*, São Paulo, Expressão e Arte & Imaginário.

\_\_\_\_\_. (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre.

VALCANTI, B. C. (2010), *Imaginários e Representações Através das Imagens nos Jornais Anarquistas – A Plebe (1917 – 1930)*. in *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca.





# Black Blocs: uma discussão sobre violência performativa e cidadania insurgente

Vitor Matheus  
(UFBA)

**Resumo:** Este artigo busca discutir acerca da tática de ação coletiva vinculada aos “Black Blocs”, tendo em vista as recentes mobilizações no Brasil e a maciça divulgação de um fenômeno até então pouco conhecido em nosso país. Assim, serão utilizadas fontes diversas de depoimentos e discussões, através de reportagens ligadas a jornais brasileiros; entrevistas virtuais; um comunicado de um núcleo dos Black Blocs em Seattle, em 1999; análise de posts e comentários realizados através da página de facebook “Black Bloc RJ<sup>1</sup>”; e uma compilação de documentos vinculados aos Black Blocs organizado pelo Coletivo Baderna no livro “Urgência das Ruas” (2002). O artigo problematiza a noção de violência enquanto um conceito situacional e relacional, contextualizada através do discurso dos Black Blocs por meio de uma linguagem no campo da cultura política e pela negação das estruturas de oportunidades políticas através da violência performativa. Por fim, relaciona a tática dos Black Blocs à noção de “Cidadania Insurgente” de James Holston, demonstrando a necessidade de maiores esforços sociológicos para a compreensão do fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Black Blocs; Cidadania Insurgente; violência performativa; ação coletiva; identidade;

**Abstract:** This article aims to discuss about the tactic of collective action bound to the “Black Blocs”, in view of the recent mobilizations in Brazil and the massive divulgation of a phenomenon until then little known in our country. Thus, will be used various sources of testimonials and discussions, through the articles of Brazilian newspapers; virtual interviews; a communiqué of a Black Blocs group from Seattle, in 1999; and a analysis of posts and comments made on facebook page “Black Bloc RJ”. This article issues the notion of violence as a situational and relational concept, contextualized through the speech of the Black Blocs by a language in the politic culture’s campus and by the negation of the politics opportunities structure through the performed violence. At last, connects the tactic of Black Blocs with the notion of “Insurgent Citizenship” by James Holston, demonstrating the need of bigger sociological efforts to comprehension of the phenomenon.

**KEY-WORDS:** Black Blocs; Insurgent Citizenship; performative violence; collective action; identity;

## Introdução

Os primórdios da tática conhecida como “Black Bloc” remontam ao movimento autonomista europeu no início dos anos 80, mais especificamente na Alemanha Ocidental. Os autonomistas se utilizavam de ocupações (squats) para estabelecer novas formas de sociabilidade no espaço urbano, em contraponto direto ao capitalismo e à força policial (KATISIAFICAS, 2006). A tática difundiu-se rapidamente na Europa e Estados Unidos, nos chamados movimentos Antiglobalização, merecendo destaque a chamada “Batalha de Seattle” em 1999, durante uma rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). A nomenclatura “Bloc” advém da ideia de uma massa coesa, que concilia uma identidade intersubjetiva com a horizontalidade de espaços auto-organizativos.

No Brasil em particular, apesar de encontramos manifestações semelhantes aos Black Blocs no final do século XX e início do século XXI, a nomenclatura do movimento difundiu-se massivamente no ano de 2013 durante as chamadas “manifestações de junho”. Tais manifestações possuíram como estopim a luta pela redução das tarifas do transporte público em São Paulo, expandindo-se para outras localidades e adensando

um conjunto plural e diversificado de pautas. Ao mesmo tempo em que a tática dos Black Blocs chamou a atenção, vemos tentativas distintas de produzir significados sobre os movimentos. Por parte da mídia, vemos a tentativa de adscrever o “vandalismo” como elo de conjunção das manifestações. Por parte dos intelectuais, vemos pontuais tentativas explicativas. E por parte dos próprios manifestantes, enxergamos nas redes sociais digitais e em poucas entrevistas a busca por produzir um significado auto-referenciado de identidade.

O artigo apresenta dois principais interesses de questionamento. Em primeiro lugar, será analisado de que forma os Black Blocs constroem um sentido particular de “violência”, sendo esta situacional e relacional, perpassando processos de linguagem política e criação de estratégias de ação coletiva. Em segundo lugar, serão apontadas características da chamada “cidadania insurgente” (HOLSTON, 2013) na tática dos Black Blocs.

Tendo como foco o discurso produzido pelos próprios Black Blocs, vemos que são necessárias ferramentas diversificadas para problematizar alguns elementos da forma de ação coletiva em questão. Tais ferramentas dizem respeito a investidas teóricas e metodológicas, onde o estudo sobre sujeitos ligados entre si através de uma ideia, mas sem núcleo organizativo vertical, tornam os

<sup>1</sup> Agradeço aos administradores da página “Black Bloc RJ” pela presteza e atenção com a pesquisa.



questionamentos de difícil resolução. Com isso, foram utilizadas cinco fontes distintas para dar cabo da questão.

Primeiramente, foram levantadas entrevistas feitas aos Black Blocs realizadas pela mídia brasileira, a qual minimamente é possível destacar elementos com certa densidade de informações sujeitas à análise. Após essa primeira etapa, foi utilizada a página de Facebook “Black Bloc RJ” como uma importante compilação de discursos e argumentos. Além de possuir uma grande capilaridade, com postagens frequentes (muitas ligadas a informações sobre manifestações, como repasse de contatos com a OAB e identificação de manifestantes presos) e com grande abrangência de visualização (com 71.153 “curtidas”, a maior do Brasil), a administração da página se prontificou a dialogar com a pesquisa. Somado a isso, a página é reconhecida como referência de contato com o movimento, assim como utilizada pela BBC Brasil para encaminhamento de entrevista com manifestantes. Em terceiro lugar, foi utilizado um depoimento do Núcleo ACME dos Black Blocs de Seattle. A seguir, da mesma forma, foram analisados uma série de documentos, em datações históricas distintas, sobre os quais é possível problematizar o discurso elaborado pelos próprios Black Blocs. Tais documentos estão compilados no livro “Urgência das Ruas”, organizado pelo Coletivo Baderna. Na última etapa, foi submetida através da página virtual Black Bloc RJ uma entrevista aos administradores, cujas respostas foram postadas na própria página do grupo.

A utilização destas quatro ferramentas demonstra a necessidade de análise não ortodoxa a este fenômeno, visto peculiaridades e singularidades do objeto de estudo em questão. Além disso, vale destacar que o objetivo do presente trabalho não é um “juízo de valor” sobre os Black Blocs, mas a tentativa de problematização sociológica de um fenômeno tão sujeito a análises sensacionalistas, superficiais e de pouco valor analítico.

## Considerações sobre os Black Blocs: Tática de Ação Direta e Identidade

Na tentativa de enquadrar a tática dos Black Blocs em uma discussão referente à Teoria dos Movimentos Sociais, é preciso proceder com cautela e rigor de análise. Um dos erros mais perigosos é utilizar um escopo teórico que se baseia em formas clássicas de organização, tal como um movimento social homogêneo, orientado a partir de rígidas diretrizes e estruturado em uma clara organização hierárquica de papéis sociais.

Para Melucci (1989), o movimento social deve ser compreendido não como um agente coeso e homogêneo, mas como uma forma específica de ação coletiva (ALONSO, 2009). Segundo o autor, os movimentos sociais devem ser entendidos a partir de *sistemas de ação*, ou seja, sistemas de relações internas e externas que constituem a ação coletiva. A ação, para Melucci, consiste na “interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades

e coerções” (MELUCCI, 1989). Uma das grandes contribuições de Melucci (1989) foi apontar que as estruturas de oportunidades políticas não são iguais para todos os movimentos sociais. Da mesma forma que as estruturas podem se alterar a partir da posição social dos indivíduos, os próprios integrantes dos movimentos são capazes de perceber e apreender cognitivamente de forma diferenciada as estruturas de oportunidades, a partir do acúmulo de experiências sociais no próprio processo da ação.

Através da mediação de diferentes subjetividades, perpassando os sistemas de ação, estabeleceu-se a identidade coletiva do movimento, “uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988). Vê-se que, mesmo sem possuir uma clara organização hierárquica, os manifestantes compartilham símbolos, discursos e formas específicas de agir que o enquadram na noção ampla de Black Bloc. As máscaras, o vestuário negro e a tática de ação direta são fundamentais para a identificação dos membros.

No entanto, é importante destacar que a discussão sobre a noção de identidade é marcada por uma tensão entre diferentes percepções sobre o conceito. De um lado, são levantados argumentos sobre um processo estático de identidade, trazendo à tona elementos cristalizados, originais, essenciais e autênticos, a serem compartilhados por todos os membros de um grupo, a despeito de transformações dos termos de pertencimento. Em contraste, vemos a perspectiva sobre o processo de identificação como um evento dinâmico, sujeito a transformações constantes, destacando a identidade como uma construção social mutável (WOODWARD, 2012). Assim, na análise dinâmica e relacional dos processos de identificação, os diversos sujeitos, individuais e coletivos, estão inseridos em um conjunto de práticas que podem reforçar ou enfraquecer determinados termos de pertencimento e exclusão.

A “definição interativa e compartilhada” referida por Melucci só pode ser aplicada aos Black Blocs quando situada em um campo conflituoso de disputas e conflitos não essenciais. Vemos nos atores sociais em estudo, uma negação de uma identidade compartilhada e adscrita *a priori*. A reivindicação dos Black Blocs enquanto praticantes de uma tática de ação coletiva evidencia a busca pela abertura de um campo social no qual a identidade, no processo de ação, é estabelecida. A disputa de significados em torno da “identidade” de Black Bloc aponta a busca por manter canais abertos onde o processo de identificação pode ser sempre reformulado através do desempenho, e a autodefinição dos integrantes enquanto praticantes de uma tática evidencia a centralidade na ação direta, em detrimento de um funcionamento interno pré-determinado.

Para Tadeu da Silva, a identidade e a diferença são construções sociais e culturais, resultados de atos de criação linguística. As identidades necessitam ser nomeadas, argumentadas, instituídas por meio da linguagem enquanto um processo social (SILVA, 2012). Vemos que a tática de ação coletiva ganha organicidade a partir do compartilhamento

de símbolos, práticas e discursos, onde “a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto à linguagem da qual dependem” (SILVA, 2012). A indeterminação também circunscreve a atribuição de sentidos ao mundo social como um terreno de disputa em torno desta atribuição.

Vejamos a seguir um trecho do depoimento de Black Blocs de Gênova, onde é possível apontar o processo acima evidenciado, de acordo com BADERNA (2002):

*“É verdade que o Block se originou de uma experiência ocorrida na Alemanha, nos anos 80, quando uma boa parte da esquerda radical autônoma alemã se vestia desta forma... De preto, e levavam capuzes e máscaras pretas para os enfrentamentos com a polícia. Era o desejo de participar de uma cultura política, ou talvez uma subcultura. Nunca existiu o Black Block como organização. Ali convergiram pessoas de diversos países que se uniram com a ideia de atacar a Zona Vermelha como repúdio à globalização do capitalismo e ao próprio capitalismo”.*

Com isso, percebemos que o surgimento dos Black Blocs se dá a partir de um processo duplo: o compartilhamento de uma cultura política e a negação de uma organização definida. O primeiro fenômeno ocorre por meio da interação entre símbolos e práticas, que ao serem operacionalizados, vão se mostrar como contraponto ao *establishment*. Tal contraponto baseia-se, nos termos da dialética, não na busca de uma síntese, mas no fortalecimento da tática enquanto antítese, assim como pode ser percebido pela fala de Black Blocs de Gênova:

*“É provável que o fundamento deste debate seja que nós queremos DESTRUIR o sistema capitalista por completo, e muitos dos grupos que fazem estas críticas (ao uso da violência) não queiram mais do que reformas (BADERNA, 2002)”*

Por sua vez, a negação de uma organização definida também é uma expressão da negação da institucionalidade, e a busca pelo rompimento de rígidas hierarquias. Vemos nessas evidências um fortalecimento da noção da identidade enquanto linguagem, que, ao mesmo tempo em que nega a organização clássica de um movimento social, busca fortalecer o compartilhamento de formas de expressão no campo da cultura política. Os núcleos locais do movimento, ao invés de definirem uma estrutura estática de funcionamento para os integrantes, terminam por operacionalizar a ação direta de uma forma em que os termos de expressão e pertencimento podem ser redefinidos e compartilhados, já que a ação se desenrola enquanto linguagem política na tática dos Black Blocs. Vamos explorar essa questão mais a seguir.

Os processos de identificação e diferenciação assumem nos Black Blocs uma inter-relação fundamental para a constituição dos atores. A identificação interna - mesmo que fluida - em núcleos organizativos locais, só ganha sentido quando relacionado a uma ideia: a negação das estruturas de oportunidades políticas, por meio de instrumentos discursivos e simbólicos. Com isso, é imprescindível neste estudo entender de que forma significados distintos são produzidos atra-

vés da ação e do discurso dos Black Blocs. A seguir, serão tratados os temas da violência e da cidadania insurgente, que a partir da perspectiva do presente trabalho são os dois pilares de compreensão dos processos de identificação dos Black Blocs.

## Os Black Blocs e a Violência

Este artigo parte da perspectiva de que o discurso sobre a violência produzido pelos Black Blocs (e a negação da adscrição do “vandalismo”) está relacionado ao processo visivelmente conflituoso de identificação do movimento. Como nos aponta Tomaz Tadeu da Silva (2012),

*“A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (...) Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos materiais e simbólicos da sociedade.”*

A partir do comunicado feito pelo núcleo ACME dos Black Blocs de Seattle (fonte: <http://www.urban75.com/Action/seattle9.htm>), em 1999, podemos apontar como a discussão sobre a violência é utilizada para demarcar a diferença entre os Black Blocs e outros ativismos “não violentos”. Ao se referir a outros tipos de ativismo que criticam a postura “violenta” dos Black Blocs, o comunicado afirma:

*“There is the racism of privileged activists who can afford to ignore the violence perpetrated against the bulk of society and the natural world in the name of private property rights (ACME Collective, 1999)”*

Primeiramente, é preciso afirmar que este pronunciamento possui datação histórica e forte ligação geopolítica, remetendo às mobilizações de novembro de 1999 nos Estados Unidos. Além disso, o pronunciamento se refere somente a um coletivo dos Black Blocs. O que não inviabiliza a análise, visto que o fenômeno em questão é uma produção histórica, intimamente relacionada a contatos extraterritoriais e transnacionais em um mundo globalizado. No comunicado podemos ver elementos que influenciam, ainda hoje, a prática dos Black Blocs no Brasil.

Seguindo a argumentação do documento, é apontado que a tática de “quebrar janelas” tem inspirado oprimidos na comunidade de Seattle muito além das táticas não violentas. Com isso, observamos que a utilização de táticas “violentas” passa a crítica dos Black Blocs à propriedade privada e às diversas ferramentas de opressão ligadas à sua legitimação. O comunicado então demarca os Black Blocs e outros ativismos em espaços sociais distintos, sendo que as ferramentas diferenciadas de ação coletiva ligam-se a processos de identificação mais amplos.

É de suma importância destacar que a conceitualização de violência e não violência se mostra como resultado da produção de discursos sociopolíticos. Em diversos momentos, a violência, sendo esta

marcada por uma caracterização negativa, é utilizada para demarcar práticas não aceitáveis no campo da cultura política. Enquanto isso, a não violência se apresenta como uma necessidade, um comportamento desejado em uma sociedade democrática. Aqui vamos buscar escapar destes marcos de debate, já que partimos da discussão de que não é possível tratar a violência como uma noção ontológica universal.

Assim como apontado por Stanko (2002), não é possível apontar “um significado” sobre a violência. Na verdade, os significados da violência são múltiplos, complexos e contraditórios. Tais significados partem da perspectiva do ator social, sendo definidos a partir da identidade – essa vista como chave de compreensão de como os indivíduos constroem seus próprios significados sobre a violência (STANKO, 2002). Partindo dessa noção, é possível argumentar que a violência é situacional e relacional, o que implica dizer que ela se baseia em relações sociais, identidades e contextos sociais. O uso da noção “violência” na problematização deste artigo não atribui à noção de violência um juízo de valor a priori. Na verdade, como podemos ver, o debate entre a violência e não violência na ação coletiva expressa a necessidade de discussões muito mais profundas.

Através da ação social intersubjetiva, os Black Blocs constroem um significado particular de violência, contextualizado a partir da percepção da estrutura de oportunidades políticas. Partindo da percepção dos Black Blocs sobre a ineficácia das instituições políticas e modelos formais de representação e “não violentos” de ação coletiva, os integrantes realizam uma tática particular de contraponto frente a modelos clássicos de mobilização e disputa da arena política.

Em entrevista à Carta Capital no dia 2 de agosto, Roberto (nome fictício) teceu algumas declarações sobre o porquê de sua participação no movimento. É preciso afirmar que não podemos partir de uma generalização sobre o depoimento do entrevistado, mas o mesmo aponta questões interessantes que carecem de análise, na medida em que a percepção sobre a participação no movimento está relacionada a uma identidade coletiva e a discursos interativos e compartilhados. Vejamos um trecho da entrevista:

*“CC: Por que decidiu ir aos protestos e fazer parte do Black Bloc?”*

*Roberto: Decidi ir porque considero a ação direta uma estratégia tão importante quanto a não direta. Nossa sociedade vive permeada por símbolos, e saber usa-los é essencial em qualquer demanda, seja ela política ou cultural. Participar de um Black Bloc é fazer uso desses símbolos para quebrar pré-conceitos e condicionamentos. Não só do alvo atacado, mas até da própria ideia de vandalismo.*

*A sociedade tende a considerar a depredação como algo “errado” por natureza. Mas se nós sabemos e admitimos que os alvos atacados, em sua maioria agências bancárias até o momento, não foram realmente prejudicados – ou seja, os danos financeiros são irrisórios – qual é o real dano de uma estratégia Black Bloc? Por que deveria ser considerada errada a priori?*

*Não há violência no Black Bloc. Há performance.”* (LOCATELLI; VIEIRA, 2013)”

Podemos levantar dois elementos principais do depoimento: em primeiro lugar, a ação direta e a denominada “violência” são vistas como ferramentas simbólicas de desconstrução de condicionamentos e normas morais da sociedade. Em segundo lugar, a ação direta é apontada como uma performance. Sobre este último elemento, que encabeçou a matéria, é interessante o fato de estar intimamente ligado à Teoria dos Movimentos Sociais.

Os intensos debates entre a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, de origem europeia, e a Teoria do Processo Político, de origem estadunidense, produziu um resultado argumentativo semelhante ao apontado pelo entrevistado. Como nos diz Alonso (2009), através do diálogo com os europeus, a Teoria do Processo Político incorporou a perspectiva de Goffman sobre a performance ao descrever a relação entre agentes e repertório, destacando o improvisado e interpretação dos atores sobre o repertório político utilizado. Partindo dessa noção, os Black Blocs, a partir de uma percepção sobre o esgotamento das estruturas formais de participação, estipularam como repertório de ação coletiva a ação direta, sujeita a transformações no processo cotidiano da ação.

O improvisado, o não dado a priori, a interpretação, o que está em constante processo, demarcam a performance “violenta” e direta dos Black Blocs. Tais noções evidenciam a discussão inicial sobre a identidade do movimento, demarcada enquanto uma linguagem em um campo de cultura política mutável e fluido.

É obviamente necessário que aprofundemos a discussão sobre a relação entre violência e performance. Com isso, partindo das importantes contribuições de Jeffrey S. Juris (2005), a noção de violência performativa se apresenta como uma ferramenta teórica interessante. O autor argumenta que a violência performativa é uma forma de interação social através da qual os atores constroem realidade social, baseando-se em modelos culturais disponíveis. Na violência performativa, mesclam-se elementos interativos, comunicativos e simbólicos, pelos quais os manifestantes tentam fazer valer a transformação social através de uma confrontação performática baseada em antagonismos claros de contestação política. Como argumenta Juris (2005), a violência performativa diz respeito à representação de rituais simbólicos nos quais se dá uma interação violenta, pondo ênfase na linguagem comunicativa e na expressão cultural. Vejamos a seguir o depoimento do Black Bloc RJ e do Núcleo ACME:

*“Black Bloc: nome dado a uma estratégia (tática) de manifestação e protesto anarquista, na qual grupos de afinidade mascarados e vestidos de negro se reúnem com objetivo de protestar em manifestações antiglobalização e/ou anticapitalistas, conferências de representacionistas entre outras ocasiões, utilizando a propaganda pela ação para questionar o sistema vigente”* (Black Bloc RJ, 2013)

*“When we smash a window, we aim to destroy the thin veneer of legitimacy that surrounds private property rights”* (ACME Collective, 1999)



Nesse sentido, vemos a caracterização da ação performativa através da utilização da “propaganda pela ação para questionar o sistema vigente”. A ação direta é uma ação performativa que se utiliza do contraponto entre a ação direta e os padrões “normais” de conduta para disseminar uma crítica ao sistema. Na fala do núcleo ACME, podemos analisar a ação “violenta” como uma ação simbólica de contestação à sacralidade da propriedade privada. De maneira semelhante, podemos analisar o depoimento de Raphaël Scalp sobre os Black Blocs de Gênova:

*“Só para pegar o exemplo de Gênova, é difícil pôr no mesmo nível todas as formas de violência. (...) Queimar um Lada (ou equivalente...) não me parece nem muito claro, nem muito capaz de criar vínculos. Ao contrário, pilhar um banco é uma mensagem política clara”* (BADERNA, 2002)

A violência performativa é apontada então como uma “mensagem política”. No entanto, tal violência se mostra a partir de um significado específico, definido a partir da linguagem expressa na ação direta. De maneira interativa e relacional, a performance é definida não somente pelo ator, mas através de quais meios o ator se comunica. Como vimos, a cultura política dos Black Blocs é expressa por meio da negação da estrutura de oportunidades políticas, se contrapondo a reformas ou disputas pelas “regras do jogo”. O que é negado pela performance violenta termina por definir as características da mensagem política. Assim, já que o carro é destituído de características concretas e simbólicas que o relacionem ao sistema político e econômico, uma ação violenta voltada para destruí-lo termina por falhar enquanto mensagem. Já o banco, que por motivos óbvios é percebido como diretamente ligado ao *establishment*, é portador de um conteúdo material e simbólico a ser confrontado pela ação enquanto antítese.

Como podemos ver pelo discurso de integrantes dos Black Blocs do Canadá, a escolha da violência ou não violência enquanto linguagem política não se dá através de uma livre escolha dos atores sociais. A violência é relacional, assim como a linguagem, sendo definida não somente pelo ator que age, mas pelo contexto em que se desenrola a ação. Um contexto dotado de possibilidades e constrangimentos:

*“Pois não se trata de um debate sobre a não violência. Assim como o governo perfeito ou o estado de felicidade absoluta, a não violência não existe. A partir do momento que uma das duas partes emprega a força, a brutalidade, a não violência não existe mais (...) Não se deve esquecer que são os interesses dos grandes capitalistas que justificam o emprego da violência deles, para atingir seus próprios fins. Enquanto essas condições existirem, será impossível entrar a violência, tanto da parte deles como da nossa”* (BADERNA, 2002)

Podemos enxergar claramente que os integrantes dos Black Blocs não negam a autoria da ação direta, mas negam que eles são os causado-

res primeiros da violência social. Assim como argumentado pelo núcleo ACME dos Black Blocs de Seattle em 1999:

*“The police are charged with protecting the interests of the wealthy few and the blame for the violence cannot be placed upon those who protest those interests”* (ACME Collective, 1999)

Vemos que os integrantes assumem a perspectiva de que os interesses econômicos e a ação policial já se configuram como uma violência, não cabendo essa adscrição aos praticantes da ação direta. Na página do Black Bloc RJ podemos apontar o post no dia 30 de outubro:

*“Sempre manifestei meu REPÚDIO A VIOLÊNCIA, mas a VIOLÊNCIA SEMPRE PARTIU DO ESTADO - na medida em que esse NUNCA se preocupou REALMENTE EM OFERECER CONDIÇÕES PARA que a PAZ que VOCÊ deseja e que talvez você CONHEÇA, seja a realidade de quem não pode PAGAR POR ELA”* (Black Bloc RJ, 2013)

Aqui poderíamos incorrer em um suposto caráter reativo do movimento. Ao estar centrado na percepção sobre o atendimento de direitos de manifestação, relacionado à submissão pela violência policial; a reação (ou ação) pode ser vista como uma performance interativa frente a um repertório de ação coletiva. No entanto, nos parece que o debate entre ação e reação é mais complexo. Como apontado pelo comunicado do Núcleo ACME, por exemplo, vemos a negação de uma suposta característica reativa do movimento, ao apontar que “embora a lógica do Black Bloc possa não fazer sentido para alguns, ela é em todos os casos uma lógica pró-ativa” (BADERNA, 2002). É possível argumentar, dessa forma, que o movimento parte de uma percepção da violência enquanto um contexto instituído, que condiciona a linguagem política ao impossibilitar a não violência. Tal não violência representa, para os Black Blocs, uma aceitação dos termos de funcionamento da estrutura de oportunidades políticas – sendo este funcionamento estruturado com base em uma imposição violenta. O movimento se enxerga como pró-ativo no momento em que, partindo de um contexto situacional, julga mais coerente expressar uma antítese aos “interesses capitalistas” por meio da violência performativa, algo necessário enquanto “essas condições existirem”.

Mais acima, apontamos que a construção de novas formas de sociabilidade nos movimentos sociais (destacando-se aqui o espaço de redes sociais como aglutinador de opiniões) é capaz de produzir uma identidade coletiva dialógica que incide diretamente no significado grupal sobre a violência. No entanto, é possível argumentar que os Black Blocs não representam um rompimento com as normas sociais e a elaboração de uma percepção moral paralela a estas. Ao analisarmos a argumentação de Juris (2005), apontamos que os manifestantes baseiam-se em modelos culturais disponíveis, não havendo uma negação de normas sociais de conduta, mas a agência dos atores em dar novo significado a estas normas e justificar a ação direta através de repertórios argumentativos e simbólicos.

As normas não são produto de um contraste meramente impositivo entre o indivíduo e Estado. Partindo da perspectiva foucaultiana de micropoder, é possível dizer que as normas perpassam todos os corpos sociais, sendo internalizadas nos indivíduos (FOUCAULT, 2012) a partir do processo de aprendizagem, da mídia, das relações de trabalho, das relações familiares, das redes sociais locais, etc. No entanto, ainda seguindo a linha de raciocínio de Foucault, é necessário destacar o papel da agência em mediar a ação do indivíduo a um conjunto de normas sociais (FOUCAULT, 2006). Os movimentos sociais se mostram como importantes ferramentas de agência, demonstrando que o sujeito não é um ente passivo de internalização de condutas, mas capaz de atuar na adaptação das normas à ação social.

A expressão da violência performativa, mesmo negando um contexto cultural posto, parte da necessidade de discutir – também a partir de um padrão cultural de referências – qual o significado situacional dessa violência. Busca-se, pois, uma diferenciação entre a violência enquanto mensagem política (movimento social) e a violência negada por meio dessa mensagem (Estado). Como já dito, os Black Blocs negam que a ação direta institui a violência, mas que tal violência está posta como condicionante à ação política. Ainda, os Black Blocs afirmam a não existência de dano real à sociedade devido aos atos de ação direta. Voltando ao documento do núcleo ACME, vemos a argumentação:

*“We contend that property destruction is not a violent activity unless it destroys lives or causes pain in the process. By this definition, private property – especially corporate private property – is itself infinitely more violent than any action taken against it” (ACME Collective, 1999)*

Assim, contanto que não cause perda de vidas, a violência à propriedade não é vista como um dano. Na verdade, a propriedade em si mesma é apontada como um dano, e as ações direcionadas à sua depredação não são de fato ações violentas. Podemos enxergar nesse trecho que a “violência” em relação à propriedade é seguida de uma argumentação sobre a não justificação do atentado à vida. Isso reforça o não rompimento com as normas sociais, mas a negociação dos atores a partir de um repertório argumentativo político de crítica ao capitalismo e à propriedade privada. Este trecho também se relaciona a uma negação da vitimização decorrente da ação direta, já que o patrimônio privado de grandes empresas e bancos (os símbolos do capitalismo) não é enxergado como algo defensável. Como é possível ver na fundação da página Black Bloc RJ, os administradores afirmam que “O Objetivo do MOVIMENTO BLACK BLOC, o qual divulgamos, é um movimento que visa atingir as grandes empresas e bancos, exemplo: MC Donalds”.

Da mesma forma, o núcleo ACME (1999) encerra seu pronunciamento com a argumentação de que o dano causado pela ação direta é ínfimo, comparado ao dano causado pela alienação e supressão de direitos: “Broken windows can be boarded up (with yet more waste of our forests) and eventually

replaced, but the shattering of assumptions will hopefully persist for some time to come.”

De maneira similar, é negada a vitimização existente no ato de depredação de propriedade privada, por relacionar impessoalidade da vítima (afinal, a vítima diz respeito à propriedade inanimada) e o caráter não defensável da propriedade privada de grandes empreendedores. Em segundo lugar, vemos no Brasil a partir de junto um movimento análogo (feito por agrupamentos além dos Black Blocs) de questionamento sobre a legitimidade da Política Militar, adversária direta nos confrontos. É possível enxergar movimentos distintos de descredibilização da polícia, sendo frequentes nas páginas do Black Bloc RJ postagens referentes a agressões policiais, como postado no dia 25 de novembro de 2013: “A manifestante Renata da Paz perdeu um olho numa explosão de bomba lançada pela polícia militar no dia 20 de Junho de 2013. Não esqueceremos!”.

A campanha encabeçada por diversos movimentos sociais a partir das manifestações de junho no Brasil, através do questionamento “Onde Está Amarildo”, pôs em problematização a violência policial frequente nas periferias cariocas. Além disso, podemos apontar a campanha “#porquevocêatirouemmim”, referente ao assassinato do jovem Douglas na periferia carioca no presente ano, sob a alegação de acidente pela Polícia Militar. Estes fatos corroboram com a ideia de que, em uma tentativa de subverter o estigma de vandalismo e a percepção da população sobre a violência do movimento em relação aos policiais, houve uma investida sobre a imagem da Polícia Militar como uma instituição corrupta e violenta. A pichação no Rio de Janeiro com os dizeres “A polícia mata e eu sou vândalo?”, postada na página do Black Bloc RJ no dia 20 de novembro, é emblemática ao evidenciar a tentativa de, conjuntamente, questionar a legitimidade da polícia e o estigma de vandalismo.

A estratégia discursiva dos Black Blocs objetivou questionar a grande mídia como monopolizadora de discursos em nossa sociedade, além de evidenciar desvios na Polícia Militar e excessos do Poder Judiciário na condenação de manifestantes. Como disse o integrante do Black Bloc RJ à Rádio Voz da Rússia (2013), “A mídia sensacionalista tradicional nos taxa como vândalos tanto aqui dentro como fora do país porque sabem que somos contra eles. Eles beneficiaram a ditadura e manipulam a população, isso não admitimos.”

Encerramos este tópico reforçando a argumentação de que a violência assumida pelos Black Blocs é expressa através de uma linguagem política, fazendo parte da construção da idealização dos Black Blocs. Novamente, tal idealização não é pautada em um conjunto de valores paralelos à sociedade, mas são estruturados tendo como base o novo significado de normas de conduta e de sentidos sobre a violência, assumindo a violência performativa como elemento estruturante da tática Black Bloc. Tal violência performativa se coloca como antagônica ao sistema político e econômico, confrontando as limitações da estrutura de oportunidades com a expressão simbólica da violência.

## Os Black Blocs e a Cidadania Insurgente

James Holston (2013) propõe uma abordagem sobre a cidadania que objetiva repensar noções da teoria democrática clássica. Segundo o autor, devem ser abandonados formalismos fixos e imutáveis sobre noções de cidadania, já que ao mesmo tempo em que o Estado é posto em cheque e a esfera pública sofre uma erosão, novas formas de expressão sociopolítica surgem com repertórios renovados e insurgentes.

A cidadania democrática se mostra como uma linguagem pela qual os mais diversos grupos sociais se utilizam para legitimar discursos e ações. A cidadania é colocada por Holston como uma “arena”, na qual grupos sociais distintos entram em conflito, e onde os fundamentos morais da cidadania são disputados através de práticas sociais contraditórias, nas quais legal e ilegal, formal e informal, justo e injusto, legítimo e criminoso se mesclam (HOLSTON, 2013). O ponto central para compreender Holston é o caráter situacional dos repertórios, já que a perspectiva do ator social modifica o sentido da ação respaldada pela noção moral de cidadania.

Embora as desigualdades distributivas tenham se mantido, os processos democráticos provocaram uma perda da eficácia de efeitos obscurecedores de injustiças sociais (HOLSTON, 2013). A violência sempre foi “endêmica” na constituição da sociedade brasileira, e a cidadania insurgente renovou repertórios contraditórios (também se utilizando da violência) para o questionamento de privilégios e diferenciações.

Visto isso, podemos entender a noção de *cidadania insurgente* de Holston como um terreno fértil de problematização dos Black Blocs. Destacamos aqui que a insurgência se faz na prática quando direitos se convertem em expectativas. Quando as expectativas não são processadas, a agência dos atores reflete a busca pela subversão dos privilégios, sendo que estes são o outro lado da moeda dos direitos não atendidos. Em verdade, “no Brasil, é bastante comum a confusão entre direitos e privilégios enquanto conceitos sociológicos” (LEMOS-NELSON, 2002).

Vejam os a seguir alguns elementos que exemplificam o discurso dos direitos pelos Black Blocs e suas pautas de proposição política. Parece claro nos discursos uma difusão de pautas, ao contrário de movimentos sociais organizados em pautas específicas, ligadas à privação direta de direitos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Sem Teto. Em resposta à entrevista, o Black Bloc RJ nos respondeu:

*“Perguntar o que reivindicamos é quase que uma pergunta idiota, parece até que no BRASIL NÃO TEM NADA PARA REVINDICAR !! Vá nos hospitais, vá nos colégios, olhe o preço dos “transportes públicos”, nosso salário de merda, políticos corruptos...etc. Não temos o que reivindicar !?” (Black Bloc RJ, 2013)”*

A cidadania insurgente dos Black Blocs parece se contrapor de forma generalizada ao *establishment*, com clara fundamentação moral de luta

por direitos e de contraponto ao sistema político e econômico. Aliado a isso, vemos uma argumentação sobre a obviedade da luta política, já que o capitalismo e a corrupção política não são elementos defensáveis. Em entrevista ao portal R7, a página Black Bloc RJ concedeu uma entrevista curta e direta. Vejamos um trecho:

*“R7: Como se definem e por que aderiram ao movimento?”*

*Black Bloc RJ: Principalmente contra a repressão.*

*R7: Qual o objetivo do grupo hoje, diante do cenário político do País?”*

*Black Bloc RJ: Queremos tirar a desigualdade social, tirar a corrupção e a repressão ridícula do Estado” (BARROS, 2013)*

É interessante observar que as pautas levantadas, de maneira direta ou indireta, estão presentes na noção de cidadania democrática e em direitos defendidos pela Constituição de 1988. No entanto, como aponta Holston (2013) tais direitos positivos não asseguraram direitos substantivos, sendo a cidadania a arena de disputa na qual grupos sociais entram em conflitos simbólicos e materiais. Está presente, assim, a democracia enquanto um valor (mesmo que abstrato) defendido através da insurgência, o que provoca também, segundo o autor, posições contraditórias que caminham entre a legalidade e a ilegalidade.

Assinando o comunicado já citado neste artigo, o núcleo ACME dos Black Blocs de Seattle encerra com a frase “Against the Capital and State”, de cunho notoriamente anticapitalista e anarquista. Ideais que iriam nortear os diversos núcleos em diferentes localidades. O que é preciso chamar a atenção é que esses ideais não são estáticos. Na verdade, a cidadania insurgente se utiliza de repertórios relacionais, a partir do contexto de vivência dos atores e do momento histórico. A partir de entrevista com cerca de trinta Black Blocs, a professora da Unifesp Esther Solano relata ao jornal Brasil de Fato sobre o impacto das manifestações de junho para a proposição política dos Black Blocs. Segundo ela, os discursos anticapitalistas e antiglobalização em um nível mais geral ganharam concretude na crítica à “precariedade do Estado brasileiro”. Como aponta a pesquisadora,

*“Ou seja, talvez não tanto contra o capital (os discursos mais fortes), mas incorporando as bandeiras e as reivindicações dos protestos: mudanças e melhoria do sistema político de forma geral. O anarquismo é a inspiração, mas, durante as conversas, aparecem muito mais a precariedade do Estado brasileiro e a violência institucional do que as ideias anarquistas como motivações de sua presença nas ruas” (HEBMÜLLER, 2013)*

A cidadania insurgente dos Black Blocs evoca nitidamente uma auto-identificação pelo interesse popular, que não pode se manifestar através dos meios formais devido aos desvios das instituições políticas. Os insurgentes falam então em nome das vontades do povo, já que a defesa de direitos diz respeito ao domínio público (MARQUAND, 2004), ou seja, ao reino da cidadania e às dimensões da vida social voltadas ao interesse comum. A seguir, podemos observar alguns ele-



mentos interessantes em duas postagens da página Black Bloc RJ, no dia 16 de julho e outra no dia 14 de novembro:

*"[...] Somos contra o capitalismo discriminado, somos contra a opressão social, somos contra políticos sujos e governos que não cumprem o seu papel. Lutamos em favor do povo, do nosso modo, claro. Não representamos a massa, representamos as vontades dela. Não fazemos porque somos vândalos, fazemos para atingir o bolso de quem ajuda a nos oprimir e chamar atenção em relação a atitudes governamentais e nossa insatisfação [...]"*

*Somos um grupo anticapitalista. [...]"*

*Somos anarquistas (Black Bloc RJ, 16 de julho)"*

*"O governo começa a agir com mais força quando ele acha que está perdendo o controle sob o povo. Nome disso, medo. Podem tentar nos reprimir, mas não conseguirão. Nós, o povo, somos fortes."*

*Bom dia guerreirxs! (Black Bloc RJ, 14 de novembro)"*

Em primeiro lugar, podemos notar no discurso a argumentação de combate à "opressão social", linha nitidamente baseada em uma cidadania democrática. A seguir, vemos que a frase "somos contra políticos sujos e governos que não cumprem o seu papel" diferencia claramente quem é o governo, e quem é o "nós" implícito na argumentação. Da mesma forma, na segunda fala podemos destacar o contraste entre "o governo" e "nós, o povo". Ao contrário da linha participacionista adotada pela maioria dos movimentos sociais brasileiros no período pós-democratização, os Black Blocs se mostram contra um sistema representativo, e não objetivam disputar o Estado, mas negá-lo através da ação direta.

Em entrevista à Carta Capital, Roberto (nome fictício) traz alguns elementos argumentativos sobre a "crise de representatividade" do movimento:

*"Não me sinto representado por nenhum partido político. Veja que a conotação de "representação" aqui é outra. Não me sinto representado por partidos porque não sou a favor de uma democracia representativa, mas sim de uma democracia direta. A forma como os partidos políticos estão configurados atualmente serve apenas dentro da lógica da democracia representativa" (LOCATELLI, VIEIRA, 2013)*

A subversão da "lógica de democracia representativa" se daria através da ação direta e da violência performativa, como já tratamos aqui. Tal fenômeno se relaciona com a discussão de Holston (2013) sobre "democracia disjuntiva", através da qual de maneira contraditória se conciliam a política democrática e a injustiça. A cidadania insurgente é, então, a manifestação política inserida em um sistema disjuntivo, não linear, na qual estão presentes elementos progressivos, regressivos, heterodoxos e corrosivos, pelos quais a cidadania democrática insurgente se tornou a linguagem moral comum de justificação do legal e do ilegal (HOLSTON, 2013).

A violência performativa se relaciona diretamente ao repertório argumentativo do direito à livre expressão e manifestação. Falar sobre a per-

versão do sistema econômico e político significa falar sobre expectativas e demandas que não são processadas por instituições formais de representação. Sendo assim, a cidadania insurgente se mostra como uma forma de manifestar a insatisfação quanto às demandas não processadas.

Young (2002, p.15) aponta a existência de espirais de violência advindas com o crescimento de expectativas de cidadania, a partir de "demandas frustradas e desejos não satisfeitos". As expectativas não são acompanhadas por reais condições de satisfazê-las, e a violência corresponderia à utilização de meios ilícitos e informais para obter algo negado através de mecanismos formais ligados ao Estado ou ao mercado. Ora, é possível argumentar um fenômeno semelhante relacionado aos Black Blocs. A percepção sobre a baixa eficácia e efetividade de meios formais da política democrática, aliada à frustração de expectativas de cidadania não atendidas, ocasionam na eclosão de movimentos que se utilizam de um repertório de negação da política institucional e de utilização da violência performativa como forma de ação coletiva.

Vejamos um trecho da entrevista concedida pelos administradores da página Black Bloc RJ:

*"NUNCA começamos os confrontos, a TÁTICA é apenas executada para garantir o direito LIVRE de manifestação do POVO!! Quando não temos esse direito livre e somos agredidos seja verbal ou fisicamente, aí sim reagimos!! Não é justo!?" (Black Bloc RJ, 2013)"*

Quando se evoca a noção de justiça para argumentar em defesa de uma tática considerada ilegal pelo direito positivo, está se argumentando através de direitos substantivos ainda em disputa. Tal encruzilhada, entre a positividade e a substantividade do direito, talvez seja um dos principais elementos de discussão na teoria sobre a justiça social (FIGUEIREDO, 1997), estando os grupos sociais progressistas situados na disputa por uma justiça social enquanto valor e princípio.

Por fim, cabe aqui analisar como a cidadania insurgente dos Black Blocs se relaciona à violência policial. Já apontamos anteriormente que a mobilização dos Black Blocs e de outros movimentos sociais se deu de maneira análoga a campanhas de deslegitimação e questionamento em relação à Polícia Militar. O fortalecimento da pauta de desmilitarização da Polícia Militar utilizou, visivelmente, um repertório de cidadania democrática para sua legitimação. Os Black Blocs se colocam então como a "linha de frente" das manifestações, protegendo a população da violência policial. As próprias manifestações evidenciam a utilização de um aparato militar que, mesmo que infinitamente inferior ao utilizado nas periferias, se mostrou desproporcional e na contramão de uma governança democrática.

O fato é que a cidadania insurgente e a repressão são lados opostos da disputa por direitos. Como Holston (2013) aponta, a cidadania insurgente se utiliza de um repertório universalista de direitos, colocando a crítica ao *establishment* como estrutura fundamental da cidadania democrática. Já a repressão policial faz uso de uma noção restrita de direitos, sendo estes vistos como privilégios, e como tais devem ser assegurados a

uma parte seleta da sociedade. A crítica aos Black Blocs como ameaça à ordem pública, e a identificação compulsória de “vândalos”, termina por retificar a ordem social e colocá-la em um patamar alheio a questionamentos e a insurgências.

Se seguirmos a linha de raciocínio de Gartner (1997), podemos argumentar que os contextos institucionais e culturais interferem, tanto indiretamente quanto diretamente, nos níveis de violência interpessoal e na aceitação ao uso da violência. A estratificação social e a legitimação da brutalidade policial, associados a outros fatores, ocasionam em níveis altíssimos de violência no Brasil, sendo esta uma violência endêmica que perpassa toda nossa história (HOLSTON, 2013). Sendo a violência uma noção relacional, não é possível compreender a utilização da “violência” por parte dos Black Blocs se não problematizarmos também a instrumentalização e institucionalização da violência policial. A violência performativa enquanto linguagem pró-ativa se dá em um contexto na qual a violência já está instituída enquanto elemento estruturante do Estado e das relações sociopolíticas.

## Considerações Finais

A disputa por um significado diferenciado de violência, através da linguagem no campo da cultura política e da performance por meio da ação coletiva, evidenciam os Black Blocs enquanto uma tática muito mais complexa do que a discussão recentemente estabelecida sobre “vandalismo”

Como bem nos diz Wanderley Guilherme dos Santos (1987), a ordem social não existe a priori, ela é produzida através de conflitos. Os diferentes grupos sociais apreendem de forma diferenciada a realidade, construindo subjetividades particu-

lares e diferenciadas. Tais subjetividades são utilizadas como repertório de disputa, onde os atores sociais entram em conflito pela objetivação de determinadas visões de mundo.

Este artigo buscou mostrar que a discussão sobre os Black Blocs deve atingir outro patamar, tornando mais complexas discussões que persistem em seguir sem valor analítico concreto. Como argumentado, os Black Blocs se situam em um terreno conflituoso de cidadania insurgente, onde expectativas de direitos não são atendidas pelos canais formais de política democrática. A violência performativa, dessa forma, se mostra como uma expressão simbólica, concreta e comunicativa, evidenciando características disjuntivas do sistema político. E ainda, a violência deve ser compreendida a partir das perspectivas dos atores sociais, sendo falha qualquer tentativa de adscrever um “sentido” ontológico e universal da violência.

Por fim, apontamos que a violência enquanto repertório de uma cidadania insurgente deve ser entendida a partir de uma contextualização política e relacional, onde os interstícios de conflito entre o poder público e a sociedade civil se configuram como espaços conflituosos de disputa por uma noção ampla de cidadania. Tal disputa se dá a partir da violência enquanto performance comunicativa, que evidencia a negação da estrutura de oportunidades políticas e o fortalecimento de uma cultura política específica.



## Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. (2009), *As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate*. São Paulo, Lua Nova.
- BADERNA. (2002), Coletivo (org). *Urgência das Ruas: Black Bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*.
- BARROS, Ruy. (2013), "Não somos só vândalos", dizem black blocs do Rio. R7.
- CIRILO, João Batista. (2013). "Black Bloc comenta repercussão de manifestações na mídia". Rádio Voz da Rússia.
- FOUCAULT, Michel. (2006), *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo, Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2012), *Microfísica do Poder*. Ed. Graal.
- GARTNER, R. (1997). "Cross-Cultural Aspects of Violence". In: GRISOLIA, J.S.; SANMARTIN, J.; LUJÁN, J.L.; GRISOLIA, S. *Violence: From Biology to Society*. Elsevier.
- HEBMÜLLER, Paulo. (2013). "Black blocs, o alvo é a Copa". *Brasil de Fato*.
- HOLSTON, James. (2013). *Cidadania Insurgente: Disjunções da Cidadania e da Modernidade no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FIGUEIREDO, A.C. (1997). *Princípios de Justiça e Avaliação de Políticas Públicas*. São Paulo, Lua Nova.
- JURIS, Jeffrey S. (2005). "Violencia Representada e Imaginada. Jóvenes Activistas, el Black Bloc y Los Medios de Comunicación em Génova", in: FERRÁNDIZ, Francisco; FEIXA, Carles (eds). *Jóvenes Sin Tregua: Culturas y Políticas de la Violencia*. Anthropos.
- KATSIAFICAS, George. (2006). *The Subversion of Politics: European Autonomous Social Movements and the Decolonization of Everyday Life*. AK Press.
- LEMONS-NELSON, A.T. "Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito". *Caderno CEAS*: 9-36.
- LOCATELLI, Piero; VIEIRA, William. (2013). "Não há violência no Black Bloc. Há performance". *Carta Capital*.
- MARQUAND, David. (2004), *Decline of the Public*. Cambridge, Polity Press.
- MELUCCI, Alberto. (1989), *Um Objetivo para Os Movimentos Sociais?*. São Paulo, Lua Nova.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1987), *Teoria Social e Análise de Políticas Públicas. Cidadania e Justiça*. 2. Edição, Rio de Janeiro, Campus.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (2000), "A Produção Social da Identidade e da Diferença", in SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.
- STANKO, E. (2002), "Introduction: Conceptualising the meanings of violence", in STANKO, E. (org), *The Meanings of Violence*, London, Routledge.
- WOODWARD, Kathryn. (2000), "Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual", in SILVA, Tomaz Tadeu da (org), *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Vozes.
- YOUNG, J. "Da Sociedade Inclusiva à Sociedade Excludente", in *A Sociedade Excludente: Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente*, Rio de Janeiro, Revan.



# Theodor W. Adorno e o significado das ciências sociais

André Campos  
Rocha  
(UFMG)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo compreender o significado das ciências sociais para um dos grandes filósofos do século XX, o alemão Theodor Wiesengrund Adorno. A partir da obra de Karl Marx (1818-1883), Adorno procurou refletir sobre a natureza do sistema capitalista e as possibilidades de sua superação, e criticou veementemente as abordagens epistemológicas clássicas das ciências sociais, as quais representariam um importante papel na permanência do capitalismo, pois tributárias de uma reflexão teórica *acrítica*, imune às perspectivas de transformação social. Portanto, procurarei mostrar quais são as críticas de Adorno em relação a essas abordagens: mais especificamente o positivismo de Comte e Durkheim, que pretendia transpor, para o estudo das relações sociais, os métodos “objetivistas” das ciências naturais e alguns princípios da teoria sociológica de outro “pai fundador” da disciplina, Max Weber. Segundo Adorno, este aspecto *fatalista e acrítico* encontrado nas teorias clássicas estaria presente também na prática sociológica de seu tempo, com a qual ele manteve estreito contato em sua viagem aos Estados Unidos na década de 40, exilado das perseguições a intelectuais e judeus ocorridas na Alemanha nazista. A partir das críticas de Adorno aos métodos mais modernos de pesquisa sociológica, que ele denominou, em seu conjunto, de *investigação social empírica*, pretendo esboçar aquilo que ele próprio entende por ciências sociais, que devem possuir, segundo Adorno, o teor crítico necessário a qualquer reflexão que intencione emancipar os homens da opressão e ajudá-los a construir sua liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria Crítica; Theodor W. Adorno; Positivismo; Investigação social empírica

**Abstract:** The present article objectifies understand the meaning of social sciences for one of the greatest philosophers in the 20<sup>th</sup> century, the German Theodor Wiesengrund Adorno. Based on Karl Marx's work, Adorno tried to reflect about the nature of capitalist system and the possibilities of its overcoming and strongly criticized the classical epistemological approaches in social sciences, which would represent an important role on the endurance of capitalism, because they were supposed to incite an uncritical theoretic reflection, immunized from social transformations. Therefore, I want to come out with Adorno's criticisms about those approaches: particularly the positivism of Comte and Durkheim, which tried to apply to the study of social relations the “objectivist” perspective of natural sciences and about some principles of sociological theory of other sociology's “founding father”, Max Weber. According to Adorno, this fatalist and uncritical aspect regarding to the classical theories would also be presented in the sociological practice of his own time, which Adorno made contact in his exile from Germany to United States at forty's. Based on Adorno's criticisms about modern methods of sociological research, called by him empirical investigation method, I want to sketch his own understanding of what would be a critical social science, which, for him, must have the critical content necessary for thinking the emancipation of human being and helping it to construct its liberty.

**KEYWORDS:** Critical Theory; Theodor W. Adorno; Positivism; Empirical investigation method

## Contexto

Em termos gerais, podemos situar a figura intelectual de Theodor Adorno (1903-1969) dentro das múltiplas “escolas” que coexistem no âmbito das ciências humanas na corrente de pensamento denominada “Marxismo Ocidental”. De acordo com Merleau-Ponty, o qual popularizou o termo em sua obra de 1955, *As aventuras da dialética*, ele serviria para identificar um conjunto de pensadores que se colocaram à margem de uma ortodoxia marxista, especialmente em sua versão oficial Soviética, que à época se transformou, de uma doutrina com propósitos libertários e emancipatórios, em instrumento ideológico para a legitimação de um regime político com traços tirânicos. Ainda de acordo com Merleau-Ponty, dentre as inúmeras

características teóricas que perpassam a obra dos pensadores do “Marxismo Ocidental”, algumas apresentam-se, de uma forma ou de outra, inerentes ao trabalho de todos eles: o *subjetivismo*, o *humanismo* e o *não dogmatismo*. (JAY, 1984, p. 2)

De uma forma mais específica, Adorno é um conhecido membro da “Teoria Crítica”, associada ao Instituto de Pesquisas Sociais (*Institut für Sozialforschung*) criado oficialmente em 3 de fevereiro de 1923, na Alemanha, e com prédio próprio filiado à Universidade de Frankfurt a partir de junho 1924. Adorno só se filiará oficialmente ao Instituto na década de 30 quando seu amigo e colaborador intelectual, Max Horkheimer, se tornou diretor e criou um novo veículo de produção e divulgação de seus trabalhos, a *Zeitschrift für Sozialforschung* (Revista de Pesquisa Social).<sup>1</sup> (FREITAG, p. 10). O principal esforço dos intelectuais do Ins-

tituto foi tentar compreender porque a revolução socialista insinuada por Marx no século XIX não ocorreu como o esperado. No início do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial, o centro de gravidade do socialismo se deslocou para o Leste da Europa. Esta situação criou um impasse para os intelectuais marxistas alemães, os quais viram a tentativa da revolução fracassar em seu país: por um lado, poderiam apoiar o socialismo moderado do Partido Social-Democrata (SPD) e, ao fazê-lo, acatar implicitamente a situação política da República de Weimar; por outro, poderiam aceitar a liderança do Partido Comunista da Alemanha (KPD) e rejeitar as condescendências burguesas do novo regime. Uma terceira via, entretanto, foi adotada: voltando às raízes do pensamento teórico socialista, a ideia era visitar e reinterpretar o legado filosófico de Karl Marx, com o intuito de evitar os erros passados e guiar a ação futura. Pelo reconhecimento do fracasso de uma unificação de *teoria* e *práxis*, ilustrada pela não realização efetiva do projeto comunista – da completa igualdade entre os homens, do fim da alienação, da opressão e da dominação – ecoada a partir dos acontecimentos posteriores à Revolução de Outubro de 1917, o foco na inovação teórica tornou-se premente; afinal, como reconhece Adorno, embora em circunstâncias diversas:

“O agir imediato, no entanto, que sempre lembra o bater com estrondo, está incomparavelmente mais próximo da repressão do que o pensamento, o qual ajuda a respirar.” (ADORNO, 1995, p. 223).

Reconstruir a lógica e o método de um “novo” Marxismo, adequado às condições sociais, econômicas e políticas do século XX, estava, portanto, na “ordem do dia”.

A dificuldade do legado intelectual deixado por Karl Marx remonta à natureza imbricada e concatenada dos diversos aspectos de seu pensamento, ou seja, o cientista social Marx é, a um só tempo, filósofo, economista, ativista político e sociólogo. Além disso, a exagerada importância que ele teria conferido ao âmbito infra-estrutural (econômico) da sociedade, levou-o a negligenciar as formas super-estruturais que representariam um papel central na permanência e na reprodução do sistema capitalista como um todo.<sup>2</sup> No século XX, o capitalismo desenvolveu mecanismos que lhe permitiu sobreviver às suas crises periódicas impedindo o seu desmoronamento e sua substituição por uma revolução socialista (AGGER, p. 108). Um destes mecanismos refere-se à falsa consciência que permeia a vida dos homens no modo de produção capitalista, que os impede de ver com clareza seu caráter fetichista, a qual é escondida, protegida e perpetrada por uma “superfície” ideológica, afirmando o mundo tal qual ele é como “inevitável” e “racional”. Não conseguir chegar às profundezas das relações sociais – a essência dos fenômenos – e hipostasiá-las é conceber a experiência social como imutável e necessária; é estar cego ao seu caráter primordialmente histórico e contingente, e, portanto, passível de mudança. Neste contexto, para os teóricos críticos em geral, que herdaram de Marx a tarefa de analisar criticamente as dimensões sociais centrais à reprodução do capitalismo, cultura, ciência, costumes, hábitos e as

mais diversas formas de consolidação da super-estrutura na dinâmica social, ganham um peso igual – senão maior – que as formas econômicas nas quais, a princípio, teriam sua origem.

Dentro deste contexto, ou seja, a tentativa dos teóricos frankfurtianos de reconstruir, a partir do legado de Marx, um corpo teórico consistente e acorde com as circunstâncias atuais, eminentemente crítico, o objetivo desta pesquisa se delineia. Neste sentido, me utilizarei do pensamento de um de seus membros mais ilustres: Theodor W. Adorno.<sup>3</sup> Além de ser considerado um dos filósofos mais notáveis do século XX, Adorno realizou importantes reflexões acerca dos fundamentos e princípios das ciências sociais, as quais deveriam seu surgimento a correntes filosóficas centrais para o século XIX. Não obstante, suas raízes intelectuais calcadas no pensamento filosófico europeu, Adorno vivenciou e refletiu em seu exílio aos Estados Unidos, acerca do nascimento e da consolidação de métodos sociológicos baseados fundamentalmente na *empíria*, com um viés radicalmente não especulativo (tais métodos são denominados por Adorno, em seu conjunto, como *investigação social empírica*). Meu objetivo é analisar, de modo sinóptico, os principais argumentos críticos de Adorno em relação a ambas as tradições de pensamento, respectivamente: a primeira, europeia, personificada nas figuras de dois pais fundadores da sociologia: Durkheim e Weber; a segunda, americana e mais moderna, cujas influências cristalizaram-se de modo agudo nas práticas sociológicas contemporâneas.

Na parte final tentarei resgatar alguns argumentos nodais que serão desenvolvidos ao longo do texto e resumi-los, ressaltando as contribuições que o pensamento de Adorno e de seus companheiros da Teoria Crítica deixam para os cientistas sociais do século XXI.

## O positivismo e as ciências humanas

O positivismo enquanto motivação filosófica e científica agrega uma pluralidade de correntes de pensamento tão ampla que, se nos prendermos a essa amplitude, qualquer classificação precisa seria impossibilitada. Podemos atribuir o predicado “positivista” a tradições de pensamento bem distantes no tempo e no espaço: o empirismo inglês, o iluminismo francês, o empirismo lógico, o empiro-criticismo, entre inúmeros outros (DOMINGUES, p. 169). A variante que servirá de objeto à crítica de Adorno, dentro dos objetivos deste trabalho, é o positivismo de Comte e Durkheim, os quais figuram, junto à Weber e Marx, no panteão dos pais fundadores da sociologia. Note-se que a expressão “positivismo” foi cunhada pelo próprio Comte em 1838, no volume quatro de sua principal obra, o *Curso de filosofia positiva*. Dentro dessa tradição, que se propôs a erigir uma ciência do homem pautada nos ideais de objetividade e neutralidade afins às ciências naturais, Adorno discerne o *fatalismo* e a *passividade*, e contrapõe a esses a *crítica* própria aos primeiros intentos do homem em, desde a Antiguidade, esforçar-se por construir um pensamento sobre a sociedade que levasse em conta, concomitantemente, a refle-

**1** Muitas vezes, denomina-se a reunião dos trabalhos dos membros do Instituto com a alcunha “Escola de Frankfurt”. Esta expressão é por vezes interpretada de forma equívoca; isto porque, a unidade teórica entre os seus pensadores raramente existiu. Seu uso justifica-se como uma forma de referência a “institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não-ortodoxos, que na década dos anos 20 permaneceram à margem de uma marxismo-leninismo clássico, seja em sua versão teórico-ideológica”, seja em sua linha militante e partidária” (FREITAG:10). Além disso, como sugere Freitag, o grosso de sua produção teórica foi produzida, em sua maior parte, fora de Frankfurt. (FREITAG: 9)

**2** Apesar de o trecho sugerir que Marx de fato negligenciou o âmbito super-estrutural da sociedade, não podemos afirmá-lo com certeza. Há uma enorme controvérsia a esse respeito, de modo que podemos dizer que esta conclusão é de marxistas e não é tão simples no pensamento do próprio Marx.

**3** Evidentemente, algumas ideias que utilizarei provêm não só do trabalho de Adorno como também derivam, direta ou indiretamente, de seus “parceiros” intelectuais, como Max Horkheimer. A coautoria manifesta em seus diversos escritos dificulta a especificar as ideias provenientes de um ou de outro.

xão sobre ela e sua possível mudança. Platão, por exemplo, diante das dificuldades de seu tempo, preconizou uma reorganização total da sociedade, a qual só podia efetuar-se através da figura do rei filósofo. Ele, e somente ele, após “sair da caverna” e contemplar, sem intermediários, o *Bem em si*, poderia realizar a tarefa designada: “a intenção desse primeiro projeto de sociedade racional, levada a cabo por Platão, não diz outra coisa senão que acabem as desgraças da humanidade.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1974, p. 15). Este tipo de meditação filosófica, onde o Ser e o Dever-ser estão entretrecidos, imbricados e entrelaçados, guiou a reflexão do homem sobre a sociedade ao longo da história. Não só Platão, mas grandes figuras do pensamento, como Aristóteles e Hegel, tomaram-no como ponto de referência. A sociologia, filha do positivismo, em acentuada contraposição aos seus antecedentes, fundamentou-se por princípios radicalmente opostos: sua empreitada é libertar os homens do pensamento teológico e metafísico, e tirá-los, de uma vez por todas, da neblina deturpadora da superstição e da especulação. Com isto, entretanto, não só a metafísica sai de cena, mas, no tocante à crítica, também a possibilidade de reconhecer a distância entre Ser e Dever-Ser, cerne daquela reflexão filosófica acerca da sociedade. Postula-se, em substituição:

“acercar-se dos fenômenos tais como eles se oferecem à observação e à experiência e tomá-los tais quais, como fatos ou dados da experiência, sem se apoiar em nenhuma ideia preconcebida e sem buscar nenhuma essência escondida por trás deles”, “estabelecer correlações entre os fenômenos observados, fixar os nexos causais que os envolvem e determinar leis que os governam”, e, finalmente, “procurar confirmar as correlações, corroborar os nexos causais e comprovar as leis por meio de testes precisos e de experimentos concludentes.” (DOMINGUES, p. 172).

Com a afirmação de que os fatos falam *por si*, que os fenômenos *em si* têm precedência gnosiológica na construção do conhecimento, com o abandono da busca por essências, o desdobramento lógico disto é que devemos buscar os nexos causais que regem os acontecimentos sociais e, ulteriormente, subsumi-los a leis imutáveis. No fundo, nutre-se a expectativa, com o projeto comteano, de que transformemos a sociologia em uma *física social* e que assim, os homens, como partículas atuantes deste “universo”, reconheçam-se regidos por leis universais, em analogia à atuação da lei da gravitação universal sobre o mundo físico. Segundo Comte (p. 7):

“... o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais.”

As ferramentas matemáticas serviriam para um duplo propósito: por um lado, justificam-se como parte do método, mediando a observação dos fe-

nômenos particulares à sua instalação no *corpus teórico* da lei; por outro lado, servem como prova inequívoca da *objetividade* dos métodos positivistas, afinal os números falam *por si*.

Segundo Adorno, há contradições latentes dentro do pensamento positivista que necessitam de uma clarificação racional a partir da crítica imanente de seus próprios princípios; devem-se desnudar suas falsidades, suas insuficiências, seus traços ideológicos. Como o termo já sugere, o positivismo postula de forma inescrutável uma dada visão da realidade que, por enfatizar demasiadamente seus pressupostos, fica subordinado de uma maneira servil a eles. Quando dizemos, por exemplo, que nossa sociedade é fundada no Direito positivo, isto quer dizer que, o juiz ao executar uma sentença não pode questionar os princípios que o levaram a dar *um* determinado tipo de resolução ao caso e *não outro*, mesmo que ele, pelo seu próprio juízo íntimo, não concorde com a sentença que ele mesmo prescreveu, por reconhecer contradições entre o direito e a justiça. Isto porque, acima dele, há a nota fria e impessoal da lei, da qual não pode prescindir. De modo análogo, o positivismo na ciência tira o espaço da dúvida, do questionamento, da contestação em prol de seus preceitos metódicos mais íntimos, de sua “objetividade”. Para Adorno, esta adequação incondicional à verdade como fundada nos fatos, no número, na necessidade lógica, torna-se não só um tipo de fetiche no âmbito da ciência, como serve à perpetuação de um dado “estado de coisas”. Assim, o positivismo é uma forma ideológica de manutenção da forma de produção capitalista e de toda sua lógica de dominação. Intencionando retirar os homens do jugo da superstição e do mito, o pensamento positivista foi incapaz de fazê-lo, porque *ele mesmo* se torna vítima de um mito e uma ideologia: o feitiço virou contra o feiteiro.<sup>4</sup> O argumento pode ser expandido do âmbito da ciência ao âmbito da organização da sociedade em geral, sugerindo que o positivismo é a forma mais dominante de ideologia no capitalismo tardio no sentido de que as pessoas são ensinadas a aceitar o mundo “tal qual ele é”, perpetuando-o irreflexivamente. (AGGER, p. 109). Na medida em que a tarefa do conhecimento é refletir o mundo “lá fora” somos levados a uma impassível identificação entre racionalidade e realidade.

O *ethos* positivista de conceber “o real” manifesta-se de forma paradoxal na condição do cientista – sujeito do conhecimento – como na dos seres humanos – objetos do conhecimento. No primeiro caso, como *sujeito*, o cientista é incapaz de perceber que o imperativo de “objetividade” e “neutralidade” que fundamenta sua atividade é fruto de uma concepção de mundo construída por uma classe específica dentro do processo histórico concreto. Portanto, desvelar as relações de poder por trás da aparente “neutralidade” de interesses de seu labor é essencial para sua autorreflexão. O enraizamento da noção positivista de ciência está atrelado à ascensão da classe burguesa no século XIX, para quem, afinal de contas, um olhar científico “neutro” para o mundo legitimaria sua posição de classe dominante e afastaria como consequência, oportunamente, a pretensa tentativa de negar a ordem existente. Neste contexto, o cientista social, ao agir positivamente (não falo

4 Este tema é longamente desenvolvido na obra filosófica “Dialética do Esclarecimento”, publicada em 1947. Ver: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.



aqui de um positivismo estrito, metódico, etc, mas propriamente de um *ethos*) encontra-se num impasse: por um lado, ele contribui ativamente para a reprodução social do existente, para o incremento do aparato técnico e o perpetuamento de uma ordem fundada em uma específica, historicamente constituída, relação de poder; por outro, ele é levado passiva e acriticamente a um estado de conformismo diante de um mundo desigual e injusto que ele mesmo ajuda a cristalizar. Deste modo, teoria e prática se divorciam causando a autonomização da ciência sem ver o que ela significa para a existência humana. O olhar frio do pesquisador congela, no próprio ato do pensar, aquilo que, por suas próprias determinações, seria, para o teórico crítico, objeto da superação dialética – o fim da sociedade de classes, da dominação do homem pelo homem, da dominação irrefletida da natureza, entre outras coisas.

No segundo caso, ou seja, lançando um olhar para o *objeto* do cientista social, o indivíduo, as teorias positivistas da ciência confirmam-lhe sua não-liberdade. Isto é explícito no pensamento de Durkheim, discípulo intelectual de Comte. Em linhas gerais, Durkheim procura desenvolver as concepções que lhe foram legadas: concorda com Comte em assumir um compromisso epistemológico de trabalhar com nexos causais entre os fenômenos, que, assim desenvolvidos, seriam subsumidos à perspectiva da lei. Apesar de seu esforço de revelar leis sociais que se apliquem ao conjunto da humanidade, o que representa a lei do suicídio – a taxa de suicídios varia inversamente ao grau de solidariedade social de uma determinada sociedade – senão tal intento? Durkheim propõe que a tarefa das ciências sociais é descobrir aquilo que faz a mediação entre o grupo social e o indivíduo, ressaltando - aqui é o núcleo de sua inovação em relação ao objetivismo herdado de Comte - que a natureza desta mediação varia de acordo com o grupo social ao qual o ser humano pertence. Assim, tratar destes entes metafísicos, os fatos sociais, que consubstanciam o poder do coletivo sobre o individual é o que fazer próprio da ciência social; tratá-los como *coisas*, cujas propriedades diferem da soma das propriedades de seus elementos, seu imperativo metodológico. Para ele, a tarefa das ciências sociais é identificar estes fenômenos que incidem sobre o juízo das consciências individuais, as quais, deste modo, estão sujeitas a experimentar ações e atitudes que lhes escapam. Nos seus próprios termos, os fatos sociais são coercitivos, opacos e *externos* àqueles que o sofrem. Em franco contraste com essa posição, Adorno afirma que contentar-se em descrever os fatos sociais é mostrar aos indivíduos, mesmo que involuntariamente, sua falta de liberdade. Mais que isso, é o argumento perfeito para confirmar “a sociedade como destino” (ADORNO, 2001, p. 9), como segunda natureza. A sociedade e o indivíduo estão em uma relação contraditória, negativa. O fato social, transformado em preceito metódico por Durkheim, não faz senão uma descrição passiva do momento antagônico entre eles. Para fins de explicitação desse antagonismo e, portanto, da possibilidade de superação da condição de não liberdade, Adorno propõe que o objetivo da ciência não é colocar por princípio a identificação da incompreensão (a

qual é retratada pela frase “*Não debes compreender*”, consequência necessária da pretensão positivista de conceber os fatos sociais como entidades transcendentais, fora de controle das consciências individuais, porém manifestadas somente através delas), mas, compreender a própria incompreensão. Às ciências sociais caberia tentar esclarecer aos homens muito do conteúdo antagônico que se interpõe entre aquilo que eles de fato buscam: a liberdade – o homem como objeto de si mesmo – e o que a sociedade lhes impinge, a obrigação a se submeter. A teoria crítica, assim, preocupa-se com a superação dialética dessas antinomias. O dilema que aqui se apresenta e que contrapõe duas vertentes teóricas de discussão, os não marxistas (sobretudo, Weber, Durkheim e Parsons) e os neo-marxistas – dentre os quais se encontra Adorno – refere-se à contraposição entre a ordem social e a realização pessoal dos indivíduos. A questão pode ser colocada nos seguintes termos: “Porque as pessoas obedecem numa sociedade industrial organizada?” Os primeiros (os não marxistas) responderiam que os seres humanos obedecem porque eles compartilham certos valores e crenças que são capazes de dotar o mundo de racionalidade. Acreditam que os indivíduos podem ascender pessoalmente cumprindo com as normas e sanções impostas pelo sistema social. Indivíduo e sociedade, nestes termos, relacionam-se através do princípio de identidade e, de certo modo, de interdependência: a realização de um é inseparável da realização do outro. Os marxistas, ao contrário, captam um momento antagônico entre ambos. Isto quer dizer que os valores comuns e normas disciplinares inculcadas nos indivíduos pela socialização contradizem os objetivos de libertação das pessoas, de sua autodeterminação. A sociedade é, assim, expressão de uma negatividade (AGGER, p. 108).

Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, a teoria weberiana da ciência radicaliza sua perspectiva acrítica, já explícita no trabalho de Durkheim. Diferentemente do sociólogo francês, que em alguns escritos chega a preconizar a existência de um mediador entre indivíduo e Estado capaz de extirpar o estado anômico do corpo social, Weber salienta a importância de depurar os princípios valorativos na prática científica, rompendo drasticamente o elo entre *teoria* e *práxis*. Apesar de reconhecer que os valores são constitutivos dos seres humanos e fornecem o caminho que o cientista deverá tomar em vias de encontrar o objeto de sua pesquisa, no ato mesmo deste processo deve deixá-los de lado se quiser fazer *jus* ao intento de objetividade que caracteriza a ciência em contraste com todas as outras formas de pensamento. A ciência requer, como atributo necessário de sua existência, a neutralidade frente aos valores (*Wertfreiheit*). A ciência não pode dizer “como o mundo deve ser” ela diz o “como o mundo é”. Daí, diante desta antinomia, os homens – mesmo os cientistas, na verdade, sobretudo eles – estão condenados ao momento trágico da escolha moral entre o que é “certo” e o “errado”; entre o “bem” e o “mal”. Adorno identifica na “neutralidade axiológica” weberiana a manifestação extrema da passividade presente no pensamento positivista. De acordo com Adorno (1995, p. 221):

“... tal isenção dos fins do campo da ‘ratio’, a qual Weber cercou de restrições, mas que, mesmo assim, inegavelmente configurou o teor de sua doutrina da ciência e até de sua estratégia científica, não é menos arbitrária que a decretação dos valores.”

Esta neutralidade é a caricatura histórica ampliada do que, desde os primórdios do esclarecimento, permitiu ao homem dominar a natureza para melhor controlá-la em função de sua auto-conservação, ou seja, a mesma racionalidade que promove a separação de teoria e práxis (valor e neutralidade), é a racionalidade que se presta a auto-conservação de uma ordem social racional, que, em sua origem, atribuía-se somente ao sujeito. Se o processo racional que Weber descreve coaduna-se com a auto-conservação da sociedade, esta conservação a qualquer preço opõe-se à ideia de Adorno de que devemos querer mais que a mera sobrevivência: devemos viver uma vida digna de ser vivida. Partindo da ideia de que um conceito deve dizer da natureza de seu objeto - não simplesmente participar de um quadro conceitual e metódico para fins de classificação - o propósito do que seja “a Razão” implica dizer como este conceito participa no processo da construção da liberdade humana e como ele atua dentro do processo social concreto. A racionalidade weberiana está irresistivelmente ligada à progressiva racionalização do ordenamento social em seu desenvolvimento histórico, e é essencial a sua subsistência. Contudo, racionalidade e irracionalidade relacionam-se dialética e tensionalmente: quanto mais teor racional uma coisa adquire mais irracional ela pode ficar.<sup>5</sup> Adorno entende que o termo racionalidade é intrínseco à natureza dos fins: proclamando-a, ao contrário, como o produto do ajustamento dos meios em relação aos fins, Weber inverte sua natureza. Afinal, se inserimos no rol de objetivos racionais, por exemplo, a destruição da humanidade, então nada mais razoável que utilizar de meios de destruição mais eficientes. Em um exemplo menos drástico, se meu objetivo é a administração racional da sociedade, então nada mais natural que o estabelecimento de um aparato burocrático apropriado, tornando os homens, em suas relações sociais, peças de uma ampla engrenagem. Ora, será que a destruição da humanidade é *em si* “racional”? Será que é “racional” a transformação dos homens em peças de uma grande máquina? Segundo Adorno (1995, p. 222):

“Weber compreendeu de modo tão penetrante quanto sem conseqüências para a sua concepção que essa irracionalidade, simultaneamente descrita e dissimulada por ele, é proveniente da determinação da razão como meio, de sua separação em relação aos fins e à consciência crítica destes.”

## A experiência nos Estados Unidos

As insuficiências, lacunas e deficiências críticas do pensamento sociológico clássico, como visto acima, referem-se, primordialmente, às suas fraquezas teóricas. A viagem de Adorno aos Estados

Unidos, em 1938, será muito significativa para a renovação de seu pensamento. Isto porque, ele se depara com uma sociedade na qual os meios de comunicação de massa têm grande influência, e o ambiente acadêmico é radicalmente distinto do europeu, de modo a confluir, na agudeza e sofisticação de seu espírito intelectual, uma profusão de novas ideias e questões, muito relevantes para pensar a teoria sociológica contemporânea.

Em 1937, Theodor Adorno foi convidado por Horkheimer – o então diretor do *Instituto de Pesquisas Sociais*, agora anexado à Universidade de Columbia em Nova Iorque – para participar de um projeto radiofônico, do diretor Paul F. Lazarsfeld. Um ano depois, aceitando o convite de seu amigo, Adorno migra para a América para dirigir o “Music Study” do projeto. Sua meta era estudar os efeitos dos meios de comunicação de massas nos ouvintes, especialmente em relação ao rádio. Adorno depara-se, não sem grande estranhamento, com uma atmosfera de trabalho que lhe era totalmente incomum: palavras como *administrative research* não faziam sentido para ele até então e colidiam frontalmente com os traços filosóficos e teóricos de sua formação intelectual. De acordo com Adorno (1995, p. 138):

“Os primeiros 34 anos da minha vida foram caracterizados por uma orientação totalmente especulativa... Sentia que o adequado para mim, o que objetivamente se me impunha, era interpretar os fenômenos. Não averiguar fatos, ordená-los e classificá-los, e colocá-los à disposição como informações, e isso não só na filosofia, mas também na sociologia.”

A partir daí, ele entra em contato direto com modelos de investigação empírica, que, além de dispor de instrumentos metodológicos para medir o papel da música na sociedade moderna, bem como constatar a reação dos ouvintes às transmissões radiofônicas, operavam também como os principais meios de investigação sociológica propriamente dita. Desde o primeiro momento, suas insuficiências e seus falsos pressupostos ficam claros para Adorno: os métodos empíricos dão precedência aos fenômenos constatáveis nos sujeitos, fazendo deles os “senhores” de suas próprias reações. Para Adorno, ao contrário, o crucial na pesquisa sociológica não é dar precedência ontológica à reação subjetiva dos pesquisados, mas, em movimento inverso, desnudar os mecanismos objetivos que os impingem a ter tal reação. Não por acaso, essa relação tensa entre *reação* e *estímulo*, *fenômeno* e *essência* encontram-se no âmago de todas suas reflexões posteriores sobre teoria social.

O ponto central para entendermos a reflexão de Adorno sobre os métodos empíricos é, de fato, a contraposição entre *fenômeno* (ou *aparência*) e *essência*. Ele sempre defendeu uma concepção de sociologia que buscasse os processos essenciais, digam-se, materiais e objetivos, que regem a sociedade, em contraste com suas manifestações fenomênicas. Para ele, o objeto tem precedência intelectual em sua relação com o sujeito. Ora, a objetividade dos métodos empíricos estaria justificada por sua pressuposição, paradoxal no entender de Adorno, de que é objetivo todo

5 A respeito deste assunto, há uma passagem ilustrativa retirada de uma conferência ministrada por Adorno, em 9 de Maio de 1968: “... a sociedade desenvolve tendências de uma progressiva irracionalidade simultaneamente ao avanço de sua racionalização, porque a totalidade da sociedade não se mantém viva solidariamente, mas através dos interesses antagônicos dos homens, através de suas contraposições e não porque existe um sujeito social conjunto uniforme.” (ADORNO, 2008:129)

resultado que advém da observação, descrição e compilação das reações, comportamentos e opiniões dos indivíduos isolados abstraídos a partir de métodos estatísticos censuais, como sexo, idade, estado civil, renda etc. A partir destas informações, mediante as técnicas estatísticas - sondagem, amostragem e instrumentos matemáticos de todos os gêneros - e de acordo com as leis do cálculo de probabilidades inferem-se enunciados generalizáveis e apartados das variações individuais. Contra tal pressuposição e tais resultados, Adorno (2001, p. 22) contesta:

*“mas o valores médios assim obtidos, por mais objetiva que seja sua validade, a maioria das vezes não passam de ser enunciados objetivos sobre sujeitos; sobre como estes veem a realidade e a si mesmos. A objetividade social, a totalidade de relações, instituições e forças em cujo seio os homens atuam, é algo que os métodos empíricos (questionários, entrevistas e quaisquer que sejam os modos em que estes se combinem ou se complementam) ignoraram, em suma, só tiveram em conta como algo acidental.”*

Portanto, detrás das manifestações subjetivas atinentes aos indivíduos, Adorno quer fazer notar a força objetiva condicionante destas mesmas reações, as quais só têm sentido se pontualmente referenciadas a ela. O conteúdo de consciência individual dos sujeitos é mediado pelo objeto. Assim, quando se diz que Adorno se preocupa com a *mediação*, está referido justamente o fato de que, para ele, devemos investigar os mecanismos sociais que fazem com que as manifestações *imediatas* da consciência dos indivíduos apareçam *tal como* aparecem. Qualquer objeto contém duas dimensões com que podemos percebê-lo. Em sua aparente imediatividade, vejo esta folha de papel com todas suas características físicas e sensíveis, sua textura, seu cheiro, e é claro, as letras e palavras que transmitem certas informações ao leitor. Porém, expandindo nossos horizontes, percebemos que há uma série de processos que mediarão minha relação com ela: posso me perguntar como esse texto chegou a minha mão - peguei-o na biblioteca? Comprei-o numa revista? Alguém me emprestou? - e quais as motivações subjetivas que me puseram a lê-lo (KONDER, p. 47). Do mesmo modo, posso questionar criticamente o que leva milhões de pessoas a se voltar a programas de televisão, a ouvir determinados tipos de música, a usar uma marca de roupa ou, ainda, a limitarem seu discernimento em relação a qualquer um desses processos. A ideia é que a “objetividade” proclamada pela investigação social empírica é a “objetividade” dos métodos, ou seja, ela quer aperfeiçoar os meios empíricos, instrumentais e metodológicos para extrair, o máximo possível, as informações objetivas que dizem respeito aos sujeitos, e se esquece dos fatores objetivos que, se bem compreendidos, revelam o *sentido* da vida social.

Um grande paradoxo permeia o *modus operandi* dos métodos de investigação empírica. Ao mesmo tempo em que as teorias da sociedade que não compartilham de seu rigor metódico são relegadas a um segundo plano, é concedido a estes métodos uma licenciosidade jocosa. No limite, são apenas fantasias, elucubrações teóricas sem fundamento, passatempos para o leitor, nun-

ca, nunca ciência. Adorno nota que os fatos que não compartilham de uma análise experimental e controlável recebem o selo de “pretensão científica”. Com a degradação do esforço especulativo e do trabalho teórico puro, a sociologia limita-se ao empírico, perdendo muito da compreensão do social e do sentido da sociologia. Porém, algo que aparentemente é tão superficial, *não científico* e digno de ser deixado de lado, pode constituir um conhecimento sociológico mais profundo dos processos sociais que os enunciados que resultam do trabalho dos métodos empíricos. Nos estudos que Adorno realizou sobre a astrologia, *As estrelas descem a Terra*, encontram-se conclusões extremamente importantes para compreendermos os processos íntimos que ocorrem no seio social. Os escritos astrológicos que aparecem em periódicos e revistas constituem uma forma dissimulada de objetivação dos seres humanos na sociedade moderna: a pretensão inocente que se materializa em “conselhos” e “dicas” para uma vida melhor podem ser interpretadas como imperativos de *como* devemos levar nossas vidas - “cuidar da nossa saúde”, “respeitar o chefe” “dedicar-se ao trabalho”.

Como esboçado acima, em contraponto ao modo científico da investigação empírica, que impera nos trabalhos sociológicos americanos, Adorno fala como o porta-voz de procedimentos que pretendem lançar luz sobre as condições estruturantes fundamentais da sociedade, a *objetividade social mesma*: “a teoria quer nomear aquilo que secretamente dá coerência a engrenagem social.” (ADORNO, 2001, p. 19). Em um exemplo já clássico, que Adorno leva em conta, podemos entender a sociedade, em seus processos concretos históricos, remetendo-a ao princípio da *relação de troca*, substrato necessário da solidificação do modo produção capitalista. Isto dá sentido não só à dinâmica social como um todo, como, do ponto de vista subjetivo, revela aos indivíduos que nela participam o significado de suas relações com os outros homens e com eles mesmos.

Suas críticas aos métodos empíricos redundam na sua delimitação da natureza da sociologia como ciência particular. Adorno não entende a sociologia como uma ciência que lida com o consciente ou o inconsciente dos homens. Sua essência reside na relação ativa entre o homem e a natureza, bem como nas formas objetivas de associação entre os homens, “não reintegráveis no espírito como estrutura interior do homem”. Por exemplo, defrontado com conceitos dotados de contornos espirituais como “humanidade camponesa”, a qual, mediante seu próprio depoimento, opõe-se com rigor às inovações técnicas e sociais por “amor a aldeia” ou “fidelidade ao costume dos nossos pais”, o pesquisador deverá averiguar se a racionalização técnica do campo requereria investimentos de tal porte que tornassem irracional o processo. Este exemplo ilustra claramente que por trás de justificações pessoais para a ocorrência, ou não, de um determinado fenômeno social, há elementos objetivos que, apesar de imperceptíveis imediatamente, são, no entanto, muito mais decisivos. Contudo, não quer dizer que não existam momentos irracionais de organização social. Porém, o argumento não pode ser tomado como “expressões de sabedoria e verdades inapeláveis” (ADORNO & HORKHEIMER, 1974, p. 128).



A autonomia do método em relação aos verdadeiros objetos da ciência depende das condições hodiernas para a realização das pesquisas sociológicas. Tais condições, no mundo moderno, não podem prescindir de uma transmissão constante de informações exatas e precisas sobre as mais diversas e complexas relações sociais, as quais só podem ser obtidas por meio da investigação social empírica. Adorno dirá, em consequência, que a verdadeira teoria da sociedade não pode negligenciar os dados fornecidos pela investigação social empírica, que são parte irredutível do momento em que se encontra a ciência social, mas confrontá-los paulatinamente com suas concepções teóricas. Na medida em que a mistificação do método perde sua razão de ser, quando o círculo se rompe, a *teoria* e a *práxis*, por meio da ação “precisa e eficaz”, podem reconciliar-se. Adorno chama a atenção para o fato de que, rejeitar por completo as realizações da investigação social empírica, bem como seu efetivo potencial em fornecer informações sobre as relações sociais, é uma atitude inadmissível, que faria com que a teoria crítica degenerasse em uma infecundidade estanque. O importante, em contrapartida, é não dotar a geração de tais dados como um momento final e último do processo de conhecimento. Isso é apenas o começo para um cientista social que está comprometido com a crítica sistemática dos momentos não humanistas presentes na sociedade.

*“O caminho do verdadeiro humanismo passa por problemas técnicos e especializados, desenvolve-se na medida em que consegue entender o seu sentido na totalidade social e tirar proveito de suas consequências”.* (ADORNO & HORKHEIMER, 1973, p. 130).

A vinculação entre métodos sociológicos díspares e aparentemente apartados *por natureza* é a meta de todo conhecimento que se pretende mais rico e crítico. Se utilizados de maneira correta, os métodos de investigação empírica podem servir como um auxiliar para a crítica. Um modo de fazê-lo é confrontar os enunciados sobre o consciente e o inconsciente dos homens com os indicadores objetivos que provassem (ou não) a sua existência. Os dados subjetivos, uma vez registrados e compilados, confrontar-se-iam com aqueles indicadores e revelariam as disparidades e fissuras existentes entre aquilo que os sujeitos acham de *si* mesmos e o papel que eles efetivamente exercem dentro do processo de produção material da sociedade “sua posse ou não dos meios de produção, seu poder ou impotência sociais...” (ADORNO, 2001, p. 34). Isso serviria para explicitar os momentos ideológicos do sistema social, sua gênese, suas funções e o grau de sua existência.

Para as condições modernas de produção e divisão do trabalho dentro da prática científica testemunhada por Adorno, ele reflete sobre as vicissitudes e inflexões de que a *sociologia* é objeto. Por um lado, nutre um desapontamento por sua decomposição, mediante uma acentuada racionalização e especialização do trabalho do intelecto, a ponto de perder-se a noção de uma sociedade como um todo. O desmembramento progressivo da disciplina em sub-disciplinas - sociologia agrária, sociologia econômica, sociologia

industrial, entre outras - não pode nos fazer esquecer que na realidade o campo, a economia e a indústria são peças de um quebra-cabeça muito maior chamado sociedade, e que, portanto, vê-las separadamente é limitar-se a um pedaço do problema, em detrimento de concebê-lo em sua integridade. Por outro lado, o que quer que pensemos do objeto que a sociologia se ocupa, o social, ele não é redutível a si mesmo. Se pensássemos assim, fariamos violência à realidade. A interdisciplinaridade é extremamente desejável, não como uma simples organização e coordenação do trabalho científico, mas na medida em que um mesmo princípio teórico é interpretado a partir de diferentes prismas. O apoio mútuo e prolífico das diversas áreas do conhecimento humano - sociologia, política, filosofia, direito, economia, literatura, entre outros - baseia-se no desejo de produzir um diagnóstico mais acurado da realidade histórico-social presente, discernindo suas potencialidades de mudança e emancipação, deve ser complexo, cindido, tenso e conflituoso, pois a realidade assim o é. Dessa forma, para Adorno, o pensamento deve ressoar mimeticamente as tensões inerentes ao seu objeto, em vez de impor-lhe uma ordem, coerência e univocidade que não existe na realidade histórico-social.

Seguindo uma intuição original de Marx, desenvolvida longamente na teoria crítica, desde Horkheimer até o presente, Adorno entende que a ciência, na sociedade moderna, é a principal fonte de legitimação da realidade. Quando a atividade científica se fetichiza, o potencial crítico do pensamento humano se esvai. Domina a lógica da produção, ali onde, em virtude do comprometimento de ajudar os seres humanos na resolução de seus problemas mais importantes, deveria haver embate crítico, destruição construtiva, conflito de ideias. Já em sua época, Adorno havia notado a mecanização do trabalho científico e sua subordinação servil a interesses socialmente poderosos. Hoje em dia, esta ideia vem a calhar, e inclusive tornou-se mais aguda. Na hierarquia valorativa do saber, prosperam os departamentos que produzem mais textos, artigos, teses e dissertações. O cientista, dentro desta lógica e agindo de acordo com ela, jubila-se com a estima imediata que lhe proporciona a consumação de seu trabalho materializada em textos, artigos, entre outros, os quais, na maioria das vezes e dissimuladamente, pretendem apenas deixar à mostra lampejos de erudição. Trocando em miúdos, um carro importado, uma roupa de última moda ou o lançamento de um livro, como também a publicação de um artigo de ocasião produz, de acordo com o campo social em que estas disputas simbólicas ocorrem, o mesmo efeito: afirmar o seu *status*. Isto faz esquecer ao cientista social que sua atividade intelectual é inseparável de uma postura ética e responsável face ao objeto de sua ciência. A sociologia é “uma parte organizada da cultura”, cujo objetivo consiste em “servir o homem, ajudando-o na progressiva compreensão e no aperfeiçoamento de sua cultura.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1973, p. 18).

## Considerações finais

As reflexões de Theodor Adorno atinentes à prática sociológica concreta, bem como em relação aos seus princípios e fundamentos, tem implicações consideráveis para sua reinterpretação e re-significação. Em termos metodológicos, as ideias de Adorno - em consonância às dos membros da Teoria Crítica em geral - nos fazem questionar a prática científica que se pretende “despida de valores”. Ora, toda e qualquer atitude que tomamos em relação ao mundo nos coloca em posição de responder por suas consequências. Posso ficar imóvel diante de uma situação, me manter neutro, mas, ao fazê-lo, devo reconhecer que, com esta atitude, ajudo a perdurar aquilo que existe. Nestes termos, a prática que se justifica “despida” de valores equaliza-se com a ideia, não expressa, de valorização positiva do *status quo*. Além do mais - como sugere a Teoria Crítica - não há dicotomia entre conhecimento e interesse: ambos estão intimamente relacionados.<sup>6</sup> O pesquisador desatento pode estar vulnerável aos interesses e relações de poder que atuam no seio das instituições científicas, interesses tais que podem moldar à forma com que ele estrutura sua pesquisa bem como o modo como interpreta seus achados.

No âmbito das ciências sociais, colocar pressuposições científicas, largamente aceitas nos dias de hoje, sob o escopo da crítica é primordial para que não nos tornemos meros reféns delas. O uso indiscriminado de métodos quantitativos, os quais, por vezes, proclamam-se os únicos e confiáveis meios de produzir conhecimento sociológico (leia-se, os “economicismos” de todo tipo), desvaloriza os métodos interpretativos e compreensivos como modos legítimos para entendermos mecanismos de poder, processos que perpetuam as desigualdades sociais de todos os matizes, fenômenos do dia-dia que, embora pareçam ínfimos diante do rigor e cientificidade das fórmulas matemáticas, podem dizer muito acerca de condicionantes sociais que passam despercebidos a elas.

O que Adorno e os teóricos críticos também nos legam é a importância de olharmos para a sociedade e captar suas potencialidades de mudança e os bloqueios e obstáculos que a impedem no conjunto das relações sociais vigentes. A crítica coloca-se contra qualquer tipo de ortodoxismo, ou contra qualquer tipo de acomodação do pensamento em águas calmas. Prefere-se o terreno conturbado e agitado do debate, do diálogo e do conflito à situação passiva e confortadora do consenso. Só assim podemos progredir. O conteúdo fixo da dialética é seu compromisso inapelável com a transformação incessante da realidade: “Cada momento só se transforma em seu oposto ao, literalmente, refletir-se, quando a razão aplica a si mesmo a razão, e, nessa autolimitação, emancipa-se do demônio da identidade.” (ADORNO, 1995, p. 50).

<sup>6</sup> Ver, por exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1982.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. (2008), *Introdução à sociologia*. São Paulo, Editora Unesp.

\_\_\_\_\_. (1995), "Experiência científica nos Estados Unidos" in *Palavras e sinais: modelos críticos 2*, Petrópolis, RJ, Vozes.

\_\_\_\_\_. (1995a), "Notas marginais sobre teoria e práxis" in *Palavras e sinais: modelos críticos 2*, Petrópolis, RJ, Vozes.

\_\_\_\_\_. (1995b), "O Progresso" in *Palavras e sinais: modelos críticos 2*, Petrópolis, RJ, Vozes.

\_\_\_\_\_. (2001), "Sociología e investigación empírica" in *Epistemología y ciencias sociales*, Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S. A.).

\_\_\_\_\_. (2001a), "Sobre la objectividad en ciencias sociales" in *Epistemología y ciencias sociales*, Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S. A.).

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

\_\_\_\_\_. (1973), "Sociologia e investigação social empírica" in *Temas básicos de sociologia*. São Paulo, Cultrix.

\_\_\_\_\_. (1973a), "O conceito de sociologia" in *Temas básicos de sociologia*. São Paulo, Cultrix .

AGGER, Ben. (1991), "Critical Theory, Poststructuralism, Postmodernism: Their sociological relevance". *Annual Review of Sociology*, 17.

COMTE, August. (1978), "Curso de filosofia positiva" in *Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.

DOMINGUES, Ivan. (2004), "Epistemologia das ciências humanas TOMO 1: Positivismo e hermenêutica". São Paulo, Edições Loyola.

FREITAG, Barbara. (2004), "A teoria crítica: ontem e hoje". São Paulo, Brasiliense.

HORKHEIMER, Max. (1975), "Teoria Crítica e Teoria Tradicional" in *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural.

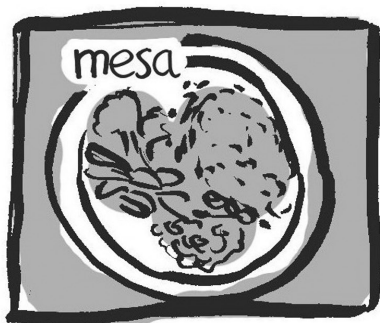
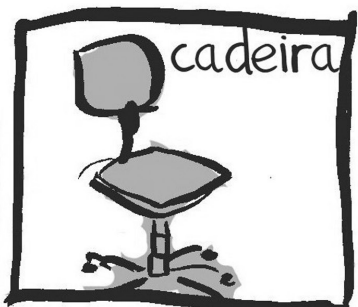
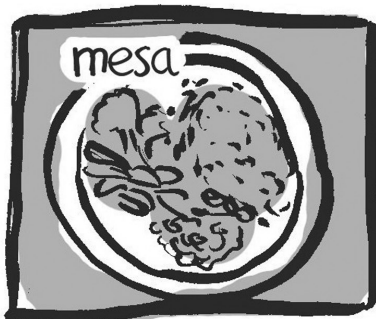
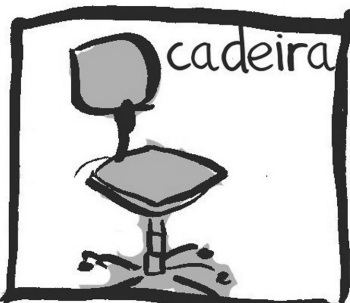
JAY, Martin. (2009), "A criação do Institut für Sozialforschung e seus primeiros anos em Frankfurt" in *A imaginação Dialética*. Rio de Janeiro, Contraponto.

\_\_\_\_\_. (1984), "Marxism and Totality: The Adventures of a Concept from Lukács to Habermas". University of California Press.

KONDER, Leandro. (1985), "O que é dialética". *Coleção primeiros passos*, 39. São Paulo, Abril Cultural.

RUSH, Fred. (2008), "Teoria Crítica". Aparecida, SP, Idéias & Letras.





# Federalismo e Sistema Único de Assistência Social: A implementação dos Centros de Referência de Assistência Social em Belo Horizonte

Ana Carolina de Souza (UFMG)

**Resumo:** Uma nova concepção de Assistência Social (AS) emergiu com a Constituição Federal de 1988. Esta deixou de ser vista como um favor prestado pelo Estado, para ser abordada como um direito universal e de responsabilidade estatal. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), novo modelo de gestão da política, enfatiza a municipalização, isto é, a descentralização de sua execução para os municípios brasileiros e o desenvolvimento dessa política demanda coordenação intergovernamental e cooperação por parte dos três entes federativos. O presente trabalho analisa a gestão municipal de um dos eixos da política de AS: A Proteção Social Básica, cuja atuação se dá, principalmente, por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A análise é realizada a partir de dados dos questionários Censo SUAS - CRAS realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no ano 2012, no município de Belo Horizonte. Este trabalho busca apresentar a infraestrutura disponível nos CRAS do município a fim de verificar se a estrutura física, horário de funcionamento, recursos humanos e atividades realizadas estão de acordo com o proposto pela legislação. Os dados foram trabalhados através de estatísticas descritivas por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*. Conclui-se que, o atual quadro é bastante positivo para boa parte dos itens de infraestrutura dos CRAS implantados em Belo Horizonte. Contudo, alguns aspectos estão aquém do estabelecido pela legislação e o principal ponto a ser destacado é a desigualdade encontrada entre os equipamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Federalismo; Coordenação federativa; Assistência Social; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

**Abstract:** A new concept of Social Care has emerged with the 1988's Constitution. This is no longer considered a privilege provided by the State but a universal right and responsibility of the state. The Federal Social Care System is a new management policy which emphasizes decentralization of execution from the Federal Government to the municipalities and the development of that policy demand intergovernmental coordination and cooperation by the three federal entities. This paper analyzes the local management of one of the Social Care policy axes: The Basic Social Care, which is carried out mainly by the *Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)*. The analysis is made by using data from the Census CRAS conducted by the Federal Ministry of Social Development (MDS) in the year 2012 in the city of Belo Horizonte. This work aims to present the infrastructure available in the city's CRAS in order to verify if the physical structure, time management, staff and activities are consistent with the proposed legislation. The data were processed using descriptive statistics through the program *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*. We conclude that the current picture is quite positive for most of the infrastructure items CRAS deployed in Belo Horizonte. However, some aspects are in a level below of that established by law and the main point to be noted is the inequality found between equipments.

**KEYWORDS:** Federalism; Federal Coordination; Social Care System; Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

## Introdução

Num contexto de mudanças profundas da sociedade brasileira, a Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção para a Assistência Social (AS). Esta deixou de ser vista como um "favor" prestado pelo Estado, em parceria com instituições não governamentais, para ser abordada

como um direito universal e de responsabilidade estatal. Além disso, teve definida sua gestão de forma descentralizada, com a deliberação e a coordenação da política sob responsabilidade da esfera federal e a execução sob responsabilidade das esferas estadual e municipal. Para regulamentar os textos da Constituição Federal de 1988 que trataram da política de Assistência Social, em

1993 foi promulgada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, recentemente alterada pela Lei 12.345 de 2011. Em 1998, foi formulada a primeira Política Nacional de Assistência Social – PNAS, reformulada em 2004 para definir um novo modelo de gestão da Assistência Social no Brasil estruturada por meio da Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). O SUAS enfatiza a descentralização da execução das ações da política para os municípios (municipalização), em perspectiva similar ao que ocorre no Sistema Único de Saúde.

Esse artigo tem como foco de análise as unidades estatais de Proteção Social Básica no município de Belo Horizonte – os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – no ano de 2012. O objetivo de analisar a implementação dessas unidades em uma grande capital estadual brasileira é verificar se a infraestrutura disponível nos CRAS é adequada para que estes possam responder às suas competências legais e prestar o atendimento adequado aos usuários do Sistema. Assim, cabe indagar se sua estrutura física, horário de funcionamento, recursos humanos e atividades realizadas estão de acordo com o proposto pela legislação e se a infraestrutura disponível está adequada para o alcance dos objetivos pretendidos e o atendimento oferecido à comunidade. A primeira hipótese é que mesmo em um dos maiores municípios do país há carências estruturais nos CRAS que comprometem o pleno funcionamento do SUAS. Tal hipótese está embasada nos dados apresentados pelo Censo Suas 2010, que apesar de mostrar avanços na implementação da política, mostra também que há ainda vários obstáculos a serem superados. Sustenta também, tal hipótese, avaliações da própria Prefeitura de Belo Horizonte que tem buscado novos formatos de aprimoramento da política. A segunda hipótese é que a superação dessas carências envolve maior cooperação entre União, estados e municípios na implementação dos programas e serviços de Assistência Social, o que representa um desafio dentro do federalismo brasileiro atual, marcado mais pela competição que pela cooperação (ABRUCIO, FRANZESE, SANO, 2010; ALMEIDA, 2005; SOUZA, 2005).

O Centro de Referência da Assistência Social se configura como “a porta de entrada” das famílias e dos indivíduos ao SUAS, e é parte do processo de municipalização da política de AS. Constitui-se em equipamento indispensável para o pleno funcionamento da política, pois, além de ser implantado no município em localidades próximas aos usuários, atuando na ponta da política, seu desempenho compromete todo o desenvolvimento do Sistema. Portanto, conhecer a infraestrutura para execução dos serviços atribuídos a este equipamento público, identificando características, potencialidades e limitações envolvidas, constitui-se em fator essencial quando se pretende estudar a política de Assistência Social.

A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica do federalismo brasileiro, análise bibliográfica e das leis pertinentes à política de Assistência Social. Para analisar a infraestrutura dos trinta e três CRAS implantados no município de Belo Horizonte, este trabalho utiliza dados referentes ao ano de 2012 coletados por meio

de questionário do Censo SUAS – CRAS e disponibilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte. O questionário elaborado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é disponibilizado no site do MDS e deve ser preenchido pelo coordenador do CRAS. É formado por blocos de questões que visam analisar aspectos referentes ao funcionamento, à estrutura física, aos serviços prestados e aos recursos humanos dos CRAS. Os dados foram trabalhados através de estatísticas descritivas por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 17.0.

## Coordenação federativa e política de assistência social no Brasil

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) representou grandes mudanças no que tange ao modelo federativo brasileiro. Num contexto de concentração de decisões, recursos financeiros e capacidade de gestão no plano federal, durante os 20 anos de autoritarismo, a descentralização era defendida tanto em nome da democratização quanto em nome de uma melhor gestão das atividades do governo, e supunha-se que um maior empoderamento dos municípios permitiria aos cidadãos exercer maior controle sobre os governos locais (ALMEIDA, 2005).

O federalismo é uma forma de organização territorial do poder político no Estado nacional caracterizado pela dupla autonomia territorial. No Brasil, surgiu formalmente em 1889, sendo sua trajetória marcada por ondas de centralização e descentralização política, estando estas oscilações diretamente relacionadas à instabilidade do nosso regime democrático. Como dito anteriormente a descentralização foi uma bandeira levantada pela redemocratização, e, considerando que se trata de um termo ambíguo com diferentes modalidades, será entendida aqui exclusivamente em sua dimensão territorial, ou seja, na distribuição de poder entre os entes federativos do Estado brasileiro. Esta distribuição de poder envolve quadro dimensões fundamentais de descentralização que caracterizam a autonomia subnacional, dos estados e municípios, sejam elas: descentralização política, administrativa, fiscal e legislativa. Aqui, trataremos principalmente da descentralização administrativa que pode ser entendida, no caso brasileiro, como a definição de responsabilidades e gestão de políticas públicas da União para estados e municípios.

Neste aspecto, a CF/88 definiu competências exclusivas, privativas ou comuns aos três níveis de governo<sup>1</sup>. No que tange a implementação de políticas públicas, as competências comuns e privativas são as mais problemáticas, pois, a falta de especificação de qual ente deve se responsabilizar pela execução de determinada política pode ocasionar que a mesma não seja implementada. É importante enfatizar que essa descentralização administrativa pode se diferenciar entre autonomia do ente subnacional em formular a política,

<sup>1</sup> A competência exclusiva é aquela que, ao ente a que for atribuída, somente por ele poderá ser exercida. Competências comuns são aquelas que podem ser exercidas por todos os entes da federação, podendo, portanto, ser simultaneamente exercida. Já a competência privativa é aquela específica de um ente, mas que admite a delegação a outro ente.



ou em apenas implementá-la conforme normas do ente superior.

As várias atribuições comuns aos três entes federativos deveriam ser a base de um federalismo cooperativo, no entanto, enfatizaram o caráter federativo competitivo presente em nosso arranjo territorial. Souza (2005) aponta duas características para esse paradoxo. A primeira está relacionada às dificuldades de implementação de políticas públicas sofrida por vários entes subnacionais devido às desigualdades financeiras, técnicas e de gestão. A outra razão está relacionada à lacuna existente de mecanismos institucionais que estimulem a interlocução e cooperação nas relações intergovernamentais.

Mesmo considerando as transferências executadas pela União, por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)<sup>2</sup>, ainda é enorme a variação de receita disponível entre os estados e municípios brasileiros. Tal desigualdade impede - ou ao menos dificulta - o estabelecimento de competências exclusivas entre os níveis de governo para implementação de políticas sociais. Nesse sentido, a atuação da União, seja na transferência de recursos, seja induzindo os entes subnacionais à implementação de tais políticas, faz-se necessária a fim de reduzir as desigualdades existentes. O sucesso ou insucesso das relações intergovernamentais tem impacto direto sobre o resultado das políticas públicas. E como resposta aos impasses surgidos na década de 90, no que diz respeito ao modelo federativo proposto pela CF/88, duas soluções de caráter mais cooperativo ganham força: o sistema de políticas públicas e a construção de formas de associativismo territorial (ABRUCIO, FRANZESE e SANO, 2010).

Um dos principais desafios a ser enfrentado pelo atual modelo federativo brasileiro refere-se à descentralização das políticas efetivadas por municipalidades autônomas e desiguais entre si, o que requer instrumentos eficientes de coordenação e cooperação intergovernamental (ABRUCIO, FRANZESE e SANO, 2010). O fato é que os governos municipais ganharam autonomia, mas muitos deles não tinham (e ainda não têm) condições financeiras, administrativas e políticas para usufruir da nova condição. O sistema de políticas públicas, citado anteriormente, constituiu-se em meio facilitador para a coordenação e cooperação intergovernamental no contexto federativo brasileiro, e teve como modelo precursor o SUS. Pressupõe uma articulação federativa nacional, com importante papel coordenador, indutor e financiador da União, mas com relevante autonomia nas mãos dos governos subnacionais (ABRUCIO; FRANZESE; SANO; 2010). Tal modelo está se espalhando por outras áreas a fim de criar maiores estímulos à coordenação federativa, é o caso da política de Assistência Social.

A definição de um novo modelo federativo para a política de Assistência Social trouxe um desafio inovador para União, estados e municípios. De um lado, os direitos sociais envolvem um papel fundamental da União no sentido de garantir um padrão mínimo para todo o território nacional, a fim de abranger todos os cidadãos brasileiros. De outro, temos estados e municípios com responsabilidades específicas (determinadas pelas leis e

normativas referentes ao tema) e que devem fazer jus ao novo modelo de descentralização, ou seja, devem implementar as políticas formuladas predominantemente pela União.

Embora a Constituição de 1988 tenha inaugurado um novo modelo de AS, são as regulamentações, leis complementares e normatizações posteriores que vêm dando um novo formato para a política e possibilitando a sua real implementação. Em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), recentemente alterada pela Lei 12.435 de 2011, reorganizou os pilares da política o que significou um aprofundamento na alteração da concepção tradicional acerca da oferta dos serviços assistenciais. Apesar de ter representado um importante marco na evolução na política de AS, a criação da LOAS não desencadeou mudanças imediatas no formato da política. Na verdade, a construção de um novo modelo de AS foi interrompido nos anos 90, reflexo de disputas que marcaram o debate político sobre a atuação do Estado. O processo de institucionalização da política foi acentuado no início dos anos 2000, principalmente com a criação da Política Nacional de Assistência Social em 2004. Resultado de um processo de discussões que se materializaram nas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003, a PNAS foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, representando um amplo esforço de institucionalização de uma efetiva política pública de AS que passa a ter a família como principal alvo de atendimento.

O processo de mudança da política avançou em 2005, com a aprovação de uma nova Norma Operacional Básica, a NOB-SUAS. A política de Assistência Social com base na LOAS e na NOB-SUAS se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de implementação. Essa característica peculiar da política tem exigido cada vez mais um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) reafirma o modelo federativo e estrutura a Política Nacional de Assistência Social. Pressupõe uma articulação entre os entes federados, com importante papel nas mãos da União, que deve coordenar, induzir e financiar a política; mas que, deve também, preservar a autonomia dos estados e municípios. O papel dos estados é ainda marginal, enquanto os municípios confirmam-se como principais responsáveis pela garantia dos serviços.

## Os centros de referência de assistência social

Dentre as inovações trazidas pela PNAS está a definição de dois níveis de proteção social conforme a complexidade da situação atendida: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Esse trabalho tem como foco de análise o Centro de Referência de Assistência Social, principal equipamento de atuação da PSB que consiste em uma unidade pública estatal de base territorial, localizado preferencialmente em áreas de maior vulnerabilidade social. A Proteção Social

<sup>2</sup> Fundos estes, de caráter redistributivo que representam 21,5% e 23,5%, respectivamente, das receitas federais provenientes de Imposto de Renda - IR e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Básica concentra esforços no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários a fim de prevenir situações de risco. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. A NOB-SUAS (2005)<sup>3</sup> delinea com detalhes a quantidade mínima de CRAS e de famílias referenciadas por municípios, diferenciando-as por porte. Outras normativas, como o Guia de Orientações Técnicas para o CRAS, especificam a capacidade de atendimento dos equipamentos, a metodologia de trabalho com as famílias, a composição da equipe mínima e as atribuições de cada membro desta equipe.

A gestão desse equipamento representa um enorme desafio, pois é parte de um longo processo de implementação da política de AS, cuja formulação e normatização estão, principalmente, nas mãos da União, e a execução, no que se refere à implantação dos CRAS, está sob a responsabilidade dos municípios. A NOB-SUAS (2005) estabelece que os CRAS sejam instalados, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo. Abaixo segue a quantidade de CRAS que devem ser instalados por porte de município<sup>4</sup>:

Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;

Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;

Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

O espaço físico deve ser organizado de modo que as famílias que vivem no território de abrangência do CRAS o reconheçam como uma unidade pública que possibilita o acesso aos direitos socioassistenciais. Assim, o CRAS deve ser instalado, preferencialmente, em imóvel próprio estatal para garantir a não rotatividade de localização. Os espaços físicos dos centros implantados devem conter ambientes que garantam o cumprimento da gestão territorial de proteção básica e a oferta do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), serviço que tem a função de proteger as famílias, de modo a promover o acesso e o uso de direitos, prevenir a ruptura dos vínculos familiares, como também contribuir para a melhoria da qualidade de vida. O CRAS deve dispor de uma recepção, salas de atendimento individualizado que preservem o sigilo profissional e de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros. Além de garantir o acesso aos idosos e às pessoas com deficiência.

No ano de 2007 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOBRH-SUAS) que busca delinear os principais pontos da gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais. As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior,

concurado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais. A NOB-RH/SUAS determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS. Além disso, o centro deve funcionar, no mínimo, cinco dias por semana, por oito horas diárias. O principal serviço ofertado no CRAS é o PAIF, o qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sócio-familiar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS (BRASIL, 2009). Outros serviços socio-assistenciais podem ser oferecidos nessa unidade, desde que não interfiram na oferta do PAIF.

O CRAS representa a presença do Estado no território e deve atuar na prevenção de situações de violação de direitos, prevenindo que as famílias sejam inseridas na Proteção Social Especial. Deve ainda investir na busca ativa, incluindo as famílias nos serviços ofertados pelo governo, buscar a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuir para o fortalecimento da cidadania. Deve fazer parte das atribuições dos CRAS o estímulo à participação dos usuários nos processos de planejamento e avaliação dos serviços da Unidade, mediante realização de reuniões com os usuários ou fóruns com representantes das famílias referenciadas e da rede socio-assistencial local.

## Gestão municipal e implementação dos CRAS no município de Belo Horizonte

A trajetória da política de Proteção Social Básica no município de Belo Horizonte teve início no ano de 2002 com a implantação dos Núcleos de Apoio às Famílias. Partindo da divisão por regionais administrativas,<sup>5</sup> foram implantados nove NAF's. Nesta etapa inicial, eram referenciadas, em média, 700 famílias por equipamento, e a equipe técnica contava com um coordenador, dois assistentes sociais, um recepcionista e um auxiliar administrativo (Prefeitura de Belo Horizonte, 2012). Com as novas orientações trazidas pela PNAS/2004, Belo Horizonte buscou se adequar às novas regras e transformou os NAF's em Centros de Referência da Assistência Social, conforme estabelecido para todo o território nacional. Nesse contexto, foram necessárias alterações na dinâmica de funcionamento dos NAFS/CRAS para que os mesmos se encaixassem dentro do modelo proposto.

Atualmente, estão implantados em Belo Horizonte trinta e três CRAS divididos entre as regionais. Desde o primeiro ano de sua implementação, observa-se que nos anos seguintes até 2005 não houve uma continuidade na implantação de novos NAFS/CRAS, sendo que novas implantações foram feitas apenas no ano de 2006, após a PNAS/2004 e também após a NOB-SUAS (2005). Em 2007 e 2008 pode-se dizer que houve uma

<sup>3</sup> Considerando o período de análise deste trabalho, não será utilizada a NOB-SUAS 2012 publicada em 03 de janeiro de 2013, já que os dados analisados referem-se às normas estabelecidas pela NOB-SUAS 2005.

<sup>4</sup> Classificação utilizada: Pequeno porte I: até 20 mil habitantes; Pequeno porte II: de 20 mil a 50 mil habitantes; Médio Porte: 50 mil a 100 mil habitantes; Grande Porte: 100 mil a 900 mil habitantes; Metrópole: acima de 900 mil habitantes.

<sup>5</sup> O município de Belo Horizonte está dividido em nove administrações regionais (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova), cada uma delas, por sua vez, divididas em bairros.

quase estagnação na implantação dos equipamentos, apenas um por ano. A partir de 2009 observa-se um novo crescimento, tendo sido implantados até o ano de 2011, 17 novos CRAS. Quanto à localização dos CRAS no município, 82% estão localizados em regiões periféricas e 18% na área central, o que condiz com a dinâmica de implantação dos equipamentos que exige que os mesmos sejam implantados, prioritariamente, em áreas com maior índice de vulnerabilidade social.

Os dados disponibilizados pela Prefeitura referentes ao Censo Suas 2012 apontam que, dentre os CRAS existentes, 27,3% funcionam em imóveis alugados pela PBH e 72,7%, em imóveis próprios da Prefeitura. Como indicado pela NOB-SUAS, o equipamento deve, de preferência, ser instalado em imóvel próprio estatal para garantir a não rotatividade de localização. No entanto, considerando o local de implantação do CRAS, que deve estar o mais próximo das famílias, e que em sua maioria estão em localidades com altos índices de violência e risco elevado de vulnerabilidade social, a garantia de um imóvel próprio é um desafio para o gestor da política. Em relação ao compartilhamento do imóvel utilizado pelo CRAS, os dados mostram que 72,7% dos imóveis são de uso exclusivo, enquanto 27,3% são de uso compartilhado. Conforme previsto na Resolução da CIT nº 06 de 01 de julho de 2008, não é permitido que esta unidade pública seja implantada em associações comunitárias e ONG's. Também não é admitido o compartilhamento de espaço físico do CRAS com estruturas administrativas, tais como secretarias municipais de assistência social ou outras secretarias municipais e/ou estaduais, prefeituras, subprefeituras, etc. O guia de Orientações Técnicas admite que o equipamento seja compartilhado, salvo exceções acima e desde que não interfira na oferta do PAIF.

Realizando uma análise geral da infraestrutura dos CRAS, nota-se que, no que diz respeito às salas para atendimentos individualizados e de famílias, há grande discrepância entre os mesmos, existindo CRAS com nenhuma sala de atendimento individual, ou de grupos, enquanto outros chegam a ter mais de três salas. Todos possuem recepção e cozinha/copa e uma minoria de 30% não possui espaço externo no CRAS para atividades de convívio. Portanto, de modo geral pode-se dizer que, referente às salas de atendimento e espaço externo há uma deficiência nos CRAS belo-horizontinos.

Quanto ao uso de computadores e conexão à internet, todos os CRAS possuem computadores para trabalho da equipe. Referente à disponibilização de computadores para os usuários do equipamento, 27,3% dos CRAS não atendem essa prescrição. Relativo à conexão com internet apenas 9% não possuem esse acesso. É importante

citar ainda que, há grande diferença na disponibilidade desse serviço entre os CRAS, sendo que enquanto há CRAS sem computadores conectados à internet, em apenas um CRAS existem 29 computadores conectados. Observa-se ainda que, nenhum dos equipamentos possui veículo de uso exclusivo e apenas 81,8% possuem veículo de uso compartilhado. Essa ausência de veículo pode afetar diretamente o desenvolvimento de visitas domiciliares e principalmente a função de busca ativa que deve ser exercida pelo CRAS.

Referente às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas idosas, 30,3% dos CRAS não possuem acesso principal à recepção com as adaptações necessárias; 48,5% possuem as adaptações de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050) e 21,2% possuem adaptações em desacordo com a norma. Quanto ao acesso dentro dos CRAS, os mesmos CRAS que não possuem o acesso principal adaptado não possuem adaptações para acesso aos ambientes dentro do equipamento; 36,4% possuem as adaptações de acordo com a norma e 33,3% possuem adaptações em desacordo com a norma. Quanto ao banheiro adaptado para pessoas idosas e com deficiência a porcentagem dos que não possuem cai para 27,3%; sendo que 42,4% possuem os banheiros adaptados de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050) e 30,3% possuem, mas não estão de acordo com a Norma. É mínima a quantidade de CRAS que dispõem de outros itens para garantia da acessibilidade a outros grupos. Dos 33 CRAS implantados, apenas um possui suporte de profissional com conhecimento em LIBRAS, e dois possuem pisos especiais voltados para deficientes visuais. Quando comparado o tipo de imóvel com os espaços adaptados para pessoas idosas e/ou com deficiência, é possível observar que os CRAS em imóveis próprios apresentam taxas de acessibilidade em torno de 50%, sistematicamente superiores às apresentadas por unidades localizadas em imóveis alugados, as quais não ultrapassam 30%, em todos os aspectos avaliados.

Os dados levantados mostram que todos os CRAS estão à disposição do público durante cinco dias da semana, e por nove horas diárias. As atividades relacionadas ao PAIF, abarcando o acompanhamento de famílias, indivíduos e realização de oficinas, estão presentes em praticamente todos os CRAS. Dentre as outras atividades desenvolvidas pelos CRAS, todos cumprem a atividade de recepção de acolhida, todos realizam visitas domiciliares, 90% realizam palestras com diversos temas relacionados ao fortalecimento de vínculos familiares, direitos sociais, autoestima, violência doméstica, entre outros. A maioria dos CRAS (78,8%) não faz deslocamento da equipe para atendimento e oferta de serviços em localidades distantes, e 30% não realiza acompanhamento dos enca-

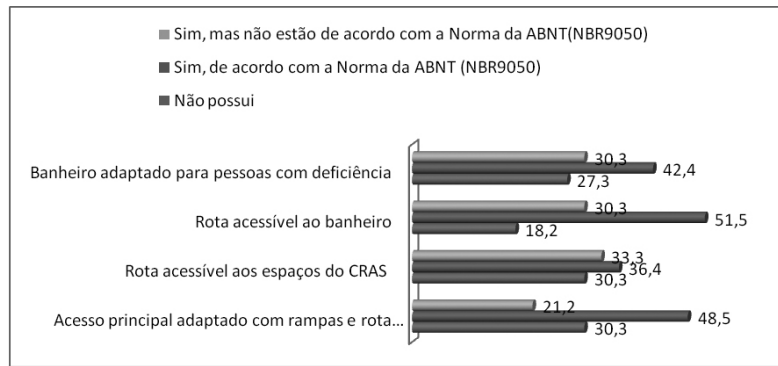
**Tabela 1: Percentual de CRAS por compartilhamento e situação do imóvel – Ano 2012**

	Imóvel compartilhado	
	Sim	Não
Alugado pela Prefeitura	27,3%	0%
Próprio Prefeitura	45,4%	27,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo SUAS 2012



**Gráfico 1 – Condições de Acessibilidade nos CRAS (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo SUAS 2012

minhamentos realizados. Em média, 88,6% das demandas da população em relação aos serviços ofertados pelos CRAS advêm da procura espontânea dos interessados, enquanto a busca ativa pelos serviços responde, em média, por 7,8% do total de acessos aos serviços. Os encaminhamentos da rede socioassistencial e de outras políticas públicas ou sistema de garantia de direitos ocorrem em menor escala, somando os dois 3,6%. É importante observar que há fortes variações nas formas de acesso de CRAS para CRAS, por exemplo, em quase metade dos CRAS (48,5%), a busca ativa está abaixo de 4% dentre as formas de acesso da população, enquanto em 9% dos CRAS a busca ativa está entre 35 e 40% do total de demandas da população em relação aos serviços ofertados. Este é um fator que deve ser analisado pelos gestores dos CRAS, pois a busca ativa consiste em umas das funções do CRAS e tem por objetivo a procura intencional, realizada pela equipe de referência das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. É de extrema importância para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações, e deve ter prioridade dentro do CRAS.

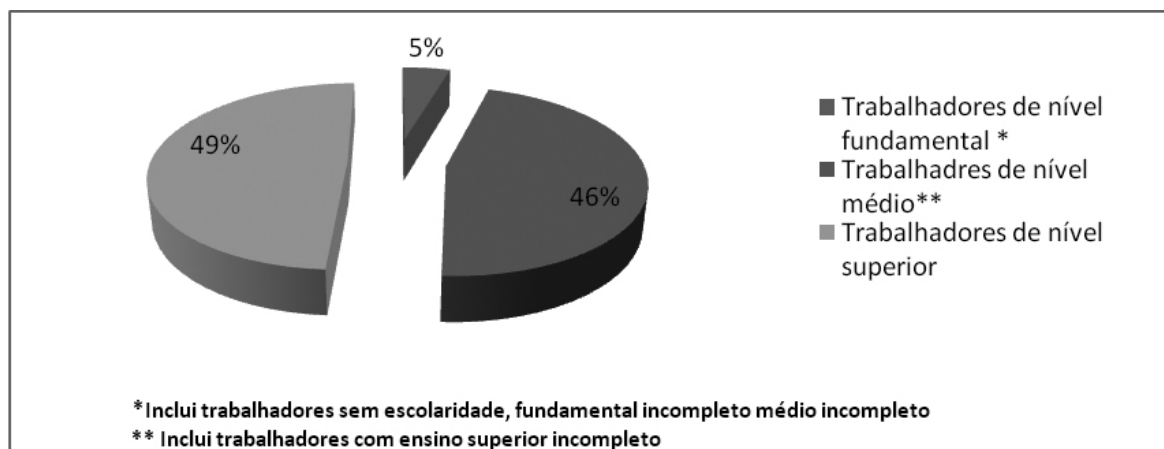
A maioria da força de trabalho é composta por indivíduos com nível superior, sendo que, em média cada CRAS possui cinco trabalhadores de nível superior; enquanto a minoria tem nível fundamental, não somando em média um trabalhador por equipamento. Todos os CRAS estão em acordo com a norma estabelecida de no mínimo a presença de quatro trabalhadores de nível superior. Quanto aos trabalhadores de nível médio, 21,3%

dos CRAS estão abaixo do mínimo estabelecido, enquanto um CRAS apenas possui 14 trabalhadores de nível médio.

A NOBRH-SUAS (2007) estabelece o mínimo de dois assistentes sociais e um psicólogo para composição da equipe de referência de cada CRAS. Apenas um CRAS não cumpre esta norma, não possuindo assistente social dentro do quadro de RH. Quanto ao mínimo de psicólogos, três centros não possuem este profissional, ao passo que um único CRAS possui em sua equipe seis psicólogos. Em média, os CRAS possuem ainda dois funcionários sem formação profissional e dois profissionais com formação de nível médio. Quanto ao tipo de vínculo estabelecido, 18,2% dos CRAS não cumprem a norma estabelecida de um servidor estatutário por CRAS, sendo que é desejável que pelo menos o coordenador do CRAS seja funcionário público da PBH. A partir do gráfico abaixo, observamos que a maioria dos trabalhadores dos CRAS são contratados por empresas ou entidades prestadoras de serviços. Em média, cada centro possui seis trabalhadores contratados por esta modalidade. Apenas 10% dos trabalhadores dos CRAS são servidores estatutários e 21% são profissionais com vínculos não permanentes.

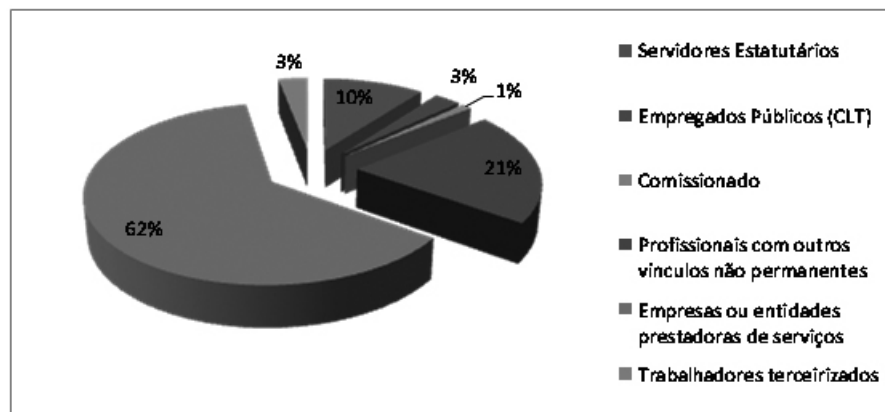
Considerando ainda a implementação dos CRAS nos municípios, a SNAS e a SAGI desenvolveram o Índice de Desenvolvimento dos CRAS a partir da definição de indicadores para cada uma das seguintes dimensões: estrutura física, funcionamento, recursos humanos e atividades. Nesse sentido, foram instituídas quatro graduações (superior, suficiente, regular e insuficiente)

**Gráfico 2 – Percentual de trabalhadores nos CRAS por escolaridade**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo SUAS 2012

Gráfico 3 – Percentual de trabalhadores nos CRAS por vínculo empregatício



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo SUAS 2012

de desenvolvimento<sup>6</sup>. Abaixo serão apresentados os índices de desenvolvimento para os CRAS de Belo Horizonte elaborados a partir do trabalho aqui desenvolvido.

Quando analisamos os CRAS de Belo Horizonte a partir da dimensão “Estrutura Física”, observa-se que a maioria se enquadra na gradação Insuficiente. Isso ocorre, principalmente, pela ausência de salas para atendimentos individualizados e com grupos de famílias, item necessário para que o equipamento se enquadre no nível suficiente ou superior. Na dimensão “Atividades Realizadas” não foi analisado o item “busca ativa”. Dessa maneira, os CRAS não poderiam se enquadrar na gradação Superior, pois a mesma depende da realização ou não de tal item. Assim sendo, a grande maioria dos CRAS (88%) se enquadram na gradação Suficiente, e fator principal a enquadrar alguns CRAS na dimensão inferior é a ausência de acompanhamento e inserção dos usuários ao Benefício de Prestação Continuada. Quanto à dimensão “Recursos Humanos”, nenhum dos centros se encontra na gradação insuficiente e a maioria se enquadra na gradação superior. O principal motivo de grande parte dos CRAS ainda estar na gradação Regular é o quantitativo mínimo de pessoal com nível médio. Relativo à dimensão “Horário de Funcionamento”, todos os CRAS se enquadram na gradação Superior, funcionando cinco dias por semana, e nove horas diárias.

## Conclusão

Esse artigo pretendeu analisar o processo de municipalização do SUAS em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais focando na implementação dos Centros de Referência da Assistência Social. Buscou-se verificar se a infraestrutura disponível nos CRAS é adequada para que estes possam responder às suas competências legais, analisando se sua estrutura física, horário de funcionamento, recursos humanos e atividades realizadas estão de acordo com o proposto pela legislação e se podem ser consideradas adequadas ou insuficientes para o alcance dos objetivos pretendidos, tais quais estabelecidos na regulamentação em vigor.

Partindo das hipóteses de que mesmo em um dos maiores municípios do país, há carências estruturais nos CRAS que comprometem o pleno

funcionamento do SUAS, e que a superação dessas carências envolve maior cooperação entre União, estados e municípios na implementação dos programas e serviços de Assistência Social, foi realizada uma revisão bibliográfica que apresentou e discutiu a relação do federalismo com a Política de Assistência Social. Observou-se que o pleno funcionamento da atual formatação da Política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social se sujeita a concretização do modelo federativo brasileiro, principalmente do processo de municipalização proposto pela Constituição Federal de 1988. E ainda, considerando o caráter descentralizado da política proposto pela Constituição de 88 e reafirmado pela Lei Orgânica da Assistência Social (1993), a cooperação e coordenação federativa tornam-se fatores indispensáveis à continuidade e desenvolvimento da política. Se a implementação de políticas sociais em governos unitários com poder centralizado e com relevante grau de controle e governabilidade sobre os “executores” das políticas não é tarefa simples, em federações os desafios são ainda maiores. Envolve cooperação entre os entes federados, coordenação para devida realização das competências administrativas, e principalmente em países com fortes heterogeneidades como é o caso brasileiro, a dificuldade de implementar políticas em municipalidades com diferentes capacidades administrativas e fiscais.

Na sequência, foram apresentadas as principais normatizações para implementação dos Centros de Referência da Assistência Social, principal equipamento de prestação de serviços da Proteção Social Básica. Buscou-se apresentar “dever ser” na implementação desses equipamentos, a fim de termos uma base teórica e legislativa para a análise “do que realmente é” a ser desenvolvida posteriormente. Os resultados encontrados comprovam somente de forma parcial as hipóteses levantadas nesse trabalho. No geral, temos um quadro bastante positivo para boa parte dos itens de infraestrutura dos trinta e três CRAS implantados no município de Belo Horizonte. É importante lembrar que o município de BH foi pioneiro na implantação desses centros, tendo iniciado essa atividade no ano de 2002, anterior à publicação da PNAS/2004, o que pode ser um fator explicativo para a atual situação positiva desses equipamentos.

Contudo, alguns aspectos estão aquém do estabelecido pela legislação. Alguns CRAS não estão

<sup>6</sup> Para maiores informações quanto aos critérios de construção do índice ver Censo SUAS 2010.

instalados em imóveis próprios, não possuem todas as salas necessárias para atendimento às famílias, necessitam de adequações de acessibilidade para idosos e deficientes e não possuem automóvel de uso exclusivo, o que seria favorável para o atendimento de famílias que não residam em locais próximos aos CRAS, além de facilitar o deslocamento da equipe de referência na realização da busca ativa. Quanto ao horário de funcionamento dos equipamentos, todos estão em acordo com a legislação, estando à disposição da comunidade cinco dias por semana durante nove horas diárias. No que se refere às atividades realizadas, principalmente às atividades relacionadas ao PAIF, os CRAS apresentam bom desenvolvimento, praticamente todos realizam acompanhamento de famílias, de indivíduos e oficinas com as famílias. Além disso, a maioria faz acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, encaminhamento para outras políticas públicas, acompanham os beneficiários do BPC, e realizam atividades de convivência e fortalecimentos de vínculos, principalmente com os idosos. Quanto aos Recursos Humanos os CRAS também se apresentaram quase todos dentro da regulamentação no que se refere à quantidade e formação dos trabalhadores. O principal problema relativo ao meio de contratação, ou seja, à quantidade de trabalhadores contratados por empresas ou entidades prestadoras de serviço, já está em processo de regularização após realização de concurso público para ocupação desses cargos e pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte que prevê a demissão dos trabalhadores contratado pela Associação Mineira de Assistência Social (AMAS).

A participação do estado na implementação da política de Assistência Social, é ainda marginal, e, como apresentado neste trabalho, os CRAS de BH não recebem financiamento do estado de Minas Gerais desde 2008. Sem dúvidas, uma maior atuação do estado em cooperação com o município seria fator indispensável para maior adequação desses equipamentos ao proposto pela legislação. A Resolução nº 459/2010 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, regulamenta o piso básico mineiro de Assistência Social, e estipula prazos para transferência desses recursos ao município. Segundo a resolução, Belo Horizonte começará a receber o cofinanciamento no ano de 2013.

O principal ponto a ser levantado referente à implementação dos CRAS em BH é a elevada desigualdade entre eles. Porque alguns CRAS estão tão bem equipados, enquanto outros sofrem de fortes deficiências? Qual o critério de alocação dos trabalhadores entre os CRAS? Qual o critério para realização de adequações de acessibilidade? A resposta a essas perguntas seria a quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo equipamento, ou seria a quantidade de idosos e/ou pessoas com deficiência atendidas pelos CRAS? Seria sua localização? Ou o tipo de imóvel onde o CRAS está implantado? Essas perguntas estão além do objetivo desse trabalho, contudo, são de extrema importância para compreendermos melhor a estrutura de funcionamento desses equipamentos, e podem fazer parte de um trabalho a ser realizado posteriormente.

A política de Assistência Social, pós-constituição de 88, vem apresentando grandes avanços em termos de sua institucionalização e municipalização de suas atividades por meio da atuação, principalmente da União, em estabelecer normas e legislações que tem por objetivo a estruturação da política. No entanto, a construção do SUAS é um processo em curso que necessita ainda de contínuos esforços de coordenação por parte das três instâncias de governo para a efetivação de uma gestão mais integrada do SUAS como um sistema que organiza em todo o território os serviços e benefícios assistenciais (Cunha; Soares, 2012). E muitos são os desafios a ser enfrentados para concretização dessa política, como o financiamento governamental, a garantia de receitas contínuas para a Assistência Social - a exemplo do que já existe para Saúde e Educação - uma definição mais clara do papel dos estados e melhoria na capacidade gerencial e fiscal dos municípios brasileiros.



## Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz & FRANZESE, Cibele. (2007), "Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil". Disponível em [http://www.defesasocial.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh\\_escola/arquivos/pdf/paper-federalismo-fernando-abrucio.pdf](http://www.defesasocial.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/paper-federalismo-fernando-abrucio.pdf). Acesso em 21/04/2014.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. (2010), "Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios".

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (2005), "Recentralizando a federação?". *Revista de Sociologia e Política*, 24: 29-40.

ARRETCHE, Marta. (2006), "Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de Coordenação e Autonomia.". *Políticas públicas coletânea. ENAP*.

BRASIL. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.

BRASIL. (1993), Lei nº 8.742/1993. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília.

BRASIL. (2004), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília.

BRASIL. (2005), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Norma Operacional Básica: NOB/Suas. Brasília.

BRASIL. (2007), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas). Brasília.

BRASIL. (2009), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília.

CUNHA, Edite da Penha; SOARES, Márcia Miranda. "Política de Assistência Social e Coordenação Federativa no Brasil". Belo Horizonte.

IPEA. (2008), "Políticas Sociais: acompanhamento e análise", in *Vinte anos da Constituição Federal*, 1, 17. Brasília.

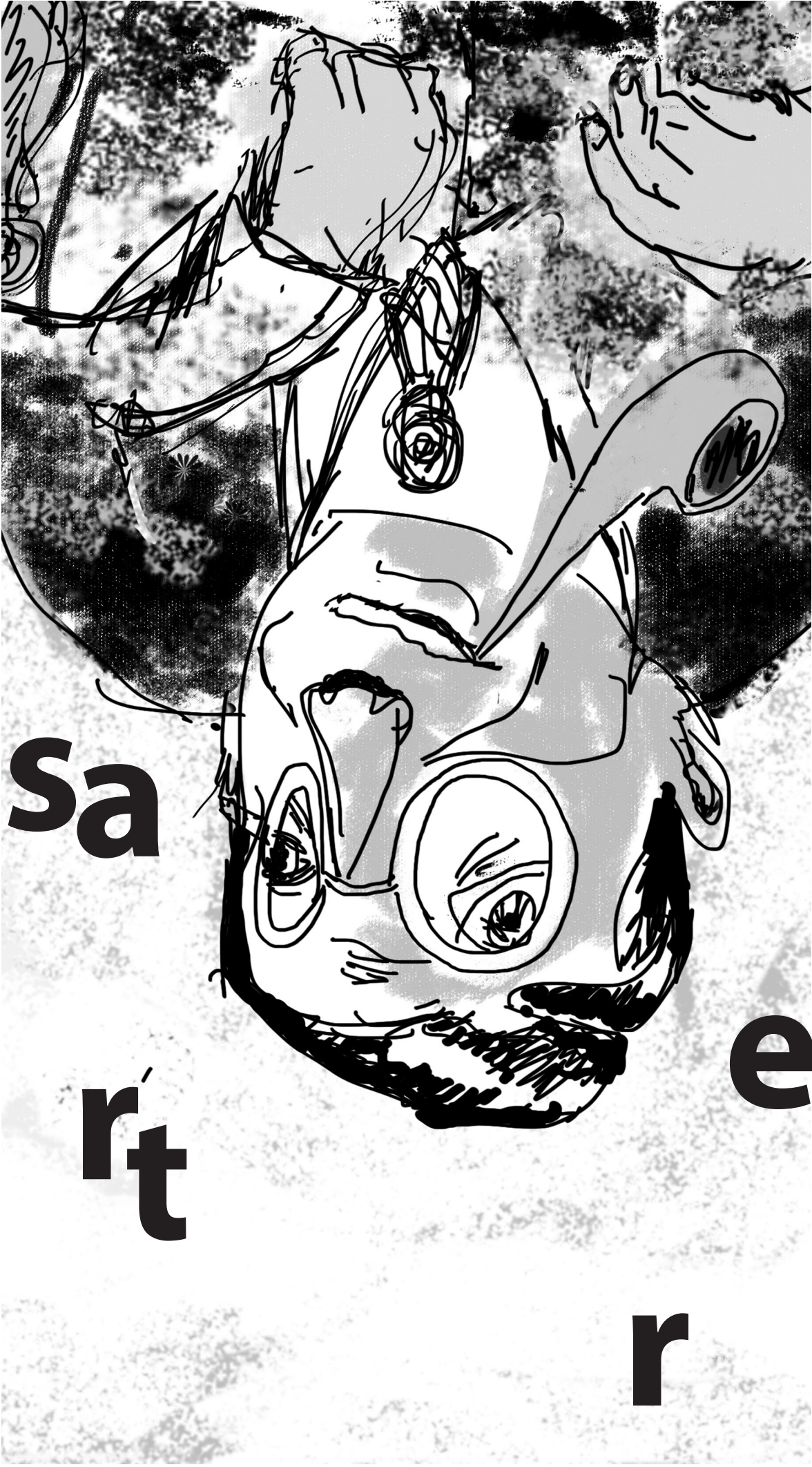
PALOTTI, Pedro Lucas de Moura e COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. (2011), "Relações intergovernamentais e descentralização: Uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais", *Rev. Sociol. Polít.*, 19, 39:211-235.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. (2012), "CRAS 10 anos Construindo Cidadania", Belo Horizonte.

SOARES, Márcia Miranda. (1998), "Federação, democracia e instituições políticas". *Lua Nova*, 44, São Paulo.

SOUZA, Celina. (2005), "Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós 88". *Rev. Sociol. Polít.*, 24:105-121.





Sa

rt

e

r



# Planejamento urbano de Curitiba: entre o poder público e o capital imobiliário industrial

**Magda Mascarello (UFPR)**

**Resumo:** Este artigo é resultado de uma investigação sobre o planejamento urbano de Curitiba, capital do estado do Paraná. O objetivo é discutir a histórica articulação entre o poder público e o capital industrial de um lado e, de outro, as consequências desta articulação no que remete ao uso do solo urbano na cidade e região metropolitana, dando destaque à relação entre o Estado e capital imobiliário, em diálogo com as mudanças legais trazidas pelo Estatuto da Cidade. Trata-se de uma análise de inspiração em Manuel Castells, construída a partir de pesquisa bibliográfica e o estudo de documentos que se propõem a regularizar tais dinâmicas, e que permitem a compreensão de processos de industrialização, adensamento populacional, especulação imobiliária e segregação espacial.

**PALAVRAS CHAVES:** Planejamento Urbano de Curitiba, Poder Público, Capital Industrial, Capital Imobiliário.

**Abstract:** This article is the result of an investigation about the urban planning of Curitiba, capital of Paraná state. The aim is to discuss, the historical relationship between the government and industrial capital and, on the other hand, the consequences of this articulation in which refers to the urban land use in the city and metropolitan area, highlighting the relationship between the State and the Real Estate Capital, in dialogue with the legal changes brought by the City Statute. This is an analysis of inspiration in Manuel Castells, constructed from literature and the study of documents that purport to regulate these dynamics, and allows the understanding of the processes of industrialization, population densification, land speculation and spatial segregation.

**KEYWORDS:** Urban Planning of Curitiba, Government, Industrial Capital, Real Estate Capital.

## Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir o planejamento urbano de Curitiba e a relação que o mesmo estabelece com a região metropolitana em dois aspectos específicos: a relação entre o poder público e o capital industrial, sobretudo a partir da instalação das empresas montadoras automobilísticas na década de 90 e o uso do solo na região metropolitana, dando destaque à relação entre o governo do Paraná e capital imobiliário, em diálogo com as mudanças legais trazidas pelo Estatuto da Cidade.

Em um primeiro momento traz-se uma abordagem histórica destacando as peculiaridades do planejamento urbano de Curitiba, com a demarcação dos principais acontecimentos que influenciaram sua efetivação, bem como os atores nele envolvidos, a fim de contextualizar a análise.

Em seguida é apresentada uma discussão sobre as relações que existem entre este planejamento urbano e o capital industrial instalado na cidade e seu entorno metropolitano. O foco da análise é a interferência do poder público, tanto municipal quanto estadual, na instalação das montadoras de veículos na Região Metropolitana de Curitiba. Uma abordagem em termos de incentivo do Estado, por meio de concessões de benefícios - como isenção de impostos, por exemplo - e de certa flexibilização legal que possibilitou este movimento.

O poder público estadual age aqui como principal ator na propulsão da industrialização do Paraná, a partir da atração de capital estrangeiro.

Para concluir, uma explanação sobre a relação entre planejamento urbano e capital imobiliário, com foco no uso do solo na cidade de Curitiba e seu entorno metropolitano, resultado deste mesmo planejamento e fortemente relacionado ao adensamento populacional que a instalação das montadoras acima mencionada acarretou. Neste sentido, assume fundamental importância o Estatuto das Cidades e a modificação da legislação quanto às funções sociais do solo urbano.

A pretensão aqui é lançar, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, um olhar temporal sobre as dinâmicas do planejamento urbano da capital paranaense apontando para algumas consequências dos arranjos institucionais entre o governo do Paraná e o capital industrial e imobiliário a partir da década de 90, bem como indicar questões importantes que emergem desta forma específica de pensar, organizar e administrar a cidade. Para tanto, foram adotadas a retomada histórica do planejamento urbano da cidade a partir das inferências de Dennison de Oliveira (2000) em diálogo com a perspectiva analítica de Manuel Castells (1983), bem como a primazia pela investigação da relação entre as estruturas econômica e política na cidade.



## O planejamento urbano de Curitiba: uma perspectiva histórica

Para essa retomada histórica será assumida como ponto de partida a hipótese do modelo proposto por Castells (1983), em que o urbano é definido como lócus do modo de produção capitalista, uma vez que o autor pensa a cidade como local de reprodução da força de trabalho. O Estado capitalista, que financia a infraestrutura necessária para essa reprodução, tende a estar a serviço dos interesses do capital produtivo. Nesse sentido, o estudo da política urbana pode ser compreendido a partir da tensão entre a planificação urbana, isto é, intervenção dos aparelhos de Estado sobre a organização do espaço, as condições de reprodução da força de trabalho – o político – e os movimentos sociais, que são os elementos de conflito com a estrutura e a possibilidade de mudança a partir do local de moradia – a política.

Falando-se nessa esfera de conflitos, cabe lembrar que Oliveira (2000) analisa a política de planejamento urbano recente de Curitiba justamente como uma história de consenso entre as arenas política e econômica, em que um aparato institucional específico liderou o processo de planificação urbana, tendendo a certo equilíbrio desta tensão. Além disso, descarta a excepcionalidade da capital paranaense na solução de problemas ambientais e sociais, como poderiam sugerir as atribuições de “Cidade Ecológica”, “Capital de Primeiro Mundo” e “Cidade Sorriso”, na década de 90.

Segundo o autor, a partir dos anos 1960, com o intenso crescimento das cidades, há uma série de tentativas de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, com intenções de sanar os problemas do acelerado adensamento metropolitano (saneamento, habitação, transporte, saúde, etc.). A respeito dessa política e da criação de fundos e cargos administrativos para o planejamento urbano durante o governo militar (1964-1985), Oliveira aponta algumas características que demarcaram os abundantes insucessos dos planos diretores locais. Entre elas, são determinantes a concentração do poder decisório e dos recursos financeiros no governo central, a falta de coordenação da ação das agências e programas de urbanização por parte dos governos federal, estadual e municipal, a falta de articulação estadual e federal das regiões metropolitanas criadas na década de 70, e a criação independente de agências de planejamento e reforma urbana por parte das prefeituras municipais (OLIVEIRA, 2000, p. 29-31).

A partir da comparação do caso de Curitiba com o de outras metrópoles brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, que implantaram em parte ou não implantaram seus planos diretores, o autor busca entender o porquê da excepcionalidade de Curitiba no campo do planejamento urbano. São questões chave de seu trabalho: “1) por que é tão difícil a materialização dos planos diretores no Brasil e 2) como e por que em Curitiba isso foi possível?” (OLIVEIRA, 2000, p. 64). A resposta está, segundo ele, na relação estabelecida pelas elites política e econômica locais.

A trajetória da política de planejamento urbano em Curitiba tem início com o Plano Agache, o

primeiro plano urbanístico da cidade, que tinha o intuito de sistematizar e organizar o crescimento a partir do urbanismo modernista, de modo a torná-la funcional, segundo as funções básicas de uma metrópole. Desse plano, elaborado pelo urbanista Alfred Agache, foram implantados, até 1962, apenas o Plano de Avenidas, que estabeleceu um sistema viário radial, e o zoneamento funcional, como a divisão da cidade em centro comercial, centro administrativo, cidade universitária, zona militar, centro industrial, centro de abastecimento alimentício e zonas residenciais (OLIVEIRA, 2000, p. 72).

Na década de 60, Curitiba retoma o planejamento urbano como ação de governo. A gestão de Ivo Arzua (1962-1966) na prefeitura da cidade marca o período de elaboração e legitimação do segundo plano diretor, período em que se cria a maioria das agências que compõe, em seguida, o aparelho institucional que executa o Plano Diretor nas décadas de 70 e 80. Em poucos anos, houve uma série de fatos relevantes à planificação urbana, que contribuíram para a posterior implantação do plano diretor em Curitiba. Em 1961, é criado o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), de onde são recrutados os quadros de funcionários do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e outras agências. Em 1963, é criada Companhia de Urbanismo e Saneamento de Curitiba (URBS), com a função de tratar do saneamento e arruamento na cidade. Em 1964, há a abertura de concorrência pública para a elaboração de um plano urbano global para a cidade. E finalmente, em 1966, como legitimação do processo de planejamento, a Câmara Municipal de Curitiba aprova o Plano Diretor e cria o IPPUC para executá-lo.

Para compreender a excepcional planificação urbana em Curitiba, nas décadas de 70 e 80, é preciso examinar como transcorreram as três fases de um plano diretor de urbanismo, quais sejam, a elaboração, a legitimação e a implementação (OLIVEIRA, 2000, p. 63). Além disso, à política de planejamento nas metrópoles se colocam questões recorrentes relacionadas ao tempo e ao alinhamento político, sendo elas o caráter político-partidário do poder local, o contexto institucional do município e a construção do consenso entre as elites. O sucesso ou não do plano diretor está diretamente relacionado à resolução desses problemas por parte da gestão pública.

No grupo de questões de ordem político-partidária, Curitiba foi uma exceção no país, por ter tido a ocupação da prefeitura em quatro gestões quase ininterruptas pelo mesmo grupo político, nas gestões de Jaime Lerner (1971-1975, 1979-1983, 1988-1992) e Saul Raiz (1975-1979). Essa continuidade política e ideológica garantiu os recursos necessários para a implantação do plano ao longo das primeiras gestões, período em que as estruturas administrativas vigentes se adaptaram para a centralidade do IPPUC na execução do plano diretor.

Essa adaptação institucional aconteceu não sem disputa com as outras instituições municipais relacionadas com a resolução de problemas urbanos como a Companhia de Urbanismo e Saneamento de Curitiba (URBS), o Departamento de Obras e Viação Pública e o Departamento de

Urbanismo da prefeitura da cidade. Nesse emba-te, o IPPUC, que havia sido criado em 1965 para executar o plano diretor, passa a ocupar “o ápice da hierarquia entre as agências” a partir da década de 70, na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner (OLIVEIRA, 2000, p. 93).

Além disso, foi preciso haver a criação de um consenso entre a elite política, ocupada nessas instituições municipais planejadoras e respon-sável pela elaboração do plano, com a elite eco-nômica e industrial, que subsidiou a implantação desse plano, em conformidade com seus próprios interesses de classe.

Algumas realizações da prefeitura no decorrer das décadas de 70, 80 e 90 são descritos a seguir.

A primeira gestão do prefeito Jaime Lerner, de 1971-1975, compreende a fase de implementação do Plano Diretor. No ano seguinte a sua tomada de posse, por exemplo, houve a pedestrianização da Rua XV de Novembro. Em 1973, criou-se a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com o gerenciamento desse processo feito pela URBS. Em seguida, está a execução das obras do sistema viário em 1974, que determinou o crescimento da cidade e seu adensamento populacional no sentido dos três Eixos Estruturais (Norte-Sul, Leste-Oeste e Sudeste) a partir do sistema trinário, com duas vias exclusivas para ônibus expresso, circundadas por duas vias de tráfego lento e ainda duas vias rápidas paralelas a estas (OLIVEIRA, 2000, p. 50). Em 1975, foi sancionada a Lei de Zoneamento e Uso do Solo.

Do mesmo grupo político de Lerner, Saul Raiz foi prefeito entre 1975 e 1979 e deu continuidade a aplicação do Plano Diretor, implementando a tarifa única no transporte coletivo.

A segunda gestão de Lerner na prefeitura é marcada pelo Plano Massa, que projeta as galerias nas construções da Rua XV de Novembro e nos edifícios dos eixos estruturais e a criação da Rede de Transporte Integrada (RIT) que, junto com a tarifa única, possibilitou realizar a circulação da força de trabalho das regiões norte, sul, leste e oeste para o centro e entre os bairros que estavam fora do anel central.

A terceira gestão de Lerner, de 1989 a 1992, caracteriza-se pelo investimento nas questões ambientais e na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, promovendo o estabelecimento de novos ícones na cidade como o Jardim Botânico e diversos parques verdes.

Finalmente, pode-se aferir que a aplicação efetiva do Plano Diretor ocorreu, em Curitiba, a partir do equilíbrio das tensões políticas e econômicas inerentes ao desenvolvimento de uma cidade, com a construção de um sofisticado aparato institucional. Isso possibilitou uma forte articulação da administração municipal com o capital industrial, que legitima e apoia as intenções urbanísticas e políticas do poder público.

## **Poder público e capital industrial**

### **O ESTADO COMO ARTICULADOR DA DINÂMICA INDUSTRIAL**

Apesar de alguns esforços centrados na industrialização de Curitiba, como a criação da Cidade

Industrial de Curitiba (CIC), e das políticas de atração de novas unidades produtiva nas décadas de 70 e 80, foi apenas na década de 90 que o Estado do Paraná se consolida no contexto da industrialização nacional.

Para viabilizar a Cidade Indústria foram oferecidos incentivos tributários, físicos e financeiros, tais como: i) isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços (ISS) por até 10 anos; ii) subvenção de até a quantia equivalente à cota do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devida ao município por até 10 anos; iii) venda ou concessão real de uso de bens imóveis; iv) serviços de terraplanagem e infraestrutura física; e v) participação acionária de até 30% do capital nominal da sociedade. Além disso, uma extensa área foi desapropriada e provida de infraestrutura.

Como resultado dessa política, novos investimentos foram atraídos para Curitiba. As companhias estatais – Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e a empresa de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR) – também tiveram participação direta no processo de implantação da Cidade Industrial de Curitiba, assim como o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Essa foi a primeira grande iniciativa do Paraná para atrair capital industrial.

A segunda grande ação do Estado, de acordo com Firkowski (1997), foi a Lei 9.895 de 8/01/92, sancionada pelo então governador Roberto Requião, que autorizava “o poder executivo a implementar mecanismos de concessão de auxílios temporários às empresas do setor produtivo” estabelecidas no território paranaense. Em 1996 Jaime Lerner assume o governo do Estado do Paraná e materializa a política de atração esboçada no governo Requião através do Programa Paraná Mais Emprego.

Os objetivos desse programa eram: estimular novos investimentos industriais no Paraná; oferecer condições de integração de cadeias produtivas prioritárias ao interesse econômico e social; permitir a desconcentração industrial/regional; apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, financiando gastos com pesquisa e desenvolvimento contratados em instituições localizadas no Paraná; incentivar o investimento através da apropriação total dos créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pagos na aquisição ou transferência de bens de capital. Concomitante a essas ações, o governo federal e o governo estadual anunciaram o reinício das obras de duplicação da BR 116, a principal ligação de São Paulo com o sul do país, assim como obras de ampliação do aeroporto local que passava, a partir de então, à categoria de aeroporto internacional.

A ação do poder público estadual também pode ser observada através de inovadoras estratégias de marketing. Em 1996 é disponibilizado pelo governo estadual um disquete aos interessados com informações sobre o Paraná, denominado “Paraná: informações para investidores”. Este continha informações gerais sobre o estado além de gráficos e tabelas que comparavam com outros estados o poder de compra da população,

Tabela 01 – Custos comparativos da mão de obra entre Curitiba e São Paulo

Ocupação	Curitiba U\$\$/mês-dez94	São Paulo U\$\$/mês-dez94
Gerentes		
Administrativo	1.182,02	2.537,00
Comercial	1.978,37	3.532,00
Produção	1.701,54	3.342,00
Financeiro	1.587,54	3.342,00
Supervisores		
Administrativo	1.089,53	1.358,00
Recursos humanos	711,65	1.358,00
Vendas	524,05	1.708,00
Técnicos		
Almoxarife	312,46	491,00
Operador de máq. da produção	278,24	445,00
Torneiro mecânico ferramenteiro	490,80	1.066,00

Fonte: Paraná: informações para investidores (Sec. de Est. da Indústria e Comércio e do Desenvolvimento Econômico, CELEPAR - Cia de Informática do Paraná, IPARDES – Instituto Paranaense de Des. Econ. E Social) 1996. (apud FIRKOWSKI, 1997).

Tabela 02 – Número de Greves de julho de 1993 a abril de 1995

Paraná	Rio de Janeiro	Minas Gerais	São Paulo
metais/outras	metais/outras	metais/outras	metais/outras
3/26	8/84	17/86	400/1170

Fonte: Paraná: informações para investidores, 1996. (apud FIRKOWSKI, 1997).

bem como o custo (Tabela 01) e disciplinamento (Tabela 02) da mão de obra. Fatores estes selecionados pelo governo paranaense para seduzir novos investidores.

Em síntese, a partir da década de 90, observa-se uma série de ações do poder público estadual no sentido de garantir as condições necessárias para atrair ao Paraná capital industrial e novos investidores, influenciando as condições de produção em Curitiba e na região metropolitana.

### INDUSTRIALIZAÇÃO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA NA DÉCADA DE 90

Após a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) na década de 70, o projeto de industrialização do Paraná ganhou diferentes contornos com a ascensão de Jaime Lerner ao governo do Estado, em 1995. Firkowski (2002), ao abordar esta questão, indica que o Paraná sofre uma mudança na lógica de industrialização no período, e que esta está diretamente relacionada às transformações que estão ocorrendo em todo o mundo. Se antes as empresas da CIC tinham gestões e características locais, agora as novas indústrias que chegam à cidade passam a ser gerenciadas a nível global.

Para realizar o estudo, a autora elege como área de pesquisa o que chama de aglomerado metropolitano, composto pelos doze municípios mais próximos à cidade polo. Não considera, portanto, a região metropolitana como um todo – uma vez que é composta por vinte e seis municípios – porque a inclusão de novas cidades obedece muito mais a critérios políticos de que a uma mancha de conurbação. Segundo FIRKOWSKI (2002, p. 80),

*“A cada intervenção do Estado, visando viabilizar a implantação industrial em Curitiba, uma área específica foi destinada à indústria, em face das exigências de cada momento. Tais exigências existem não somente em relação à definição do uso do solo urbano, mas às necessidades e características das indústrias.”*

As indústrias automobilísticas que vieram instalar-se no Paraná possuíam uma nova lógica espacial que exigiu do poder público também novas atitudes e posturas. Na década de 70, a região industrial de Curitiba esteve concentrada na cidade polo e no município limítrofe, Araucária, em função da refinaria da Petrobrás.

Na década de 90, com a criação do programa Paraná Mais Emprego, o governo paranaense se empenhou em um tipo de planejamento que procurou descentralizar a indústria de Curitiba. Nesta descentralização, porém, o primeiro anel metropolitano continua sendo o foco principal para a instalação de novas indústrias, em detrimento do interior do estado. Firkowski (2002) indica que entre 1995 e 1999 foram apresentados 156 protocolos de intenção para a instalação de indústrias no Paraná, dos quais 57% estariam na região metropolitana. Curitiba, portanto, não se apresentava mais como o principal destino para as indústrias no período estudado. A cidade vizinha de São José dos Pinhais, por exemplo, apresentava neste período 24 estabelecimentos industriais, estando apenas 13 em Curitiba.

Na década de 70 o plano para desenvolvimento da região metropolitana não previa este sentido de crescimento porque a parte leste da região é composta por áreas de preservação ambiental e de mananciais. Entretanto, segundo a autora,



há no período posterior uma inversão no vetor de desenvolvimento industrial, agora na direção leste e não mais a oeste como anteriormente. É importante salientar também que o formato das indústrias que vieram para o Paraná na década de 90 já não se enquadrava no modelo fordista da década de 70 (FIRKOWSKI, 2002, p. 85),

*“A relação com os fornecedores se dá através do que se define por Quase Integração Vertical, ou seja, não como no passado – quando a grande empresa centralizava a maior parte do processo produtivo –, mas onde o processo produtivo se (des)integra no interior de uma grande unidade produtiva a partir de empresas diferenciadas, sem vinculação jurídica.”*

Os processos de produção são considerados agora flexíveis. Alves (1999) chama esse novo modelo de *toyotismo*, em oposição ao *fordismo* anteriormente vigente. Este modelo industrial começa a ser exportado do Japão a partir da década de 70 e, conforme o autor (1999, p. 95), “é um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do *taylorismo-fordismo*”. Um dado importante para um momento em que “a nova lógica territorial corresponde uma nova lógica funcional das empresas e vice-versa. Portanto, os complexos de produção seriam a expressão máxima dos novos espaços industriais surgidos a partir do paradigma flexível” (FIRKOWSKI, 2002, p. 86).

Neste sentido, a atuação do governo estadual e das prefeituras dos municípios do aglomerado metropolitano de Curitiba teve um papel essencial em relação à planificação. Ainda na década de 70, o planejamento previa a industrialização apenas nos municípios de Curitiba e Araucária, com as indústrias “pesadas”, e em pequenos complexos industriais em São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Campo Largo e Rio Branco, de acordo com a característica de cada cidade. São José dos Pinhais e Piraquara mereceram atenção especial dos planejadores da época, já que estavam em áreas de “captação de água e inundáveis”, devendo seu crescimento ser controlado “de forma mais rígida” (FIRKOWSKI, 2002, p. 94). Caberia aos municípios de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul e Colombo o abastecimento hortifrutigranjeiro da região, sendo que Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara e São José dos Pinhais ficariam com a produção leiteira.

Na década de 90 esta lógica se inverte e, como acima explicitado, o vetor de crescimento passa a direcionar-se para o leste, abrangendo justamente os municípios com áreas de preservação ambiental. Isso ocorreu em função da infraestrutura de estradas, com a construção do contorno metropolitano, e do fácil acesso ao Porto de Paranaguá, bem como o acesso ao aeroporto internacional de São José dos Pinhais, recém-modernizado. Nesse mesmo sentido atuam também as facilidades ofertadas pelo poder público às montadoras automobilísticas, como no caso de uma das cláusulas do contrato com a Renault que acertava preferência para as cargas desta indústria no Porto de Paranaguá, além de tarifas reduzidas.

Para a instalação das montadoras automobilísticas em São José dos Pinhais foi necessária a al-

teração da legislação municipal, já que o distrito onde a Renault se instalou ficava em uma área de preservação ambiental (FIRKOWSKI, 2002, p. 96):

*“Em 18 de março de 1996, o prefeito de São José dos Pinhais assinou a Lei 03/96, de criação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, 12 definindo sua localização em área de proteção ambiental, segundo o Decreto Estadual nº 2.964/79, às margens do Rio Pequeno. Em 6 de maio de 1996, por meio dos Decretos 1.751/52/53/54, o governo estadual alterou os limites da Área de Proteção Ambiental (APA) existente, dividindo-a em três: APA Estadual do Rio Pequeno, APA Estadual do Iraí e APA Estadual do Piraquara. Portanto, a Lei Municipal que definia o local de implantação da Renault se opôs à legislação estadual por cerca de dois meses, até que esta última foi alterada em benefício do empreendimento.”*

Em função da abertura para tais alterações legais ocorreram mudanças também no município de Quatro Barras, que passou a abrigar indústrias secundárias que vieram com a Renault. Neste município não houve sequer a realização de um relatório de impacto ambiental.

Mais uma vez Lerner, agora no governo do Estado, implanta seu modelo de planejamento em consenso com as elites estaduais – e também internacionais – como apontou Oliveira (2000), e obtém o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), ainda que tenham ocorrido conflitos entre algumas entidades e o governo federal, bem como discordâncias em relação a determinadas posturas do governo estadual.

Segundo Meiners (1998) a expectativa no momento da vinda das montadoras é que estas gerariam cerca de 180 mil empregos, entre diretos e indiretos, em várias áreas dos setores primário, secundário e terciário. Somente os empregos diretos nas montadoras alcançariam a marca 5,4 mil novos postos de trabalho. Mas esta previsão não se confirmou e a oferta propagandeada ocasionou uma nova migração populacional vinda do interior do Paraná e de outras regiões do país.

Crocetti (2009) diz que a região de Curitiba tinha em 2007 entre 110 mil e 200 mil desempregados, dependendo da metodologia utilizada pelo instituto de pesquisa (IBGE ou IparDES). Sobre esse fato, CROCETTI (2009, p. 12) comenta:

*“Assim, o processo de implantação do modelo de desenvolvimento e de atração de investimentos sem a participação da sociedade foi mal planejado pelo governo neoliberal do Lerner e beneficiou alguns agentes públicos e do setor empresarial com a especulação imobiliária, controle do transporte coletivo, da coleta do lixo, concessão de rodovias públicas, entre outros; gerando uma ocupação territorial desordenada, com altos índices de desemprego, desencadeando aumento de criminalidade, moradia precária e em lugares impróprios (mananciais), degradação ambiental, pobreza e agregação aos direitos humanos, gerando um custo que os municípios não estavam preparados e nem têm condições de pagar.”*

Além dos prejuízos sociais, é importante salientar que a situação econômica do estado também foi prejudicada. Em 1994 a dívida pública do Pa-

raná era de R\$ 1,39 bilhão, passando em 1998 pela soma de R\$ 6,15 bilhões e chegando aos R\$ 10,6 bilhões em 1999. (cf. OLIVEIRA, 2003).

## O planejamento urbano de Curitiba e a seletividade espacial

O prefeito Jaime Lerner, ícone do planejamento urbano de Curitiba, assumiu o zoneamento do uso do solo como um dos principais instrumentos de controle da cidade e, ao mesmo tempo, ferramenta utilizada para acobertar e sustentar ações políticas que contemplam os objetivos de uma elite dominante. Essa constituição da cidade, a partir de seu planejamento urbano, se dá de um modo seletivo que fica claro se observarmos determinados dados.

Nas décadas imediatamente posteriores à implantação da CIC - anos 80 e 90 - houve um aumento significativo da população dos municípios do entorno da capital. Segundo dados dos censos demográficos do IBGE trabalhados por Polli (2006), se no início da década de 70 Curitiba continha 67% do total da população da Grande Curitiba, no final da década de 90 este percentual cai para tão somente 58%. Nesta, a taxa de crescimento de Curitiba foi de 2,11, enquanto na região metropolitana foi de 3,33. Este crescimento localizado fica ainda mais claro ao observar-se a taxa de crescimento da região, desconsiderando a cidade polo, que chega a 5,23, num período em que o Estado apresentava uma taxa de crescimento anual de somente 1,39.

Este processo produz uma seletividade espacial na Grande Curitiba, que para Firkowski (2001, p. 118) corresponde a "aumentar sobremaneira o solo em certas porções do território em detrimento de outras".

A constante migração de trabalhadores em busca das vagas oferecidas pelas montadoras na década de 90 nos leva a uma das principais problemáticas da questão urbana, amplamente discutida na literatura: a moradia. Kowarick (1979), olhando para a região metropolitana de São Paulo, toma como unidade de análise exatamente as questões da habitação e sua relação com o transporte coletivo. A partir dos conceitos de espoliação urbana e subdesenvolvimento industrializado, o autor identifica no contexto da década de 70 um avançado processo de industrialização e crescimento econômico nas cidades e, ao mesmo tempo, a precariedade de vida dos trabalhadores com baixos salários, ampliação da concentração de renda e exclusão social. O sistema fordista de produção articulado à baixa qualificação profissional acabou produzindo um exército industrial de reserva, precarizando as relações de trabalho. Tal conjuntura empurrou os trabalhadores e suas moradias para locais distantes e sem infraestrutura, deixando vazios urbanos de áreas intermediárias para a especulação imobiliária.

Embora a Região Metropolitana de Curitiba apresente características peculiares se comparada à de São Paulo e haja diferenças em relação aos períodos estudados - uma vez que o autor está falando da década de 70 e o recorte temporal deste trabalho corresponde às décadas de 90 a meados de 2000 - as reflexões de Kowarick (1979)

permitem lançar um olhar sobre a relação que existe entre o planejamento urbano da cidade de Curitiba e o aumento populacional ocorrido na Região Metropolitana no período aqui estudado. Segundo Polli (2006, p. 70), "o planejamento instituído pela capital valorizou sobremaneira o plano territorial no tripé uso do solo, transporte coletivo e sistema viário em detrimento da habitação". Na capital paranaense, as administrações municipais buscaram a "ordem" do planejamento urbano através de uma rígida lei de uso do solo. Desta forma, Curitiba exportou seus problemas para fora de seus limites administrativos, produzindo um inchaço populacional das cidades do entorno e mantendo vazios urbanos nos limites da capital.

Entre os fatores que provocaram e viabilizaram a ocupação das áreas metropolitanas estão as intervenções urbanísticas e o controle decorrente do planejamento urbano da cidade polo, através de uma rígida legislação, que serviram tanto para valorizar o solo quanto para conter os efeitos considerados negativos na ocupação populacional das periferias da cidade. As ações empreendidas pelo poder público foram incorporadas pelos agentes imobiliários como mais-valias urbanas. O mercado imobiliário encontrou nos municípios vizinhos a Curitiba uma legislação mais flexível do que na cidade polo e, a partir disso, conseguiu oferecer novas porções de terras - muitas delas em áreas de mananciais - para um segmento populacional financeiramente desfavorecido.

Isso só é possível graças a um sistema de transporte que sustenta a ligação do polo com os municípios do entorno imediato percorrendo, nestes caminhos, áreas desocupadas destinadas à especulação imobiliária. Este processo de periferização de Curitiba incide também sobre a redução dos custos da reprodução da força de trabalho, conforme apontou Kowarick (1979) no caso de São Paulo.

Curitiba foi capaz de realizar essa exportação de problemas porque segundo Polli (2006, p. 58),

*"os municípios periféricos não possuem força política, recursos financeiros, planejamento estruturado, legislação urbana para se contraporem a essa orientação política e tornam-se receptores da população que não consegue morar em Curitiba. Os empreendedores imobiliários funcionam como alavanca desse processo quando produzem os loteamentos precários nos municípios onde a legislação é mais permissiva e, o controle, menor."*

Na década de 90, portanto, a cidade cresceu seguindo outras ordens de interesse não assumidas abertamente pelo poder público, com o crescimento da Região Metropolitana de Curitiba na direção leste, conforme acima citado, logo depois da instalação da montadora Renault e a implantação de luxuosos condomínios fechados. Em meados desta mesma década, há algumas alterações na organização produtiva da região e no aglomerado populacional metropolitano a partir da atração de investimentos de outras montadoras de veículos, tais como a Chrysler e a Audi/Volkswagen. Em 2000, dadas estas mudanças, toma-se a iniciativa de elaborar um novo plano de desenvolvimento, desta vez englobando toda a região metropolitana, o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Curitiba (PDI/RMC).

Este tinha como objetivo desenvolver novas estratégias no enfrentamento do intenso processo de urbanização periférica e horizontal, do déficit habitacional e dos conflitos no uso e ocupação do solo; de acordo com Polli (2006 p. 31),

*“O PDI-RMC-2001 destaca a impossibilidade de o planejamento corrigir complexas disparidades sociais frente à pequena disponibilidade de recursos nas mãos do Estado, e ressalta a necessidade de valorizar e otimizar os aspectos positivos da região, de forma que esta seja capaz de atrair recursos financeiros, técnicos e culturais, necessários ao alcance de diferentes dimensões da sustentabilidade.”*

Gislene Pereira (2004; 2007) utiliza o exemplo de Curitiba para esmiuçar o processo de exclusão urbana daquela parcela da população cuja renda não é suficiente para acessar o mercado formal de terras. Em suas análises explica de que forma se dá a periferação dessa população que acaba tendo que se instalar em locais distantes do centro e, portanto, distante dos serviços e equipamentos urbanos. Uma estruturação urbana que é consequência do funcionamento do mercado imobiliário e gera, além da seletividade espacial estratificada socialmente, uma necessidade de determinada parcela da população se estabelecer de maneira irregular, através da ocupação de áreas e da autoconstrução, de acordo com PEREIRA E SILVA (2007, p. 80-81),

*“As diversas localizações urbanas, resultantes do processo de produção da cidade, assumem diferentes preços, estabelecidos pelo mercado imobiliário. As áreas melhor localizadas são mais caras e serão ocupadas pela população que tem renda para arcar com esse custo. A população de menor poder aquisitivo tende a ocupar áreas desvalorizadas no mercado imobiliário, como a periferia urbana, precária de serviços, e regiões ambientalmente frágeis – fundos de vale, encostas, áreas sujeitas a inundações, áreas de proteção ambiental. Dessa forma, a ilegalidade fundiária é, também, manifestação espacial da pobreza urbana.”*

Essa ilegalidade fundiária pode ser entendida como uma resposta da população que, excluída do ambiente urbano formal, cria suas soluções informais. O uso ilegal do solo, juntamente com as edificações irregulares, já representa 50% das construções nas grandes cidades brasileiras (MARRICATO *apud* PEREIRA, 2005, p. 79). Essa população, mais do que ficar à margem do mercado de terras, é colocada do lado de fora da esfera pública. “Em uma cidade que se estrutura tendo por base as leis do mercado, aqueles que não têm renda para se inserir nesse mercado não são cidadãos. Essa é a realidade contemporânea, da qual Curitiba não escapa: a cidade onde predominam os não cidadãos” (PEREIRA, 2004, p.89).

Quanto às políticas que atuam em relação à esfera habitacional, a autora coloca que determinados instrumentos do planejamento urbano, como o zoneamento, se aplicam somente à “cidade legal”, ignorando mais uma vez grande parcela da população. Outras políticas tentam atuar em relação à questão da irregularidade fundiária, mas se vol-

tam somente às suas consequências e não à causa do problema: *a propriedade privada da terra e o mercado imobiliário*. Esse tipo de atuação acarreta situações como aquela em que uma área de ocupação é regularizada, mas a população original deste local acaba se dirigindo para outra região periférica, uma vez que a área em que habitava foi inserida no mercado imobiliário. Sendo assim, a questão habitacional não poderá ser compreendida e resolvida levando-se em conta somente a dinâmica política e as regras de mercado. Faz-se necessário compreender o marco legal que delimita o uso do solo, pois este sim representa uma das principais causas do déficit habitacional.

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade sancionado em 2001 traz uma importante inovação. Pereira (2004; 2007) introduz o Estatuto da Cidade como sendo um forte elemento de renovação, visto que representa uma mudança no marco legal que delimita o uso do solo urbano. Anteriormente, foram criadas outras leis que visavam alterar a estrutura urbana. Estas, entretanto, não interferiram na questão crucial que é a propriedade da terra, e conseqüentemente, tiveram efeitos restritos.

A lei 10.2057, de 2001, oficialmente denominada Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) representa a regulamentação infraconstitucional dos artigos 182 e 183- o capítulo “Da Política Urbana”- da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Trata-se de diretrizes que viabilizam a execução dos princípios presentes na Constituição, tendo como ênfase o planejamento participativo e a função social da propriedade. Conforme consta em seu artigo segundo, “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (BRASIL, 2001, Art. 2º). A partir disso o documento cria instrumentos para operacionalizar esses princípios. Alguns deles são o IPTU progressivo - que, no caso de terrenos desocupados e/ou ociosos, prevê a “aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos” (BRASIL, 2001, Art. 7º) -, o usucapião urbano, com prazo prescricional de cinco anos - ao invés dos 15 anos do usucapião rural - além do usucapião coletivo, que abarca o caso de favelas e ocupações irregulares, em que é concedido usucapião para toda uma população residente, com o loteamento do terreno entre os moradores.

O Estatuto da Cidade traz, portanto, esses e outros instrumentos que “viabilizam a operacionalização do princípio constitucional da função social da propriedade urbana” (PEREIRA, 2004, p. 88). Através do detalhamento das condições para o cumprimento desse princípio, além do estabelecimento de penalidades para o caso de descumprimento, o Estatuto está garantindo ao princípio constitucional “legalidade operativa”. Por mais que alguns dos instrumentos já fossem utilizados anteriormente, não havia atuação no controle da renda fundiária, sendo inefetivos os esforços diante da especulação imobiliária. O Estatuto torna possível a atuação do Estado em relação ao mercado imobiliário e suas regras, podendo controlar essa especulação. Além de diversos outros efeitos, eleva as reivindicações dos movimentos de moradia ao nível de direito, trazendo novo rigor à discussão. “Os setores populares ganham muito, à



medida que a urbanização adequada e legalizada dos assentamentos mais pobres passa a ser vista como direito, e deixa de ser objeto de barganha política com vereadores e o poder executivo” (CYMBALISTA *apud* PEREIRA, 2001, p. 89).

Para compreendermos, entretanto, a real efetividade que essa ação do governo federal tem em relação à questão habitacional em uma esfera do planejamento urbano local, cabe analisar a aplicação de alguns desses instrumentos na cidade de Curitiba. Um desses instrumentos, trazido pela Constituição Federal e reforçado pelo Estatuto da Cidade, é o Plano Diretor. Visto que Curitiba já possuía um plano diretor datado de 1966, o que entra em questão é a adaptação deste ao princípio de função social da cidade, levando-se em conta o que ficou regulamentado nas diretrizes do Estatuto da Cidade.

Nesse sentido, foi aprovada a Lei 11.266 de 16 de dezembro de 2004 que deveria orientar e regular o desenvolvimento integrado da cidade, adaptando o Plano Diretor de Curitiba às novas diretrizes nacionais. Em seu artigo 25, referente à habitação, afirma que a política pública habitacional, além da orientação à iniciativa privada nessa esfera, deveria propiciar “o acesso à moradia, priorizando famílias de menor renda, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano e regional, e demais políticas municipais” (CURITIBA, 2004, Art. 25). Estão na sequência, no artigo 27, diretrizes gerais para a política municipal de habitação de interesse social, delimitando mais claramente as já comentadas questões relativas à função social da propriedade.

Em um estudo de caso referente a esta legislação, realizado pela Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos, do Observatório das Metrôpoles (PEDROZO; BORGES; GUSSO, 2011), é analisado se o plano diretor e as legislações e iniciativas subsequentes para sua implementação de fato atuam em função das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade. São analisadas diversas questões: macrozoneamento, aproveitamento de terra, áreas de preservação ambiental, entre outras. Mas a este trabalho interessa a questão das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que são um dos principais instrumentos para aplicação do princípio da função social da propriedade. No texto de adequação do Plano Diretor, no segundo inciso do artigo 27 está colocado como uma das prioridades “instituir de zonas especiais de interesse social” (CURITIBA, 2004, Art. 27). Entretanto, o estudo da aplicação desta legislação mostra que não há definição de tipologia de zonas, nem de tipologias habitacionais, assim como não há delimitação das áreas das ZEIS – apenas duas delas foram delimitadas em uma legislação posterior, em 2007 -, ou a delimitação clara da população que deverá ter acesso aos projetos habitacionais. Tampouco há remissão para uma legislação específica, apenas para um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que deveria ser elaborado até 2007. Este mesmo plano foi apresentado em 2008, mas a avaliação da Rede mostra que seus efeitos dentro do plano geral de aplicação das políticas não afetam a conformação geral do acesso ao solo urbanizado.

As áreas destinadas às ZEIS em geral se localizam em regiões periféricas, reforçando a conformação habitacional da cidade que foi determinada pelo mercado imobiliário, segundo PEDROZO, BORGES & GUSSO (2011, p. 15):

*“Estas áreas destinadas às classes populares foram demarcadas historicamente (nas últimas duas décadas aproximadamente) e destacadas no zoneamento, em regiões periféricas (zona sul, margens do rio Iguaçu e cidade industrial) e incluem hoje, em quase sua totalidade, áreas já ocupadas de forma irregular ou onde estariam concentrados os conjuntos populares realizados nos últimos anos. Isto é, estariam próximas do seu limite de saturação.”*

A questão da saturação, avaliada quantitativamente, mostra que as ZEIS representam 5,7% do território municipal, sendo que 5% já está ocupado por zoneamentos irregulares ou projetos de moradia das companhias de habitação. Restam 0,7% de áreas livres, e algumas áreas já ocupadas que poderiam sofrer adensamento e requalificação, gerando novas moradias. Entretanto, considerando-se o déficit habitacional de Curitiba – 31.240 domicílios – isso está bastante longe da demanda real. Mesmo a COAHB/CT – Companhia de Habitação Popular de Curitiba – percebeu isso e partiu em busca de parcerias com municípios vizinhos, mais uma vez reforçando a conformação da segregação urbana, onde os problemas sociais são exportados para as cidades da região metropolitana.

Entretanto, analisando-se os dados de habitação de Curitiba, percebe-se que essa “exportação” não é necessariamente o único caminho possível. Existem em Curitiba 200 áreas de ocupações irregulares e um alto déficit de moradias. Entretanto, as estatísticas mostram que a cidade contém 10% de seus imóveis desocupados, além de grandes vazios urbanos.

Com base nestes dados e segundo a análise da Rede de Avaliação e Capacitação dos Planos Diretores Participativos, a democratização do acesso à terra urbanizada ainda vem esbarrando em três fatores: 1 – Inexistência de novas áreas de produção de Habitação de Interesse Social; 2 – Alto custo de imóveis em melhores condições de infraestrutura e serviços urbanos; 3 – Não regulamentação e utilização de instrumentos para intervir no mercado de terras em sua totalidade, reduzindo os preços dos imóveis.

Tomando-se uma análise quantitativa do mesmo estudo, é possível perceber o quanto os esforços por parte da prefeitura tem sido insuficientes. Para regularização da questão habitacional em Curitiba, seria necessária a regularização de 62.601 moradias e a construção de outras 45.301. O custo disso seria entre 1,2 e 1,9 bilhões de reais, sendo que o investimento entre o início de 2006 e o final de 2008 foi de 351 milhões, aproximadamente. Isso representa 117 milhões de reais investidos por ano. Se esse padrão se mantiver, serão necessários 10 anos para regularização total, desconsiderando-se a possibilidade de expansão do déficit habitacional por diversos fatores.

Ou seja, ainda que o Estatuto da Cidade, segundo Pereira (2007), traga os instrumentos ne-

cessários para que o poder público interfira no mercado de terras, não há em realidade práticas de gestão e planejamento que busquem viabilizar a operacionalização da função social da propriedade, compatibilizando a demanda de moradias com o número de imóveis e terrenos vazios em áreas urbanas. “Não existe vontade aparente do poder público ou mesmo reivindicação e articulação popular consistente para que sejam empregados os instrumentos que poderiam interferir significativamente no mercado de terras de Curitiba.” (PEDROZO, BORGES & GUSSO, 2011, p. 16). Assim, por mais que o acesso ao solo por parte das famílias de baixa renda, com a criação do Estatuto da Cidade, passe a ser um direito e deixe de ser “objeto de barganha política” (CYMBALISTA *apud* PEREIRA, 2001, p. 89), podemos ver que o mesmo, na cidade de Curitiba, através dos instrumentos de gestão urbana, continua sendo feito de maneira compensatória, esporádica e pontual.

Sendo assim, a análise das práticas reais de gestão urbana demonstra que somente está sendo reforçado o padrão de ocupação e segregação urbanas, ainda que os instrumentos para interferência na lei de uso do solo e no mercado imobiliário estejam disponíveis com a implementação do Estatuto da Cidade.

## Considerações finais

A partir das proposições da sociologia urbana de Castells (1983), pode-se compreender o planejamento urbano de Curitiba tanto em sua perspectiva histórica, apontada por Oliveira (2000), quanto a partir de suas consequências, especialmente no que tange à habitação. Foi a partir de um planejamento articulado, com a acomodação de diversos interesses das elites locais, que o grupo político do ex-prefeito e ex-governador Jaime Lerner conseguiu criar e manter um projeto urbanístico duradouro e eficaz que atendeu ao capital em diferentes períodos.

Mesmo depois de sua saída da prefeitura da Curitiba, manteve-se a mesma lógica de planejamento urbano, estendendo seus limites para além da cidade, incluindo a região metropolitana no processo que vinha sendo construído, embora de maneira assimétrica. A primeira questão que surge a partir das discussões deste artigo, portanto, remete à influência de Jaime Lerner, não somente enquanto prefeito de Curitiba, mas também no período posterior, quando ocupou o governo do Estado. Uma influência que ressoa até os dias de hoje, seja no plano simbólico – com o que Oliveira (2000) chama de “mito da cidade modelo” – ou no plano econômico e social.

Outra questão fundamental emerge da análise das proposições de Kowarick (1979) sobre São Paulo e a situação de moradia dos trabalhadores desempregados que migraram para a cidade atraídos pela propaganda da industrialização. Embora a Região Metropolitana de Curitiba apresente características diferentes de São Paulo, inclusive no recorte temporal aqui apresentado, é possível encontrar importantes aproximações e coincidências entre as duas cidades. Nesse sentido, o adensamento populacional da Região Metropolitana de Curitiba, somado a não implementação

de todos os postos de trabalho esperados com a instalação das montadoras na década de 90 e a rígida lei de zoneamento e uso do solo na cidade polo, empurrou os trabalhadores para a periferia metropolitana, intensificando os processos de especulação imobiliária e seletividade espacial.

Diretamente ligada a esta discussão está a nova legislação efetivada no Plano Diretor de 2004, na gestão do então prefeito Cássio Taniguchi, derivada do Estatuto da Cidade de 2001. Esta impulsiona a emergência de problemáticas referentes ao uso do solo urbano e de sua função social. Esta legislação, posta em diálogo com o acentuado número de ocupações irregulares (tanto da população mais pobre, quanto de edifícios de luxo e do capital imobiliário), o déficit habitacional e a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo primeiro estabelece o direito à propriedade privada, percebe-se uma contradição legal que, somada a conjuntura habitacional mencionada, tende a reproduzir a exportação dos problemas urbanos para a região metropolitana.

Com tudo isso se amplia e aprofunda a seletividade/segregação espacial, dificultando, quando não impedindo, os processos de regulamentação das ocupações irregulares. Assim, temos uma grande parcela da população à margem da cidade e de suas funções sociais estabelecidas em constituição; um grupo bastante significativo de moradores da Grande Curitiba que não tem acesso pleno à cidadania, por questões relacionadas ao mercado imobiliário, articulado ao poder público e à pouca efetividade das políticas públicas que caminham no sentido oposto.

## Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. (1999), *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho no capitalismo global*. Londrina, Editora Práxis.

BRASIL. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade, Brasília, DF, 10 jun. 2001. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 01/12/2011

CASTELLS, M. (1972), *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª Ed. 1983.

CROCETTI, Z. S. (2009), "Análise da Dinâmica Territorial da Região Metropolitana de Curitiba". 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideo. Anais do 12º EGAL. Montevideo: Imprensa Gega, 2:642-665.

CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba. Lei no 11.266, de 16 Dezembro de 2004. Adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade, Curitiba, PR, 16 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.inteligenciaambiental.com.br/sila/pdf/mleipmcp11266-04.pdf>> Acesso em: 01/12/2013

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Boletim Municipal n. 12, Novembro e Dezembro de 1943. Plano de Urbanização de Curitiba (Plano Agache), Curitiba, n. 12, ano II, Novembro e Dezembro de 1943. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=192&%20idioma=1>>. Acesso em: 24/11/2013.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. (2002), "A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, 103:79-100.

FIRKOWSKI, O. (2001), "Regiões metropolitanas e metrópoles. reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil". *Ra'ega o espaço geográfico em análise*, Curitiba, Ano V, 5:27-47.

FIRKOWSKI, O. (1997), "Industrialização e ação do Estado: Considerações sobre a região metropolitana de Curitiba (PR)". *Ra'ega o espaço geográfico em análise*, Curitiba, 1:119-131.

KOWARICK, Lúcio. (1979), *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MEINERS, W. E. M. A. (1998), "Impactos Regionais dos Investimentos Automobilísticos no Paraná". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, 94.

OLIVEIRA, Dennison de. (2000), *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba Ed. da UFPR.

OLIVEIRA, Vladimir Luis de. (2003), "Estado, Empresariado Regional e o Setor Automotivo no Paraná". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, IPARDES, 105:125-140.

PEDROZO, Alexandre do Nascimento; BORGES, Luís Maurício Martins; GUSSO, Ramon José (Rede de Avaliação e Capacitação Para a Implementação dos Planos Diretores Participativos). Plano Diretor de CURITIBA/PR – Estudo de Caso. Disponível em: [www.observatoriodasmetrololes.net/planosdiretores/produtos/pr/CURITIBA.pdf](http://www.observatoriodasmetrololes.net/planosdiretores/produtos/pr/CURITIBA.pdf). Acesso em 01/12/2011.

PEREIRA, Gislene. (2004), "Novas perspectivas para gestão das cidades: Estatuto da Cidade e mercado imobiliário". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, 9:77-92.

PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da. (2007), "Mercado Imobiliário e estruturação do espaço na Região Metropolitana de Curitiba". *Cadernos Metrôpole*, 18:77-93.

POLLI, Simone Aparecida. (2006), *Curitiba, metrópole corporativa – fronteiras da desigualdade*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro.



# Relembrando os trilhos: uma etnografia entre (e com) aposentados ferroviários em Santa Maria/RS

## Trícia Andrade Cardoso

Bacharel em Ciências Sociais (UFSM), aluna do Curso de Pós-graduação Especialização em Pesquisa em Movimento Humano, Sociedade e Cultura (UFSM), aluna do 5º Semestre do Curso de Graduação em Sociologia (UFSM).

## Juliana Franchi da Silva

Co-Orientadora do Artigo. Mestre em Integração Latino-americana - MILA (UFSM), Especialista em Pensamento Político Brasileiro (UFSM), Especialista em História do Brasil (UFSM), Licenciada em Filosofia (UFSM), Bacharel em Ciências Econômicas (UFSM), Bacharel em Ciências Sociais (UFSM), mestranda em Ciências Sociais (UFSM), aluna do PEG – Programa Especial de Graduação – Gestão e Negócios (UFSM).

## Maria Catarina Chitolina Zanini

Orientadora do Artigo, Graduada em Ciências Sociais (UFRGS), Especialista em Educação (UFRGS), Mestre em Antropologia (UFRGS), Doutorado em Ciências Sociais (USP), Pós-Doutorado pelo Museu Nacional.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo descrever as transformações ocorridas no universo ferroviário nos últimos anos e analisar que significado esses momentos tiveram para os aposentados ferroviários da cidade de Santa Maria (RS). Por meio dos métodos etnográficos, alicerçados em observação participante e em um convívio contínuo, observou-se que o grupo tenta transmitir suas lembranças através de conversas ou com imagens, para que suas memórias sejam transmitidas e não esquecidas como os trilhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ferroviários. Memórias. Significados.

**Abstract:** This article aims to describe the changes occurred in the railway universe over the past years and analyze what was the significance of these moments for retired railroaders of Santa Maria (RS) city. Through ethnographic methods, grounded in participant observation and ongoing cohabiting, it was observed that the group tries to transmit its memories through conversations or images so that their memories are not forgotten as the rails.

**KEY-WORDS:** Railroaders, Memories and Meanings.

## Introdução

Esta pesquisa tinha por finalidade analisar as mudanças que ocorreram no universo ferroviário e de que maneiras os aposentados ferroviários interpretam esse efeito sobre suas vidas. Através da pesquisa etnográfica, foi possível perceber que a identidade dos ferroviários ganhou novos significados ao longo dos anos. A pesquisa foi realizada em um dos mais importantes pólos ferroviários do Rio Grande do Sul, a cidade de Santa Maria; sendo que a etnografia foi realizada na Associação de Aposentados Ferroviários e se estendeu para a casa do interlocutor. O trabalho de campo teve duração de aproximadamente um ano e foi feito através de muitas conversas com (e entre) o grupo de aposentados que frequentam a associação (conversas sobre a Ferrovia, sobre seu trabalho e a respeito de como estava sua situação no momento). Além das conversas, foram realizadas algumas entrevistas abertas. Inicialmente as visitas eram semanais, com o decorrer da pesquisa, passaram a ser quinzenais e, quando o trabalho estava próximo de seu término, as visitas se tornaram mensais, apenas para rever os colaboradores da pesquisa. Portanto, a pesquisa buscou os significados que os aposentados ferroviários atribuem às transformações ocorridas no universo ferroviário. Por meio do método etnográfico, alicerçado em observação participante e a um convívio contínuo, observou-se que o grupo tenta transmitir suas lembranças através de conversas ou com imagens, para que suas memórias sejam transmitidas e não esquecidas como os trilhos.

## Abordagem metodológica e estratégias de investigação

Meu primeiro contato acadêmico com a pesquisa sobre ferroviários se deu por meio de um projeto sobre ferroviários, no qual atuei como

bolsista de Iniciação Científica. Nesse projeto, desenvolvi atividades como pesquisa em arquivo, museu e, assim, redescobri o universo ferroviário devido às leituras.

Durante esse período, passei a ter cada vez mais interesse sobre o assunto. Sou neta de ferroviário e sempre tive curiosidade sobre o universo dos trabalhadores ferroviários. Objetivei conhecer o universo ferroviário por meio do significado dado por seus trabalhadores, da maneira como eles registravam o seu trabalho dentro de uma memória coletiva. Com base nessa perspectiva, busquei conhecer as questões que tratavam das transformações que ocorreram na Ferrovia e como essas foram sentidas por seus trabalhadores. Questiono se isso mudou algo em suas vivências e como os mesmos se sentem em serem aposentados ferroviários.

Fazer a etnografia estava relacionado com observar, interpretar e transcrever. Mas, em qual lugar observar, já que a Ferrovia estava em sua maioria desativada ou privatizada? Qual seria o local adequado para realizar o ofício de etnógrafo? Quem seria e qual seria o melhor ambiente para estudar o universo ferroviário e suas transformações? Essas foram as primeiras indagações que surgiram em relação a minha pesquisa.

Logo percebi que as indagações seriam respondidas entre os aposentados que trabalharam na Ferrovia, pois não ter os espaços físicos onde os ferroviários exerciam o seu labor não significava que o grupo de trabalhadores ferroviários não possuísse marcos sobre a história vivida sobre o universo ferroviário, já desativado na cidade. Compreendi que eu precisaria encontrar esses aposentados para conhecer a história do grupo em relação ao mundo da Ferrovia em Santa Maria, e acredito que ter feito etnografia com os aposentados da Ferrovia foi a maneira mais adequada para compreender tal universo. Então passei a frequentar locais nos quais existiam grupos que estavam relacionados à Ferrovia, como é o caso da Associação dos Aposentados e Pensionistas Ferroviários do Rio Grande do Sul.

Quanto às técnicas de coletar informações, primeiramente cheguei a pensar em questionários, mas as informações das quais precisava estavam relacionadas diretamente à forma com que os aposentados sentiram e lidaram com todas as transformações que ocorreram em seu espaço de labor. Essas respostas eu só conseguiria após ter um contato mais direto, com um diálogo mais contínuo. Quando passou esse processo que mais parecia o de conhecer os aposentados e ser reconhecida como pesquisadora, realizei algumas entrevistas.

Além disso, percebo que uma etnografia deve ser baseada em uma descrição densa, conforme Geertz (1973), no cuidado ao selecionar as pessoas, com o diário, com o mapeamento do campo. Compreendendo que essas situações mais técnicas não definem a etnografia, o que define é o esforço do intelectual do pesquisador em relacionar e interpretar os significados que nos é passado, sendo essa a base para se construir uma descrição densa. A descrição densa procura efetuar uma interpretação dos fatos, busca os seus significados, é um método, por excelência, da antropologia enquanto uma ciência interpretativa.

Vale ressaltar que, de acordo com Geertz (1973), a etnografia é uma interpretação de segunda ou terceira mão, pois somente quem faz interpretação de primeira mão seria o próprio nativo, dessa forma, a primeira interpretação sobre as experiências de trabalho seria do aposentado ferroviário, sendo essa etnografia uma conversão dessa interpretação.

O contato com o grupo foi facilitado por existirem mais acadêmicos pesquisando sobre Ferroviários, através dos quais me inseri em campo e troquei, durante o tempo de pesquisa, muitas informações, como por exemplo, livros sobre Ferrovia e Ferroviários, bem como informações sobre senhores que gostariam de falar sobre as suas histórias. Isso foi essencial para o trabalho, pois consegui ampliar o meu campo e troquei ideias sobre acontecimentos que eram narrados pelos aposentados. A maioria das minhas idas a campo, quando não eram na associação, se deram junto a uma colega de graduação que pesquisava sobre o papel das mulheres na Ferrovia.

Em relação às conversas: inicialmente eu criei um roteiro de perguntas abertas e procurava conduzir as conversas informalmente, aguardando o momento certo para efetuar minhas perguntas. De uma maneira geral, todos os entrevistados acabavam se remetendo ao seu passado. Devido a isso, sempre acontecia um convite de retorno para mais uma conversa, eles se comprometiam em buscar fotos, papéis, carteirinhas, tudo o que possuíam em casa sobre Ferrovia. Geralmente o retorno ocorria mais umas três vezes. Estas entrevistas eram realizadas nas casas de esposas de ex-ferroviários, de viúvas de ferroviários ou de ferroviários aposentados.

Em relação aos consentimentos para a pesquisa, antes de iniciar as conversas, era explicado o objetivo do trabalho, a duração da pesquisa, que o desenvolvimento da pesquisa era para uma monografia de final de curso e que eu também participava de um projeto que pesquisava sobre ferroviários. Quando pretendia utilizar o gravador, perguntava se os senhores permitiam a gravação;

quanto às imagens, também pedi permissão para registrá-las. Mesmo os colaboradores da pesquisa tendo permitido o uso de seus nomes, preferi usar nomes fictícios para preservar a fala dos mesmos.

Nas primeiras inserções na Associação de Ferroviários Aposentados, eu estava um pouco angustiada, pois já havia escutado que eles não eram muito receptivos com pesquisadoras mulheres, mas com o tempo eles foram se acostumando a minha presença e interagindo cada vez mais. Entendo que minha presença semanal foi essencial para que eles realmente me aceitassem como pesquisadora, sem influência de gênero, num lugar destinado mais ao público masculino. É como se eu estivesse marcando de certa forma o meu lugar entre eles. Além disso, sei que também foi essencial ser neta de ferroviário, pois um dos primeiros questionamentos que me fizeram foi em relação a que ligação eu tinha com a Ferrovia. Por ter esse vínculo com a Ferrovia, de certa maneira, eles acabaram me acolhendo, não como parte do grupo, mas como alguém com legitimidade para circular e estar entre eles.

Acredito que conquistei um importante espaço em relação à questão de ter conseguido permanecer entre eles, perguntando e atenta às conversas paralelas do grupo. Os meus questionamentos não eram somente sobre as transformações na Ferrovia, mas sempre uma busca para compreender o universo ferroviário. As respostas sobre seus sentimentos em relação às mudanças sofridas pela Ferrovia só foram realmente conseguidas com o decorrer da pesquisa, conforme PEIRANO (1995, p.16), "a pesquisa de campo antropológica, concebida como a procura incessante do diálogo com o outro". Então o meu diálogo, de certa forma, precisou de um longo tempo para se desenvolver. Um ponto fundamental para o diálogo é a questão de confiança, que não ocorreu nas primeiras visitas, mas sim depois de visitas constantes.

Durante as minhas idas a campo, eu tentava demonstrar que voltaria, procurando deixar claro que não tinha interesse em apenas coletar dados, fazer a pesquisa e ir embora. Queria que eles compreendessem que o meu trabalho seria diferenciado dos demais, pois além de apreender sobre as histórias da Ferrovia, gostaria de saber sobre eles, como eram suas rotinas de trabalho e como haviam processado as mudanças ocorridas no mundo do trabalho ferroviário. Devido a isso, chegou um momento em que consegui um interlocutor que me proporcionou fazer visitas também à sua família, em sua residência. Nesse ambiente eu era vista como uma amiga e não como uma pesquisadora. As minhas visitas tinham o sentido de estar lá para escutar as histórias da família.

Através desse interlocutor, que chamarei de Zé, consegui permanecer mais tempo dentro da associação, assim foi possível entender as interações sociais que ocorrem nesse ambiente. Os aposentados que por ali circulam, no período após o meio dia até às quinze horas, quase todos os dias da comodidade de suas casas para irem conversar sobre histórias da Ferrovia; para tomarem cafezinho em um ambiente com poltronas rústicas, rodeadas de mapas de linhas férreas do Rio Grande do Sul, fotos de trem, fotos desses senhores em seu tempo de juventude nos trilhos ou junto às locomotivas, refeitas em mi-

niaturas e vários livros sobre a Ferrovia. Entendo que nesse momento eles se remetem ao passado por estarem em um ambiente com tantos significados e por falarem das histórias dos trilhos e suas máquias.

Portanto, foi lembrando essas histórias sobre trabalho, trilhos, trem e ferrovia, que foi possível perceber a relevância de ser um aposentado ferroviário no município de Santa Maria.

## Ferrovia: narrativas, trabalho e memória:

A ferrovia surgiu como um meio de transporte inovador capaz de desenvolver e de fazer a modernidade chegar aos mais distantes lugares. A modernização não era somente a ferrovia em si, mas tudo que podia vir com ela. As mudanças ocorriam devido às relações econômicas proporcionadas pelas interligações do trem. O que fazia as cidades se desenvolverem era o que o trem transportava, as interligações entre as mais diversas localidades, o fluxo mais fácil de pessoas e de notícias. Dessa forma, a ferrovia foi uma grande aliada da indústria, tudo o que esta produzia era deslocado através dos trilhos.

No Brasil, os trilhos ligaram diferentes regiões e levaram o progresso, o crescimento a diversas localidades, além de proporcionarem a integração entre essas localidades, o que, sem os trilhos, tornava-se algo difícil devido à grande extensão territorial do país. O trem era sinônimo de modernidade e também de segurança. Desde as primeiras construções, tinha-se interesse em fazer as linhas chegarem ao Sul do Brasil, especialmente ao Rio Grande do Sul, onde as divisas territoriais preocupavam a segurança nacional. Além disso, antes da ferrovia, o progresso no Rio Grande do Sul estava ligado às atividades do campo, pouco desenvolvidas devido ao comércio desses produtos estar restrito a pequenas extensões. Após a chegada da ferrovia, surgiram novas oportunidades de escoamento da produção e de consumo da mesma, junto ao grande número de trabalhadores que a ferrovia passou a concentrar em seu entorno.

Segundo dados de Flôres (2007), as primeiras obras das estradas de ferro se iniciaram em 26 de novembro de 1871, eram para a construção do trecho de Porto Alegre a Novo Hamburgo, o qual foi concluído em 1º de janeiro de 1876. Em 10 de setembro de 1873, através do Decreto Imperial 2.397, foi iniciada uma das mais importantes estradas de ferro do Rio Grande do Sul, que ligou a fronteira oeste com o litoral. E através dessa estrada é que os trilhos chegaram a Santa Maria. As obras começaram em 1877, mas os trilhos somente teriam o trajeto concluído até a cidade de Santa Maria em 10 de setembro 1885. No Rio Grande do Sul, a maioria da administração era belga, feita pela *Compagnie Auxiliaire*. Em 1898 a Companhia instalou seus escritórios administrativos e oficinas em Santa Maria. Nesse período, Santa Maria era uma região do centro do estado, pouco desenvolvida. Porém, sua localização era tida pelos Belgas como estratégica, pois possuía acesso a várias estradas de ferro do Estado.

A chegada dos Belgas fez com que o município se desenvolvesse nos setores de saneamento, ilu-

minação, educação, abastecimento de água e de outras obras, o que melhorou a condição de vida dos moradores. No início, a cidade era vista como um local de passagem, porém, com essas melhorias, aos poucos, passou a ser um local de parada obrigatória para os que passavam, por causa dos negócios, das oportunidades de trabalho e do desenvolvimento humano. De acordo com Flôres (2007), a ferrovia impulsionou o desenvolvimento da cidade, porque diminuíram as dificuldades de transporte da produção local e regional, e isso trouxe inúmeras melhorias para toda a população, tanto em aspectos econômicos quanto culturais.

Com o passar do tempo, os ferroviários foram fazendo mudanças sociais e culturais no cenário de Santa Maria. Fizeram suas contribuições através da sua identidade de trabalhadores ferroviários, criaram clubes sociais, sociedades recreativas, representações de categorias sociais, profissionais, de grupos étnicos, de ações culturais, de políticas e também interesse na prática desportiva.

Os aposentados ferroviários usam a associação como um ambiente para guardar e preservar a sua história como trabalhadores do setor ferroviário. Nesse ambiente eles guardam inúmeros objetos que remetem à ferrovia, como fotos, trem (miniatura), documentos, e mantêm uma rotina de frequentar a associação para ficar lembrando-se de seu tempo de labor.

Depois das minhas visitas na associação, reencontrava alguns senhores no centro e, nesse outro espaço, eles continuavam suas conversas sobre trilhos, linhas férreas, trabalhos. Nunes (2010) aponta que, em determinados locais do centro de Santa Maria, esses senhores fazem parte do cenário urbano e que, mais especificamente os aposentados ferroviários, antes de irem ao centro, passam pelo "ritual do cafezinho", que seria se reunir na associação para um cafezinho antes de ir para o centro.

É possível perceber pelos encontros cotidianos dos aposentados ferroviários, que esta seria a maneira que eles encontraram para criar um vínculo com a Ferrovia, devido a Ferrovia estar esquecida diante da sociedade Santa-Mariense. As conversas, fotos, festas, e suas reivindicações, são a maneira que o grupo encontrou para manter vivas as histórias dos trilhos.

As imagens desse ambiente, principalmente as fotografias, podem ser usadas como material de pesquisa, pois elas estão dialogando com as falas dos ferroviários. Além disso, eram usadas pelos aposentados para apresentar suas trajetórias de vida. As fotos podem ser capazes de traduzir a vida de labor desses aposentados; entendo as imagens como uma narrativa da vida desses senhores.

A fotografia auxilia na compreensão das mudanças, nas construções que foram ocorrendo na cidade e nas modernizações na rede ferroviária que aconteceram ao longo dos anos. Conforme Bittencourt (1998, p. 204), "a interpretação dos contextos histórico e cultural visíveis nas fotografias contribui para a compreensão da cultura material e de suas transformações no tempo"; e ao perceber quais fotografias eles usam em suas narrativas, é possível compreender os pontos fundamentais na visão desses aposentados para a construção da imagem que eles possuem da Ferrovia. De acordo com Bittencourt (1998, p. 208).



“Dessa forma, as fotografias servem como símbolos intermediários da investigação etnográfica, requerendo interpretações explícitas e interativas do processo de criação da imagem e do contexto no qual o significado da imagem se encontra”.

As imagens usadas nas falas dos aposentados são as fotos em que eles aparecem trabalhando. Ali estão dispostos objetos do mundo ferroviário. As locomotivas, por exemplo, representam uma fase de modernização, as fotos de outras estações de trem, como a de Cruz Alta, a de Santiago, de São Borja, e a de Jaguari, ali aparecem por possuírem uma construção muito similar à estação de Santa Maria. Esses meios visuais, dentro da pesquisa, foram muito importantes para propiciar interação com o grupo.

O relembrar dos ferroviários, dentro do meu campo, foi fundamental, é o momento em que os ferroviários relembram suas vidas, é como se os mesmos se remetessem a outro tempo. Essa é a ocasião em que, devido a suas idades, eles se colocam na função social de indivíduos que possuem a obrigação de lembrar. Segundo BOSI (1999, p. 63),

*“Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”.*

Vale ressaltar que essas lembranças se constituem de uma forma grupal, e são uma maneira de procurar manter viva a história do grupo sobre seu trabalho, do qual apenas restaram monumentos e concretos<sup>1</sup>. Porém, eles ainda possuem suas memórias, suas lembranças, que fazem sobreviver a história do grupo. De acordo com Bosi (1999, p. 63), “as lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal”. As memórias partilhadas com outras ficam mais consistentes e podem ser reproduzidas. Segundo Bosi (1999, p. 414),

*“Se por acaso esquecemos, não basta outros testemunhos o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral...”.*

A memória social ou coletiva é reconstruída sobre os fundamentos do grupo, e na associação estes fundamentos são relembrados nas conversas sobre trens, viagens, locomotivas a diesel, influências políticas sobre a Ferrovia. É durante essas conversas que Halbwachs (1990, p. 81) afirma:

*“A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”.*

As memórias destes homens estão apoiadas umas nas outras, fazendo com que o grupo tenha mais confiança e exatidão em suas lembranças no momento em que contam suas histórias, pois em vários momentos essas histórias se cruzam. Exemplo: histórias sobre a modernização dos trens; em várias falas encontramos a mudança da máquina a vapor para as locomotivas. Outro assunto que se cruza entre as memórias é sobre a Escola Hugo Tylor e a importância de ter sido uma escola daquela potência, que formava trabalhadores para a Viação Férrea;

*“Tem aqui um rapaz, logo que vocês chegaram, o Pedro, entrou guri, ele saiu da escola Profissional. Tinha uma escola aqui, a escola profissional, a gente entrava pra lá estudava na época 4 anos sai formado e ainda tinha prioridade na vaga dentro da Rede, nas oficinas ele se aposentou contando o tempo de escola” (Zé, 2010).*

Além disso, outras lembranças da cooperativa estão relacionadas com o que ela fornecia: tudo o que os trabalhadores precisavam estava na cooperativa, se entrassem sem nada lá, poderiam sair com roupas, calçados, comida, móveis, tinha de secos a molhados, tudo. Halbwachs (1990, p. 34)<sup>2</sup> sempre sendo recordada e reconstruída sobre fundamentos comuns ao grupo. Entendo que na associação os aposentados estão a todo instante buscando reconstruir a Ferrovia em cima de sua importância para Santa Maria, relembrando momentos que seriam os mais marcantes para o crescimento do setor Ferroviário e do município.

As lembranças são constituídas no interior do grupo, isso faz com que algumas reflexões e ideias ocorram devido às conversas do grupo, pois, como o grupo se encontra quase que diariamente, eles acabam possuindo pensamentos muito semelhantes e costumam estar sempre conversando sobre Ferrovia, então, possuem falas e ideias em comum. É possível perceber esses pensamentos quando eles abordam as questões políticas, e, por mais que eu procurasse nas conversas reflexões diferentes sobre as questões políticas da transformação da Ferrovia, as respostas sempre eram muito similares devido ao convívio do grupo.

As lembranças do grupo ajudam na reconstituição da memória, que faz o grupo fortalecer a representação social do mesmo. Os ferroviários possuem uma forte identidade que se define devido aos seus hábitos de bons costumes que estavam ligados no ideal do trabalhador ferroviário e que eram construídos dentro da viação férrea quando esta estava sob o comando do Estado. Esta representação sobre sua identidade está ligada às histórias que os grupos viveram, constituindo uma memória de um mesmo passado vivido por integrantes de um mesmo grupo.

Vale ressaltar que quando eu usar uma fala direta dos aposentados em relação às mudanças da Ferrovia em Santa Maria – por ela ter sido repassada para uma empresa privada ou por grande

<sup>1</sup> Quando me referi a concretos, remetendo a estação Férrea de Santa Maria, referi-me a Vila Belga, aos trilhos, ao que restou das locomotivas, enfim a todos os aspectos físicos do universo ferroviário...

<sup>2</sup> “Para que nossas memórias se auxiliem com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum” (HALBWACHS, 1990, p.34).

parte dela ter sido desativada – utilizarei nomes fictícios para preservar a identidade dos colaboradores da pesquisa. Para o grupo, no momento em que se privatizou a Ferrovia, perdeu-se de ganhar dinheiro para os estrangeiros que passaram a explorar esse setor.

Sintetizando a visão dos ferroviários, por se apresentarem falas muito similares, seria um erro deixar de usar as estradas de ferro, que estão prontas, para investir em rodovias. Um caminhão não é capaz de transportar o que apenas um vagão transportava, pois o trem fazia transporte de toneladas, conseguia levar muito trigo, arroz, aveia, ou qualquer produto que precisasse ser transportado. Todo esse peso que deixou de ser transportado pelos trens transita pelas rodovias, isso seria um dos motivos da destruição destas, ou seja, os caminhões pesados.

“A privatização do nível nacional, isso que deu foi o governo federal, o governo dizia assim que a ferrovia dava prejuízo. Hoje já aparecendo caminhão, carreta ai com 60 toneladas, mas na época, pra época nós tinha vagão para 80 tonelada. Então isso dava dois caminhão duas carretas. Ontem mesmo vim de Porto Alegre, por causa dessa volta que faz por causa da ponte do Jaguari, que pega São Sepé, passa lá não sei quantas nesse intervalo dela da Tabai-canoas até cá que entra no trevo do Rio Pardo, depois deixa Rio Pardo, pra direita tu entra naquele trevo que vai dá em Caçapava e entra em São Sepé, tem dois pedágios. Eu tava olhando, conforme a tonelagem do caminhão, é vinte e dois reais.” (Zé, 2010)

Quanto ao transporte de pessoas, os trens ofereciam camas, vagões restaurante, ou seja, eram muito melhores para acomodarem seus passageiros para viagens longas em relação ao ônibus.

“ questão do transporte na época, nós tinha, olha aqui, sai trens passageiros de Santa Maria, sai trem 6:15 manhã segunda, quarta, sexta; ia de São Borja terça, quinta, sábado, ia Luis e depois ele passou ir a Cerro Largo. Bom, era diário, menos domingo o trem de Passo Fundo 7:15 da manhã e 8h saía um trem POA, quando era 12h um carro a motor, que é ônibus, neh, e quando veio os trens minuano 12:30, ou seja, ele chegava 10 minutos de almoço, ou seja 12:40 saiu o trem noturno, com o carro dormitório, carro 2º classe, carro restaurante e 1, 2 ou 3 dormitórios” (Zé, 2010).

Conversando com o Senhor Colombo, este mencionou a questão das multinacionais: “toda essa influência de multinacionais mudou a Ferrovia”, ou seja, não é como antes, pois no tempo deles a Ferrovia oferecia status aos seus trabalhadores, um salário que era garantido, e isso lhes garantia credibilidade na cidade. Esse status fazia com que os operários incentivassem seus filhos a trabalharem na Ferrovia, por isso é muito comum encontrar pessoas, cujos avôs, pais e tios trabalharam na Ferrovia.

Em relação ao convívio com os colegas, que ocorreu com as mudanças na Ferrovia, é possível perceber que como grupo eles eram muito unidos:

“Então essa festa era seguinte, elas eram feitas por grupos, o pessoal de oficina, pessoal ia as festas com grupo deles, e nós fazia com o nosso grupo, dificilmente nós se juntava, porque não era questão de preconceito; problema era falta de tempo. Assim, o grupo, nós eram em oito colegas, então quando estávamos de folga nos fim de semana as festas aconteciam lá em casa, eu avisava “eles” iam almoçar lá em casa então, eu fazia almoço e churrasco, e no outro domingo era lá na casa do outro ele é que fazia, e ia correndo rodízio. E que se no caso eu tivesse viajando a minha esposa ela ia com a minha filha lá na casa dos colegas, a mesma coisa se um outro colega tivesse viajando a família dele ia participar conosco.” (Zé, 2010)

Os aposentados ferroviários se demonstram mais unidos que outros grupos de aposentados. A convivência entre os colegas sempre foi muito mais amigável do que simplesmente coleguismo. Eles continuam sendo amigos mesmo estando aposentados, distantes de seu labor, continuam a se reunir e, quando estão na associação, estão sempre se remetendo às histórias da Ferrovia. O Senhor Colombo fala sobre o convívio com os colegas: “A convivência com os colegas era um horário em família”.

Os aposentados que não se encontram ficam solitários: os aposentados que não se reúnem com os seus antigos colegas acabam ficando sozinhos; e para o Senhor Américo, “muitos dos que aposentam perdem o vínculo com os colegas, perdem, não se encontram com outros mais e ficam sem ter com quem conversar”. Na fala do senhor Zé, “depois de 64, 70 até 80 era maravilha, depois começou a cair, porque começaram a remover muita gente, a fechar muitos setores de oficina, setores depósito de locomotiva. Aí começou o fim, aquela economia quase total.”

Nessas falas, pode-se pensar em identidade, pois o aposentado Ferroviário que não se reúne com os demais passa a não conquistar outro grupo. Como eles se sentem por serem aposentados de um local que praticamente não existe mais, ou está expresso em monumentos?

Entendo que eles se sentem na obrigação de preservar o que ainda existe sobre a Ferrovia e principalmente transmitir suas falas. Porque se eles se percebem esquecidos perante uma grande parte da sociedade Santa-Mariense, eles encontram nos pesquisadores um momento para “desabafar” e de transmitir suas lembranças. Um senhor ferroviário me falou que, se a estação ainda funcionasse, ele poderia ir lá conversar, contar como era no seu tempo de trabalho, perguntar como estava o trabalho hoje, ser amigo desses novos funcionários e, nesse momento, ele teve os olhos cheios de lágrimas, como se ele refletisse através daquele olhar a tristeza pela situação que se encontra a Ferrovia.

## Considerações finais

Através desse artigo, foi possível compreender os significados das mudanças no universo ferroviário para os aposentados ferroviários, que passaram a tentar manter sua identidade através do

acervo de fotos que faz parte do arquivo individual de cada aposentado e também do espaço que eles criaram na Ferrovia com livros, mapas, fotos, miniaturas de trem. Assim, eles tentam conservar a imagem do grupo através de suas falas, transmitem suas vivências de uma forma que as pessoas que por ali transitam sejam capazes de conhecer e repassar a outras pessoas a importância do ferroviário e da Ferrovia da cidade de Santa Maria.

Compreendi que o significado que os aposentados atribuem nas transformações que ocorreram no setor ferroviário. E que, o grupo aposentado ferroviário acaba se diferenciando de outros aposentados, pois tenta manter vivo, ou não deixar ser apagado da história de Santa-mariense o

status da ferrovia e de seu trabalhador. Além disso, eu consegui perceber que eles não se sentem excluídos da sociedade devido à condição da Ferrovia em Santa Maria, mas sim pelo fato de eles, ex-trabalhadores, estarem entrando em um processo de esquecimento, assim, se sentem esquecidos e são lembrados pela população apenas pelos seus monumentos, e como são possuidores de uma memória coletiva, eles demonstram possuir uma necessidade de manterem vivas essas lembranças.

Portanto, com o trabalho realizado, com uma etnografia que durou aproximadamente um ano, consegui entender que o significado dado pelos aposentados ferroviários em relação às mudanças na Ferrovia é de terem a missão de não deixar ser esquecida a história do grupo.

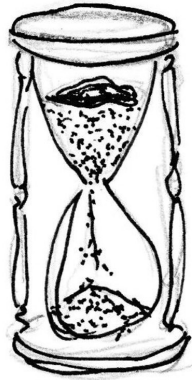




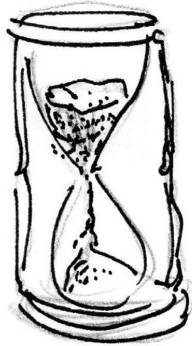
## Referências

- BITTENCOURT, Luciana Aguiar. "Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica". in FELDMAN-BLANCO, Bela e LEITE, Míriam L.
- BOSI, Ecléa. (1999), *Memória e sociedade. Lembranças de Velhos*. 7. Edição, São Paulo, Cia das Letras.
- DAMATTA, Roberto. (1981), "Trabalho de Campo", in *Relativizando: uma Introdução à antropologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. (2009), *O Pragmatismo Político dos Ferroviários Sul-Rio Grandense: com foco histórico na cidade de Santa Maria*. Santa Maria, Ed. da UFSM.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. (2008), *Os trabalhadores da V.F.R.G.S: profissão, mutualismo, cooperativismo*. Santa Maria, Pallotti.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. (2007), *Fragmentos da História Ferroviário Brasileira e rio-grandense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS)*. Santa Maria, Pallotti.
- GEERTZ, Clifford. (2008), *A interpretação das Culturas*. 1ª edição, Rio Janeiro, LTC.
- GOOFMAN, Erving. (1975), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HALBWACHS, Maurice. (1990), *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos tribunais.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1984), "Introdução – Tema, Método e Objetivo desta Pesquisa" in *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril.
- NUNES, Rojane Brum. (2010), *A "Boca", a "Esquina" e o "Recanto": sociabilidade, cotidiano e memória entre aposentados habitues do Centro de Santa Maria*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,RS.
- PEIRANO, Mariza. (1995), *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro, Relum – Dumará.

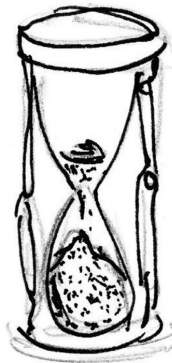
OLHANDO  
DE PERTO



POUCA AREIA



É UM  
DESERTO



# V de Vendetta: Reflexões sobre os aspectos políticos e socioculturais das Histórias em Quadrinhos

Marcia Cristina  
(UFRRJ)

**Resumo:** As Histórias em Quadrinhos foram, por muito tempo, desprezadas por pedagogos e pesquisadores, que a viam apenas como leitura de entretenimento e direcionada às massas. No entanto, esta visão das HQs ficou no passado. Vários estudiosos têm defendido seu uso como instrumento de reflexão política e pedagógica. A leitura atenta de determinadas HQs permite conhecer o contexto histórico, econômico e sociocultural em que foi escrita e as ideologias defendidas pelo autor. Este artigo pretende, a partir da HQ 'V de Vendetta' escrita por Alan Moore, evidenciar esta outra leitura possível das HQs.

**PALAVRAS-CHAVE:** História em Quadrinhos, política, ideologia.

**Abstract:** The Comics were long, neglected by educators and researchers, who saw them only as directed reading and entertainment to the masses. However, this vision of the Comics is in the past. Several scholars have advocated its use as an instrument of political and pedagogical reflection. A careful reading of certain comics allows to know the historical, economic and socio-cultural context in which it was written and the ideologies advocated by the author. This article aims, from the Comic 'V for Vendetta' written by Alan Moore, to show another possible reading of comics.

**KEYWORDS:** Comic, politics, ideology.

## Introdução

As manifestações ocorridas nos últimos meses no Brasil trouxeram à lembrança as HQs<sup>1</sup> escritas entre 1982 e 1988 por Alan Moore e ilustradas por David Lloyd. Na história 'V de Vingança' ou 'V de Vendetta', em italiano, o super-herói é um anarquista que luta contra o governo e se esconde atrás de uma máscara inspirada no personagem histórico Guy Fawkes – inglês condenado à morte por traição em 1605. Esta máscara voltou recentemente à cena em várias manifestações populares, no Brasil e no mundo.

Interpretadas por muitos, como um gênero menor de leitura destinado aos menos intelectuais e às crianças, as HQs, no entanto, são muito utilizadas como instrumento de críticas e reflexões relacionadas à história política mundial, justamente pelo fato de ser um gênero de fácil leitura e capaz de penetrar todas as camadas sociais.

Se no passado este tipo de instrumento de comunicação em massa foi desprezado e desqualificado pela classe acadêmica, na contemporaneidade as HQs têm conquistado cada vez mais espaço de destaque nas salas de aula e em grupos de pesquisa, sendo utilizada como importante método de ensino e abordagem dos temas sociais e políticos discutidos na atualidade. Waldomiro Vergueiro, coordenador Observatório de História em Quadrinhos da Universidade de São Paulo e pesquisador da utilização de HQs na educação, é um dos autores que defendem a utilização das HQs como metodologia de ensino em sala de aula.

Muitas HQs aparentemente desprezadas e ingênuas trazem valores e ideais políticos que podem passar despercebidos para o leitor ocasional e desatento, mas que, no entanto, são bem evidentes para o leitor crítico e conhecedor de história política.

HQs, charges, cartuns e caricaturas são expedientes constantemente utilizados com conotação política – ironia ou reflexão – sobre um determinado momento histórico-político pela facilidade de penetração social. As imagens facilitam a compreensão da mensagem, até mesmo pelos iletrados. Vale aqui ressaltar a diferença entre caricatura, charge e cartuns. A caricatura seria um retrato exagerado, exacerbado de alguém. A caricatura, segundo MOTTA (2006, p. 15):

*"[...] retrataria figuras humanas conhecidas [...], a especialidade da charge seria a de abordar fatos ou acontecimentos específicos. [...] cartum, um gênero de desenho de estilo mais livre, em que o autor geralmente ignora personagens ou fatos reais, dedicando-se a temática atemporal e universal. O cartum guarda estreita proximidade com as tirinhas ou histórias em quadrinhos, que também são tributárias da tradição iniciada pelo desenho caricatural".*

A partir da leitura de várias histórias em quadrinhos e de uma ampla bibliografia relacionada ao tema 'política e quadrinhos', este artigo pretende evidenciar os aspectos políticos e sociais presente nas HQs utilizando como recorte o escritor Alan Moore e mais especificamente a história 'V de Vendetta' criada por ele como resposta – de acordo

<sup>1</sup> História em quadrinhos.



com sua perspectiva – à situação que a Inglaterra vivia à época. Moore “*além de especular sobre o intervencionismo do Estado em praticamente todas as esferas da sociedade, está questionando a indiferença da opinião pública em relação à política*” (RODRIGUES, 2011, p. 180).

## As Histórias em Quadrinhos

Histórias em Quadrinhos são “*narrativas feitas com desenhos sequenciais, em geral no sentido horizontal, e normalmente acompanhados de textos curtos de diálogo e algumas descrições da situação, convencionalmente apresentados no interior de figuras chamadas ‘balões’*” (LEGAL BLOG).

Contar uma história ou aventura através de imagens não é uma prática moderna. Os antigos egípcios já faziam uso de desenhos, nas paredes de suas construções, para registrar suas histórias. As igrejas medievais também retratavam a via sacra através de tirinhas. Porém, as HQs, no modelo atual – com balões, tirinhas e personagem fixo – surgiram apenas em 1894, pelas mãos do americano Richard Felton Outcault, criador do personagem ‘Yellow Kid’, o Menino Amarelo. Este personagem, cujo nome era Mickey Dugan, era o principal personagem de Hogan’s Alley, tirinhas publicadas esporadicamente na revista Truth, entre 1894 a 1895 e em sátiras políticas. Com o sucesso da publicação, vários jornais sensacionalistas de Nova York passaram a disputar o direito de publicação.

O personagem estreou, oficialmente, no dia 17 de fevereiro de 1895, no jornal New York World, primeiramente em preto e branco e a partir de 5 de maio do mesmo ano, em versão colorida. O personagem representava a visão preconceituosa que se tinha das crianças pobres do gueto – desdentada, cabeça raspada (em decorrência da contaminação por piolhos), falava gíria e utilizava um camisolão amarelo, com palavras impressas em alusão aos outdoors de propaganda.

*“Na época a tira do jornal foi descrita como um panorama teatral da cidade, que mostravam as tensões raciais do novo mundo urbano, o ambiente consumista, representado por um grupo danoso de habitantes da Cidade de Nova Iorque, que gostava de lidar com coisas erradas” (TV SINOPSE).*

Em 23 de janeiro de 1898, Yellow Kid apareceu pela última vez, numa tira de propaganda de um tônico capilar. Aparentemente, a perda dos direitos autorais sobre o personagem desestimulou Outcault.

As histórias em quadrinhos são conhecidas por nomes que variam de acordo com o país: Comics (Estados Unidos); Histórias em Quadrinhos (Portugal); Bande dessinée (França); Fumetti (Itália); Tebéos (Espanha); Historietas (Argentina); Muñequitos (Cuba); Mangá (Japão)². No Brasil, as Histórias em Quadrinhos ficaram conhecidas por Gibi devido à publicação em 1939, pelo Grupo Globo, da revista ‘O Gibi’ com histórias de vários personagens. A revista fez tanto sucesso que, desde então, o termo ‘gibi’ virou sinônimo de HQs.

Atualmente as HQs ganharam reconhecimento de mercado e do público. Desenhistas como Jonh

Byrne, Dan Jurgens, George Perez, Tom Grummett e roteiristas – Frank Miller, Alan Moore, Stan Lee, Chris Claremont, entre outros – ficaram mundialmente conhecidos. Surgem novos personagens e novas editoras. No final dos anos 1990 ex-funcionários da Marvel e da DC Comics se uniram e criaram a Image Comics, dando origem a um personagem de grande sucesso – Spawn – criado por Todd McFarlane, e fazendo deste autor mais uma das celebridades das HQs, ao lado de Alan Moore, Frank Miller entre outros (LEGAL BLOG).

## História em Quadrinho no Brasil

A publicação ‘As aventuras de Nhô Quim’ é considerada por muitos pesquisadores como a primeira HQ – publicada em sequência, com personagem fixo e enquadramento cinematográfico – embora ainda sem os balões de diálogos característicos dos quadrinhos. De autoria do italiano, radicado no Brasil, Angelo Agostini, ela foi publicada pela primeira vez, na Revista Vida Fluminense, no dia 30 de janeiro de 1869, razão pela qual, a partir de 1984, esta data – 30 de janeiro – passou a constituir o Dia do Quadrinho Nacional.

Apesar de os quadrinhos terem surgido no Brasil em 1869, ainda não tínhamos revista em quadrinhos. A primeira revista em quadrinho brasileira – Tico-tico – só foi publicada anos mais tarde, em 1905. No entanto, as revistas em quadrinhos só alcançaram sucesso no Brasil, a partir de 1939 com a publicação da revista “O Gibi” (BRASIL CULTURA). Esta publicação fez tanto sucesso que seu nome virou sinônimo de HQs no Brasil.

No Brasil, como em todo o mundo, as HQs foram alvo de preconceito. Em 1951, cinco artistas – Álvaro de Moya, Jayme Cortez, Syllas Roberg, Reinaldo de Oliveira e Miguel Penteado – criaram a Primeira Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos (QUADRINHOS WORDPRESS). O evento ocorrido no dia 18 de junho de 1951, no Centro de Cultura e Progresso, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, teve um caráter didático, elucidativo, técnico e artístico. O objetivo era mostrar que as HQs quando bem produzidas não representavam nenhuma ameaça à moral e aos ‘bons costumes’ da época. Um dos organizadores da Exposição – Álvaro de Moya – é autor de uma obra considerada referência em pesquisas sobre as HQs nacionais e internacionais – ‘História das Histórias em Quadrinhos’.

Outro evento que deu destaque as HQs foi a Bial de Quadrinhos (BRASIL CULTURA). Foram três edições, duas no Rio de Janeiro – 1991 e 1993 – e uma em Belo Horizonte – 1997 – realizadas em Centros Culturais destas cidades e que contaram com a presença de quadrinistas internacionais e nacionais, promoção de debates e cursos entre outras atividades.

Atualmente nomes como Mauricio de Sousa, Ziraldo, Henfil são exemplos de quadrinistas consagrados nacionalmente. A mais famosa revista em quadrinhos brasileira – Turma da Mônica –, por exemplo, já foi publicada pela Editora Abril, O Globo e atualmente é publicada pela Panini Comics, sendo a imagem de seu personagem principal – Mônica – utilizada desde 2007, em campanhas promovidas pelo UNICEF sobre os direitos

2 Disponível em Multimídia HQ. <http://multimidiahq.blogspot.com.br/2010/01/afinal-o-que-e-historia-em-quadrinhos.html>

da criança. A partir de 2012 este personagem também passou a contribuir para a divulgação do trabalho da Promotoria Pública através da publicação da revista especial 'Turma da Mônica e o Ministério Público' (CRIANÇA CAOP).

## História em Quadrinhos como instrumento pedagógico

Segundo Waldomiro Vergueiro, o fato de as HQs serem um veículo de comunicação em massa e de grande popularidade entre jovens e adolescentes, faz delas um instrumento ideal para a prática pedagógica; e em resposta aos críticos das HQs, Waldomiro acrescenta que o 'Código de Ética dos Quadrinhos'<sup>3</sup> estipula critérios para publicação que garantem a decência e o bom gosto das obras publicadas. A primeira, de 18 regras, do Código de Ética brasileiro, define que "as histórias em quadrinhos devem ser um instrumento de educação, formação moral, propaganda dos bons sentimentos e exaltação das virtudes sociais e individuais" (RAMA e VERGUEIRO, 2004, p. 14).

O Brasil não foi o único país a adotar um código de ética. Estados Unidos e outros países também adotaram um código regulador das publicações em quadrinhos com o objetivo de dar uma resposta à perseguição e preconceito sofrido pelas HQs. Ainda segundo Vergueiro, o México tem tradição na utilização de quadrinhos como recurso pedagógico (DEUS NO GIBI). Japão, França, Bélgica e Estados Unidos são outros exemplos de países onde os quadrinhos são valorizados como recurso pedagógico. De acordo com RAMA e VERGUEIRO (2004, p. 17):

*"As primeiras revistas de quadrinhos de caráter educacional publicadas nos Estados Unidos, tais como 'True Comics', 'Real Life Comics' e 'Real Fact Comics', editadas durante a década de 1940, traziam antologias de histórias em quadrinhos sobre personagens famosos da história, figuras literárias e eventos históricos"*

## História em quadrinhos e a política

Segundo Marcio Rodrigues "quadrinhos devem ser encarados como uma prática cultural, um meio pelo qual atores sociais, em determinados contextos, procuram representar e se pronunciar sobre determinada coisa ou assunto" (2011). Neste sentido, as charges se destacam por sua estreita relação com a política. Rodrigo Motta nos mostra em seu livro 'Jango e o Golpe de 1964 na caricatura' que as caricaturas eram amplamente utilizadas para mostrar o descontentamento com o governo de João Goulart (MOTTA, p. 2006).

No entanto, as Histórias em Quadrinhos, embora ainda criticadas por alguns como leitura de entretenimento, vem, ao longo do tempo, alcançando lugar de destaque no cenário social, político e cultural. HQs escritas durante a Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e outros momentos histórico-políticos podem se revelar ótimas fontes de História Política além de evidenciar aspectos

socioculturais das relações existentes numa determinada época de modo mais aprofundado e sem a subjetividade e valores presentes em outras fontes, por exemplo, a mídia.

Alan Moore é um dos escritores que se dedicou a escrever HQs com contextualização política. Na contramão de outros autores de sua época que criavam histórias de entretenimento, com super-heróis, direcionadas ao público infantil, num cenário americano – Estados Unidos – e onde predominava a transmissão de valores da classe dominante – ideologias –, Moore criou, a partir de reflexões pessoais sobre situações e conflitos reais, histórias fictícias, ambientadas na Inglaterra e direcionadas ao público adulto<sup>4</sup>.

A História 'V de Vendetta', por exemplo, escrita durante a Guerra Fria e o governo de Margaret Thatcher, foi resultado de reflexão de Moore sobre a realidade política da Inglaterra. Nesta HQ "o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo a ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira" (BACZKO, 1985, p. 311).

## Alan Moore

Alan Moore é um inglês, nascido em Northampton, no dia 18 de novembro de 1953. Expulso da escola secundária não voltou a estudar. Aos 26 anos começou a trabalhar na Revista Sounds onde, sob o pseudônimo de Curt Vile, escrevia e desenhava a história 'Roscoe Moscou'. No entanto, não se considerava um bom desenhista e decidiu ser apenas escritor. Na revista Warrior, começou a escrever "Marvelman" e "V de Vingança", que lhe renderam em 1982 e 1983, o prêmio 'British Eagle Awards' de melhor escritor de quadrinhos. Em 1986 escreveu "Watchmen", considerada uma das maiores HQs de super heróis de todos os tempos (DEVIR). Outros sucessos de Moore são "Batman - A Piada Mortal" e "A Liga Extraordinária"; "Super-Homen - O Adeus"; "Super-Homem - O Homem que Tinha Tudo" (DEVIR). Atualmente Moore está escrevendo "Jerusalém", "uma história com ambientação noir e baseada em um pastor de Northampton (condado onde Moore mora), James Hervey, que ele considera ser o pai do movimento gótico" (UOL). Em entrevista a este mesmo site, Moore disse estar maravilhado com as manifestações populares ocorridas no Brasil, mas que em relação à máscara usada pelos manifestantes, não teria nada a dizer, pois é apenas o criador do personagem V, não detendo direitos sobre o desenho da máscara.

## Guy Fawkes

Guy foi um soldado inglês, especialista em explosivos. A insatisfação com a corrupção e a perseguição do rei James I aos católicos o motivou a se unir a outros católicos e tramarem o que ficou conhecido como Conspiração da Pólvora – plano para matar o rei e explodir o parlamento inglês utilizando barris de pólvora. O objetivo final não era mudar o sistema político, mas destituir o rei James I – anglicano e tirano com os católicos – e substituí-lo por um rei católico. No entanto, a

<sup>3</sup> Elaborado por um grupo de editores brasileiros de revistas de histórias em quadrinhos, que incluía a Editora Gráfica O Cruzeiro, Editora Brasil-América Ltda., Rio Gráfica e Editora, Editora Abril.

<sup>4</sup> Público adulto no sentido de serem histórias construídas mais como uma reflexão sobre uma situação real do que como entretenimento.

conspiração foi descoberta e, no dia 05 de novembro de 1605, Guy, ao confessar sua pretensão de acabar com todo o Parlamento, foi preso. Acusado de traição, Guy foi torturado e condenado à morte, sendo seu corpo e os de seus companheiros esquartejados e arrastados pelas ruas de Londres. O rei James I perpetuou a história de que salvara a Inglaterra, ao descobrir os planos de Guy. Em decorrência deste fato, todos os anos, no dia 05 de novembro acontece a Noite das Fogueiras, data em que a tentativa frustrada de destruição do Parlamento inglês é lembrada e bonecos simbolizando Guy são queimados nas fogueiras acesas pela cidade londrina.

## A história 'V de Vendetta' ou 'V de Vingança'

Escrita por Alan Moore e desenhada por David Lloyd entre os anos de 1982 e 1988, "V de Vendetta" na figura de seu personagem principal, V, tem inspirado manifestantes no Brasil e no mundo. Nos recentes protestos, motivados por diversos fatores – corrupção, inflação, injustiças sociais, negligência do Estado em relação à saúde e à educação entre outros –, inúmeras pessoas foram às ruas com a máscara criada para o personagem V que, por sua vez, foi inspirada em Guy Fawkes.

O personagem que ficou conhecido pela História como o traidor que pretendia explodir o Parlamento inglês, nos dias atuais simboliza a resistência à dominação exercida pelos governos autoritários e a luta pela defesa dos direitos individuais e das minorias.

Alan Moore escreve esta história durante a instalação do governo capitalista neoliberal na Inglaterra, pelas mãos da ministra Margaret Thatcher. Em 1973, o mundo capitalista entrou em crise, com inflação e instabilidade econômica que evidenciavam o fracasso do modelo de governo baseado na teoria de John Keynes – welfare state – baseado no Estado de Bem-Estar. A Inglaterra, sob o comando da ministra Margaret Thatcher, conhecida como a Dama de Ferro, foi o primeiro país capitalista a assumir um novo modelo de governo – neoliberalismo – em sua forma mais pura. Segundo Perry Anderson

*"Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais"* (ANDERSON, 1995, p. 3).

Influenciado por este cenário de desemprego e desigualdade social, Alan Moore escreve "V de Vendetta" sob uma perspectiva da Inglaterra num futuro próximo. Esta história narra uma batalha constante entre fascismo e anarquia. Alan Moore escreve em 1982 uma história que ocorre em 1997. A história é dividida em três livros: 1. "Europa depois do reino" (localiza o personagem e seu mundo); 2. "Este vil cabaret" (aprofunda o perfil dos personagens coadjuvantes); 3. "A terra do faça o que quiser" (convergência de todas as ideias) e

mais um interlúdio<sup>5</sup> (Vertigem e Vincent).

A história de V tem início em 1997 e retrata uma Inglaterra caótica, governada por um partido fascista num mundo parcialmente destruído por uma guerra nuclear. Contrário à perseguição a esquerdistas, negros e homossexuais, V é um anarquista que faz aparições teatrais e mata vários membros do governo tornando-se o herói mascarado de uma população atormentada e intimidada por um governo totalitário. Assim como Guy, V também pretende acabar com o parlamento inglês. Outra alusão, ao governo inglês, utilizada por Moore é o V de Vingança que corresponderia ao sinal utilizado como símbolo da luta da Inglaterra contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial ou até mesmo ao dia da prisão de Guy, dia 5 (V, em romanos). Todos os capítulos da história original iniciam com a letra V – Vilão, Voz, Vítimas, Vaudeville, Versões, Visão, Virtude, Violência, Veneno, Vértice.... Com o uso do vinagre como minimizador dos efeitos do gás lacrimogêneo utilizado pela polícia contra os manifestantes, o V foi adaptado para V de Vinagre (FOLHA).

Segundo Moore, a origem de V é a revista Hulk Weekly, da Marvel e 'O Boneco' um personagem que submeteu ao Concurso de Roteiros da DC Thompson. Boneco era um terrorista que tinha o rosto pintado de branco e lutava contra um Estado totalitário na década de 1980, numa época com tecnologia, robôs e tropas de choque da polícia. Quando surgiu uma proposta da Warrior para uma nova história, Moore lembrou-se de Boneco. Porém, ele e David não queriam algo tão previsível, assim foi pensada uma história futurista. Partindo da suposição de que os conservadores perderiam a eleição em 1993, o Partido dos Trabalhadores ganha a eleição, retira os mísseis da Inglaterra e livra a Inglaterra de uma guerra nuclear. Após a guerra, os fascistas tomam o poder e impõe um governo ditador. Num campo de concentração localizado em Larkhill, na região de Wiltshire – mesma região na qual existe um campo militar inglês – são realizadas experiências genéticas com os presos. Um destes presos consegue fugir e dá vida ao personagem V.

Ao contrário dos ingleses que "comemoram a derrota de Guy [...] no dia 5 de Novembro de 1605, durante o que os Britânicos consideram o primeiro ataque terrorista da história" (DRIEVERYWHERE), Moore e David resolveram homenageá-lo, mostrando-o como um herói que luta sozinho contra um governo fascista. Moore não revela quem é V, mas diz que não é a mãe de Whistler, nem o pai de Evey, muito menos a tia de Charley. Moore fazia pesquisas históricas antes de criar um personagem. Daí a direção política e histórica de seus quadrinhos. Porém, como nem tudo pode ser previsto ou previamente conhecido Moore falha em algumas de suas previsões e, na introdução escrita para a "V de Vendetta" quando esta foi publicada pela DC Comics, se desculpa por eventuais falhas e previsões que só depois ele soube serem impossíveis de se concretizarem – por exemplo, haver sobrevivente após uma guerra nuclear. "V de Vendetta" é uma história pessimista, escrita sob a influência do temor que o mundo vivia na década de 1980 frente à iminente ameaça de uma guerra nuclear em decorrência da Guerra Fria.

<sup>5</sup> História curta concebida para apresentar outros personagens e ambientações, segundo Moore.



## V de Vendetta

O cenário é a Inglaterra, pós-guerra nuclear e sob o domínio de um governo fascista. As pessoas são identificadas pela retina. Tudo e todos são vigiados e controlados por agentes do governo. As ruas, os telefones, as pessoas, os meios de comunicação, enfim, tudo é monitorado. O governo é comparado a um corpo, onde as lideranças são a Cabeça e o restante do corpo fica sob sua supervisão e a sua direção. A Boca é o sistema de voz pelo qual são comunicadas as ordens e/ou informações que interessam ao governo que sejam repassadas à população. O Nariz corresponde ao departamento de investigação policial. O Dedo corresponde ao corpo policial. Os Olhos correspondem às câmeras que monitoram toda a cidade. O Ouvido é o setor responsável pelas escutas telefônicas. O lema do governo é *"Força através da pureza, pureza através da fé"*. A força do governo se origina na sua pureza alcançada através da fé na religião oficial do Estado. Portanto, os que praticam outra religião, não são puros e devem ser perseguidos e exterminados. Não existem direitos civis. A justiça não é cega – o que significa que ela não atende a todos, mas a interesses específicos. E como sem justiça não há liberdade, o caminho para alcançar a liberdade é através da anarquia. V é um anarquista assumido.

Apesar de a proposta desta história ser a provocação de uma reflexão sobre o contexto histórico da Inglaterra ela se inicia como tantas outras. O herói surge repentinamente e salva a mocinha indefesa – Evey Hammond. Contrariando o toque de recolher, Evey, desiludida e sem perspectiva, sai às ruas decidida a se prostituir. Para seu azar, seu primeiro pretense cliente é um policial que, amparado no fato de prostituição ser considerada crime, decide violentá-la e depois matá-la. Neste momento V aparece, salva a mocinha e mata os policiais. Em seguida, ele explode as casas do Parlamento. É noite de 05 de novembro, bem sugestivo. Não resta mais dúvida de que o herói V é uma releitura de Guy Fawkes. Este primeiro livro é uma localização do personagem. Contextualização da história, motivações políticas e pessoais do personagem principal para seu plano, primeiro como vingança e posteriormente como resistência a um governo fascista.

O segundo livro *"Este vil cabaret"*, faz referência à Inglaterra corrompida e depravada – o cabaré. Aqui o personagem V critica claramente as decisões políticas e autoritárias tomadas por alguns governantes, sem, no entanto, deixar de responsabilizar a sociedade pela situação política. Numa das cenas, a fala de V, que aparece a frente de fotos de Hitler, Mussolini, Stalin é *"Nós tivemos uma sucessão de malversadores, larápios e lunáticos tomando um sem número de decisões catastróficas...isso é inegável...mas quem os elegeram?"*. Ou seja, o quadro político mostrado na história seria resultado das escolhas erradas da sociedade civil – *"Você! Você indicou estas pessoas. Você deu a elas o poder para tomarem decisões em seu lugar!"* (personagem V). Além do destaque aos aspectos relativos à política, este segundo livro, cuja história se inicia em 1998, conta também a história da personagem Evey Hammond, antes, durante e após conhecer V.

No terceiro livro acompanhamos a conclusão da história, com a morte de V e Evey assumindo o seu lugar. V não morreu. O que sugere que sempre haverá resistência aos governos autoritários. O indivíduo – o anarquista – pode morrer, mas a causa continua viva. Evey continua a luta de V.

## Conclusão

Apesar de alguns críticos ainda classificarem as HQs como entretenimento, para muitos autores e leitores as HQs têm se revelado ótimos instrumentos de discussão e reflexão sobre as transformações socioculturais, políticas e econômicas que ocorrem no mundo, conforme se verifica no caso da HQ *"V de Vingança"* de Alan Moore, que, inclusive, foi levada às telas de cinema e influenciou, como relatado nesse artigo, as manifestações que se espalharam recentemente pelo mundo, e mais especificamente pelo Brasil.

Esta outra leitura das HQs tem orientado a defesa de uma nova classificação para este tipo de produção, como nos informa Rodrigues:

*"Nessa tentativa de levar os quadrinhos para outro lugar, que não o de mero produto da indústria cultural, outros quadrinistas têm definido, nas últimas três décadas, que aqueles títulos que fossem preocupados com questões políticas ou filosóficas deveriam receber a alcunha de graphic novel"*<sup>6</sup> (RODRIGUES, 1995, p. 24).

A partir da década de 1980, escritores britânicos como Alan Moore, Grant Morrison<sup>7</sup> e Neil Gaiman<sup>8</sup>, com suas histórias contestadoras e anarquistas influenciaram bastante este novo olhar direcionado aos quadrinhos. Muitas das histórias em quadrinhos produzidas, especialmente a partir do século XX, mesmo quando consideradas como de entretenimento, já transmitiam algum tipo de ideologia.

Enfim, foi-se o tempo em que os quadrinhos eram tratados como leitura inferior e de entretenimento. Cada vez mais o campo político e acadêmico tem utilizado os quadrinhos como metodologia pedagógica, instrumento de críticas a governos corruptos e autoritários, e como fonte da história contemporânea do Brasil e do mundo.

<sup>6</sup> Termo criado em 1964, pelo crítico de quadrinhos e editor Richard Kyle

<sup>7</sup> Autor de *"Homem-Animal"*; *"Batman: Asilo Arkhan"*; *"Liga da Justiça"*; *"Novos X-Men"* entre outros.

<sup>8</sup> Criador de *"Sandman"*. Em junho de 2013 lançou o livro *"O Oceano no Fim do Caminho"*

## Referência bibliográfica

ANDERSON, Perry. (1995), "Balanço do neoliberalismo" in E. SADER, & P. GENTILI (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BACZKO, Bronislaw. (1985), "A imaginação social" in E. LEACH et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda.

BRASIL CULTURA. Disponível em <<http://www.brasilcultura.com.br/artes-plasticas/historia-em-quadrinhos-no-brasil/>>. Acesso em 23/08/13.

BRASIL ESCOLA. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/politica/liberalismo-x-keynesianismo.htm>>. Acesso em 22/08/13.

CRIANÇA CAOP. Disponível em <<http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=389>>. Acesso em 23/08/13.

DEUS NO GIBI. Disponível em <<http://deusnogibi.dominiotemporario.com/doc/ENTR-WALDOMIRO.PDF>>. Acesso em 23/08/13.

DRIEVERYWHERE. Disponível em <<http://drieverywhere.net/2011/11/04/dia-de-guy-fawkes-o-o-bonfire-night/>>. Acesso em 22/08/13.

EAGLETON, Terry. (1997), *Ideologia, uma introdução*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo,

FOLHA. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1299052-v-de-vinganca-mascara-usada-em-protestos-foi-criada-em-quadrinhos-dos-anos-1980.shtml>>. Acesso em 21/08/13.

\_\_\_\_\_. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/06/1295259-livro-de-neil-gaiman-o-oceano-no-fim-do-caminho-celebra-as-mulheres.shtml>>. Acesso em 23/08/13.

GUIA DOS QUADRINHOS. Disponível em <[http://www.guiadosquadrinhos.com/artistabio.aspx?cod\\_art=189](http://www.guiadosquadrinhos.com/artistabio.aspx?cod_art=189)>. Acesso em 21/08/2013.

LEGAL BLOG. Disponível em <<http://www.legal.blog.br/zine/hq/hq01a.htm>>. Acesso em 23/08/13.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2006), *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

MOYA, Álvaro de. (1993), *História da História em Quadrinhos*, São Paulo, Brasiliense.

MULTIMÍDIA HQ. Disponível em <<http://multimidiahq.blogspot.com.br/2010/01/afinal-o-que-e-historia-em-quadrinhos.html>>. Acesso em 23/08/13.

QUADRINHOS. Disponível em <<http://quadrinhos.wordpress.com/category/comics-quadrinhos/desenhistas/alvaro-de-moya/>>. Acesso em 22/08/13.

RAMA, Angela e VERGUEIRO, Waldomiro. (2004), *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo, Editora Contexto.

RODRIGUES, Marcio dos Santos. (2011), *Representações políticas da Guerra Fria: As histórias em quadrinhos de Alan Moore na década de 1980*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UFMG. Minas Gerais.

TV SINOPSE. Disponível em <<http://www.tvsinopse.kinghost.net/art/y/yellow-kid.htm>>. Acesso em 23/08/13.

UOL. Disponível em <<http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/29/o-que-estao-fazendo-e-maravilhoso-diz-allan-moore-sobre-protestos-no-brasil.htm>>. Acesso em 21/08/13.

# GORDON, Cesar. (2006), Economia Selvagem, Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre, São Paulo, UNESP.

Paulo Bull  
(UFRJ)

O livro "Economia Selvagem: Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin- Mebêngôkre" pode ser considerado como uma obra de grande contribuição para a etnologia brasileira, especialmente para a linha que se dedica aos estudos dos povos de língua Jê, geralmente localizados na região central do Brasil e conhecidos por organizarem-se socialmente através de aldeias circulares divididas em metades.

O livro de Cesar Gordon, etnólogo e professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, trata dos povos Xikrin, falantes da língua Kayapó (ou Mebengokré), da família lingüística Jê e do tronco lingüístico Macro-Jê. O livro de 422 páginas, e editado pela Editora da Unesp, está inserido na coleção do Núcleo de Transformações Indígenas (NuTI), cuja proposta é difundir teses acadêmicas de etnologia indígena.

A investigação de Cesar Gordon é fruto de uma pesquisa de campo realizada durante 12 meses - entre 1998 e 2000 - na Terra Indígena Cateté, localizada no estado do Pará. Segundo o autor, os cerca de 900 indígenas que habitam essa terra têm como traço característico um expressivo desejo por dinheiro e objetos industrializados, marca aparentemente decorrente do convênio firmado pela empresa de exploração mineral Vale, à época chamada Companhia Vale do Rio Doce, que passou a prestar assistência indenizatória aos indígenas pelos impactos do exercício de exploração mineral na Floresta Nacional do Carajás, onde a terra indígena dos Xikrin faz limite.

O convênio firmado com a antiga Companhia Vale do Rio Doce é fundamental para que possam ser entendidas as interações diretas ou indiretas dos índios com órgãos estatais, sociedade civil, missionários, ONGs e antropólogos. Esse convênio entre a empresa e os Xikrin, sem a intervenção da FUNAI, deu-se no final dos anos 1990, e suas emergências são refletidas tanto na organização política dos Xikrin quanto nas suas relações com os processos de aquisição e circulação do dinheiro.

Nesse sentido, o autor, que pretendia realizar um trabalho sobre parentesco, foi "obrigado" a estabelecer como objeto as repercussões dos contatos imprescindíveis entre indígenas e brancos sobre o modo de vida Xikrin. O objetivo do traba-

lho de Gordon tornou-se entender os limites do caráter "inflacionário" do consumo e, a partir do próprio regime sociocosmológico Xikrin, seu verdadeiro sentido.

De acordo com um estilo analítico apresentado e adotado por Eduardo Viveiros de Castro, a "Economia simbólica da alteridade", Gordon conduziu sua análise a partir da própria perspectiva indígena. Segundo Viveiros de Castro, esse estilo analítico, de inspiração lévi-straussiana, concentra-se nos processos de troca simbólica como a própria troca, o canibalismo, entre outros processos que desempenham um papel constitutivo na definição de identidades coletivas entre os povos indígenas ameríndios.

Após uma apresentação geral ao leitor dos problemas a serem enfrentados e das condições de pesquisa de campo, Gordon introduz-se no debate teórico sobre o tema trazendo algumas abordagens etnológicas precedentes, com as quais traça diálogos pertinentes. Em primeiro lugar, dialoga com Terence Turner, cuja abordagem volta-se à forma como a produção de pessoas (e de trabalho, conseqüentemente) reproduz a estrutura social Kayapó e, em segundo lugar, como esse modo de reprodução resulta em uma estrutura hierárquica na qual mulheres, genros e jovens são explorados por homens, sogros e adultos. Por outro lado, Vanessa Lea (1986) é outra autora que se insere no debate e que desloca a ideia de riqueza social Kayapó para a propriedade de nomes, de um lado, e objetos, adornos e prerrogativas cerimoniais (*nékréts*) de outro. Segundo a autora, as "casas", como um local onde se atribui propriedade aos bens, seria fundamental para a concepção social da riqueza, pois transmite - vertical e matricialmente - justamente aquilo que é considerado riqueza, isto é, nomes e *nékréts*.

Gordon apresenta críticas próprias e de outros autores (Lévi-Strauss, especialmente) a ambas as abordagens, e as define como insuficientes. O motivo dessa insuficiência se dá no sentido de que Turner e Lea não trabalharam de forma veemente e relevante sobre a correlação entre a relíquia tradicional nativa - *nékréts* - e as mercadorias das quais os Xikrin são proprietários, embora tenham apontado para isso. Para Gordon, as mercadorias também são consideradas pelos próprios índios como forma de representar a riqueza. Coube ao



autor do livro perguntar, portanto, quais são as continuidades e descontinuidades entre esses tipos de riqueza e valor.

O autor versa sobre o processo histórico que acarretou na introdução dos brancos na vida indígena dos Xikrin. Essa parte da obra enfoca, em primeiro lugar, a formação da terra indígena Cateté, demarcada desde os anos 1980, e suas duas aldeias: a maior e mais antiga, chamada Cateté, e a mais recente, denominada Djudjeko; e, em segundo lugar, enfoca a fase de aproximação definitiva com os brancos até o presente. Segundo Gordon, tal história mostra que a comunidade aldeã traz inscrita na sua própria confirmação relações entre diferentes aldeias e entre os habitantes destas com os brancos. Tais relações não necessariamente provocavam conflitos, mas sim parcerias. Nesse sentido, a presença dos brancos no contexto xikrin potenciou a dinâmica sociopolítica indígena e propiciou, ao invés de sujeição, negócios “frutíferos” que resultavam no recebimento de bens e alimentos. Esse argumento, levado a cabo, leva o autor a acreditar que, sob a perspectiva xikrin, o contato é antes efeito que causa do interesse dos Xikrin pelos objetos materiais.

Gordon mostra que o dinheiro para os Xikrin é, essencialmente, uma ferramenta de conservação e um meio de obtenção de produtos desejados. Ao invés de ser acumulado e rentabilizado, o dinheiro é desejado para que mais produtos sejam obtidos. Geralmente, esses bens, adquiridos no exterior, são elaborados através de um processo de diferenciação interna do grupo e, assim sendo, tornam-se interferentes no parentesco e nas relações sociais de um grupo local. Os bens, assim como o ritual, criam e introduzem a alteridade e transformam as pessoas.

Nesse sentido, Gordon expõe que a aquisição de quantidades maiores, mas também a grande variedade e a capacidade de circulação determinam, na sociedade xikrin, a beleza e a grandeza de alguém. Isso ocasionou na demanda cada vez maior por objetos mais sofisticados, em maior quantidade, como em uma espiral inflacionária. Esse “consumo inflacionário” xikrin, como dispositivo de diferenciação de valores simbólicos, é interpretado não à luz do contato, mas sim dos mecanismos de produção e alteração de identidades e corporeidades. Por fim, vemos que o dinheiro cumpre um papel dual: o primeiro, voltado para dentro, refere-se ao seu uso doméstico (alimentar); segundo, voltado para fora, permitindo a alteridade frente à semelhança interna. Compreende-se, finalmente, o sentido atribuído pelos Xikrin para a obtenção de bens industriais e de dinheiro.

Podemos dizer, portanto, que o trabalho de Gordon contribui para o desenvolvimento da etnologia, acrescentando ainda mais ideias ao aparato teórico etnológico e, principalmente, à vasta literatura sobre os povos ameríndios. Mais que isso, por tratar sobre um assunto incipiente como o consumismo indígena, abre um leque de oportunidades de pesquisa para aqueles que estão ingressando nessa área das Ciências Sociais.

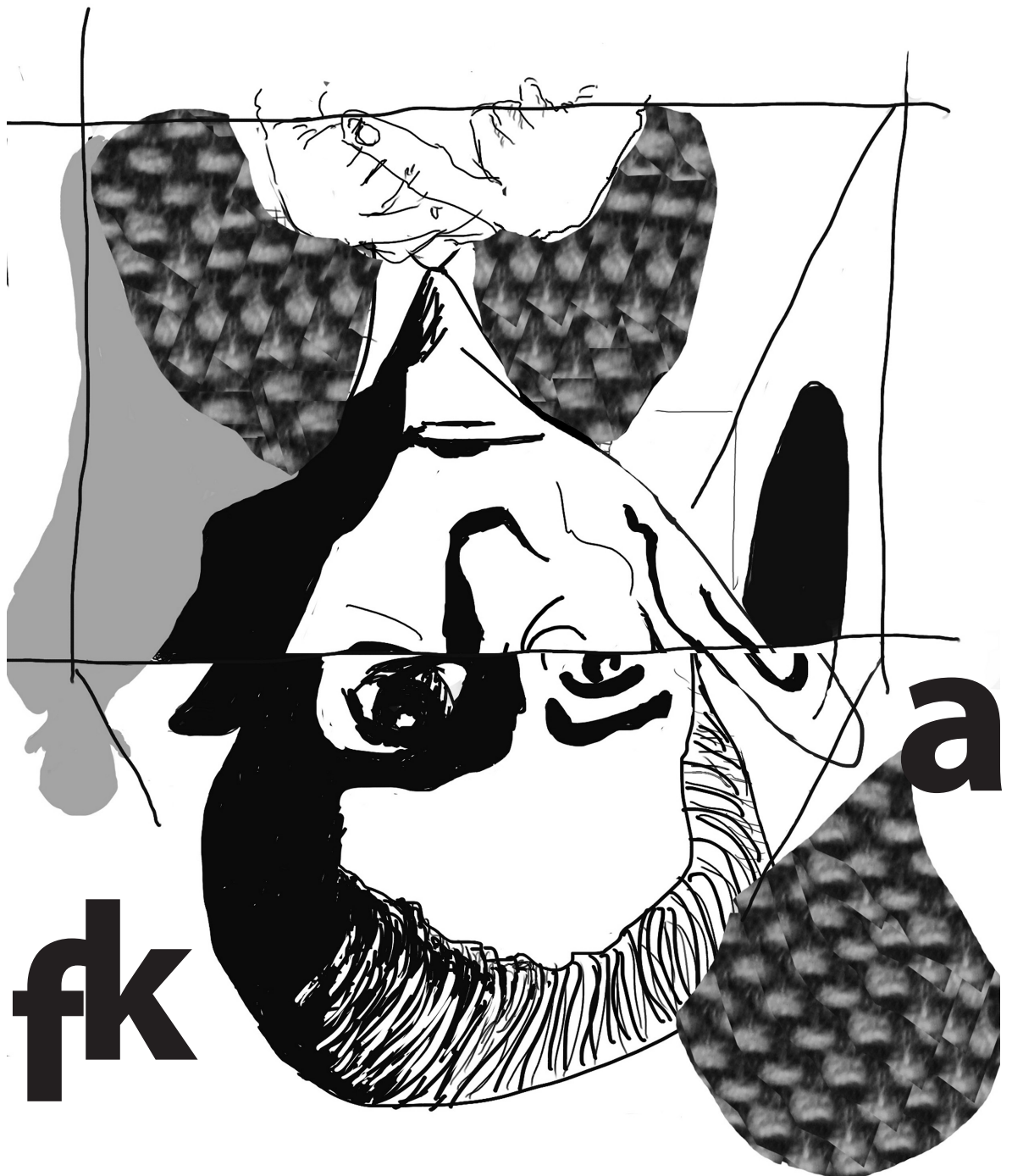
**ka**

## Referências

GORDON, Cesar. (2006), *Economia Selvagem, Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*, São Paulo, UNESP.

LEA, Vanessa. (1986), *Nomes e nekrets Kayapó: uma concepção de riqueza*. Tese de Doutorado, PPGAS-Museu Nacional - UFRJ.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2001), "Imagens da natureza e da sociedade", in E. V. de Castro (org), *A inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*, São Paulo, Cosac & Naify.



# Ilustradores

## **Lucas Felipe** (imagem de capa)

Ilustrou as páginas 1, 12, 13, 23, 34, 44, 60, 62, 71  
& imagem de capa.

Original de Sete Lagoas nasceu em 1994 e é aluno do curso de Composição na Universidade Federal de Minas Gerais.

Site: <http://ocosdeborboleta.blogspot.com.br/>

## **Rafael Macedo**

Ilustrou a página 4.

Rafael tem 20 anos, é aluno de economia na FACE, reencontrou o prazer em desenhar após um intercâmbio e ensaia a mudança para Escola de Belas Artes.

Email: [rafaelmacedorubiao@gmail.com](mailto:rafaelmacedorubiao@gmail.com)

## **Thais Mesquita**

Ilustrou as páginas 43 e 73.

Thais Mesquita é ilustradora formada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais e reside em Belo Horizonte. Além de ilustrar livros e revistas trabalha também com pintura, design gráfico e design de jóias.

Site: [http://www.flickr.com/photos/thais\\_mesquita](http://www.flickr.com/photos/thais_mesquita)



# Nominata

Alexandre Cardoso (UFMG)  
Ana Lúcia Modesto (UFMG)  
Antônio Carlos Dias (UNICAMP)  
Bruno Bolognesi (UFSCar)  
Bruno Puccinelli (UNICAMP)  
Carlos Machado Dias Jr (UFAM)  
Carlos Tadeu Siepierski (UNIFAL)  
Dmitri Fernandes (UFJF)  
Edson Miagusko (UFRRJ)  
Elaine Licio (UNB)  
Ester Vaisman (UFMG)  
Felipe Corrêa Pedro (USP)  
Flavia Benevenuto (UFAL)  
Francis Moraes (UFSM)  
Gabriel Banaggia (UFRJ)  
Gabriel S. Barbosa (UNB)  
Gazy Andraus (UNIMESP)  
Geraldo Caliman (PUC-DF)  
Guilherme Gomes Ferreira (PUC-RS)  
Halloysio Miguel (UFES)  
Idete Teles do Santos (UFAC)  
Ivair Júnior Reinaldim (IUPERJ)  
João Dal Poz Neto (UFJF)  
Juarez Dayrell (UFMG)  
Jussara Reis Prá (USP)  
Laís Norberta (UFPI)  
Maitê Peixoto (UFRGS)  
Marcelo Lira (UNESP)  
Márcia Soares (UFMG)  
Maria da Gloria Marcondes Gohn (UNICAMP)  
Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)  
Mario Fuks (UFMG)  
Mário Leal Lahorgue (UFRGS)  
Marion Teodósio de Quadros (UFPE)  
Natália Navarro (FGV/SP)  
Patrícia Duarte Rangel - UFJF  
Pedro Jaime de Coelho Júnior (Mackenzie)  
Rachel Rua Baptista Bakke (USP)  
Rafael Câmara de Melo (UFMG)  
Rayza Sarmiento (UFMG)  
Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho (CICEF)  
Ricardo Serra Borsatto (UNICAMP)  
Rita Amelia Teixeira Vilela (PUC-MG)  
Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)  
Roberta Cesarino Iahn (PUC-SP)  
Roberto Elísio dos Santos (USCS)  
Rogério Duarte do Pateo (UFMG)  
Selma Baptista (UFPR)  
Sibila Corral de Arêa Leão Honda (UNOESTE)  
Silvio Cesar Camargo (SBS)  
Tiago Daher Padovezi Borges (USP)  
Valeria Mendonça de Macedo (Unifesp)  
Vânia Leal Cintra (PUC-SP)  
Yara de Cássia Alves (USP)



# Informações e Instruções para Colaboradores

## A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: [www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos](http://www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos).

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

## Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS [...] PONTOS

### 1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A Revista Três [...] Pontos recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

**§ Contato: [revistatrespontos@fafich.ufmg.br](mailto:revistatrespontos@fafich.ufmg.br)**

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 5 mil.

1.4 As resenhas não devem ultrapassar 5 laudas – em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, margens (todas) 2,5cm.

1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados.

1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

## Normas e orientações para a formatação de artigos

1. **Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).

1.2. **Margens (todas):** 2,5 cm.

1.3. **Alinhamento:** justificado.

1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.

1.5. **Grifos:**

1.5.1. **Aspas (“ ”):** apenas para metáforas, transcrições e citações.

1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.

1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.

1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

## 2. ESTRUTURA DO ARTIGO: O ARTIGO DEVE APRESENTAR DOIS RESUMOS, UM EM PORTUGUÊS E OUTRO EM INGLÊS, TAMBÉM SE APLICANDO TAL NORMA ÀS PALAVRAS-CHAVE.

2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(ais) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.

2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de 5 linhas. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.

2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).

2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

## Orientações técnicas: citações e referências bibliográficas

### 1. CITAÇÃO DE AUTORES NO TEXTO:

1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&"; no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "et al." em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL et al. (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL et al., 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

## 2. TRANSCRIÇÃO TEXTUAL DE PARTE DA OBRA:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica'[...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo: De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB - estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes [ ]



Exemplo: “Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]”

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão “grifo nosso” ou “grifo do autor” entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da Revista Três [...] Pontos. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com “&”. No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula “;”).

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / “título do artigo entre aspas” /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), “Elites agrárias, state-building e autoritarismos”. *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / “título do capítulo entre aspas” /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, Luperj/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso / PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

## Observação

Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

## Importante

Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.

**Comissão Editorial – Revista Três [...] Pontos – Fafich/UFMG**



